

Relatório Anual 2016





O presente documento consiste no Relatório Anual de Informações, e relata as principais atividades e fatos relevantes da ELOS no exercício de 2016. É acompanhado das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes, Pareceres dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, Demonstrativos Atuariais e Política de Investimentos, permitindo a análise clara e precisa de cada plano de benefício administrado.

PATROCINADORAS

Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Engie Brasil Energia S.A.

Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Praça Pereira Oliveira, 64 | Ed. Emedaux - Sobreloja | Florianópolis, SC | CEP 88010-540

Fone: (48) 2107 7500 | Fax: (48) 2107 7510

www.elos.org.br | www.facebook.com/fundacaoelos

Mensagem da Diretoria

O ano de 2016 foi marcado por muitas adversidades e turbulências para a economia nacional, originárias tanto no ambiente interno quanto no externo, das quais podemos citar como principais: a instabilidade no cenário político, o comportamento recessivo na produção de bens e serviços, as expectativas em torno da eleição do presidente norte-americano Donald Trump. Mesmo nesse cenário, ajustamos nosso portfólio de forma a proteger nossas carteiras de investimentos. Como resultado, conseguimos superar os objetivos planejados de rentabilidade em todos os Planos de Benefícios. Sem deixar de priorizar a transparência.

Ao longo do primeiro semestre do ano, a diretoria e toda a equipe da Fundação ELOS, com auxílio consultivo, concentrou esforços no desenho de um Planejamento Estratégico que pudesse ser uma referência para a gestão e por consequência nortear as ações da Fundação para os próximos 10 anos. Em julho de 2016, esse esforço conjunto resultou em um documento aprovado pelo Conselho Deliberativo, e seus planos de ação começaram a ser desdobrados e colocados em prática.

Sempre com o foco no equilíbrio dos planos de benefício administrados, provendo aos participantes melhor qualidade de vida durante o gozo do seu benefício, foram aprovados no Planejamento Estratégico 2016-2025, diretrizes e objetivos que se refletem em missão, visão e valores. Nesse contexto, destacamos a visão de futuro da ELOS para o ano de 2025: Ser referência em previdência complementar pela excelência da gestão, reconhecida e admirada por seus participantes e patrocinadoras pela administração eficiente e sustentável de recursos.

O ano de 2016 também contou com a renovação de quase toda a governança, com eleição e indicação de membros da diretoria, conselhos e comitê de investimentos, propiciando não somente que novas competências sejam agregadas à gestão, mas permitindo a devida transparência frente aos participantes e patrocinadoras, certamente auxiliando no percurso rumo à nossa visão.

Outra ação empreendida, visando garantir a comunicação transparente e fazer prestar todos os esclarecimentos necessários sobre o Plano de Equacionamento do Déficit de 2014 do BD-ELOS/Tractebel, foi a criação de uma seção exclusiva no site da ELOS dedicada ao assunto, onde o participante possui acesso aos documentos completos dos Planos de Equacionamentos, cartilhas explicativas, uma retrospectiva, além de outras informações. Os participantes também receberam informações pelo correio, e-mail e contaram com eventos presenciais com os técnicos da Fundação.

Quanto à legislação do setor, destacamos, entre outros, a Instrução Previc nº 28, que tratou sobre a certificação e habilitação de membros da governança, e a Instrução Previc nº 32, sobre os procedimentos para execução de planos de equacionamento de déficit. Por fim, não podemos deixar de destacar que a dedicação e o comprometimento de toda a governança da Fundação foram fundamentais para que todas as ações pudessem ser de fato concretizadas, visando assegurar segurança previdenciária aos seus participantes.

Diretoria Executiva
Maio/2017

Missão

“Oferecer segurança previdenciária aos participantes, administrando com excelência os recursos provenientes de suas contribuições e das patrocinadoras.”

Visão

“Ser referência em previdência complementar pela excelência da gestão, reconhecida e admirada por seus participantes e patrocinadoras pela administração eficiente e sustentável de recursos.”

Valores

Transparência: prestação de contas das ações e resultados aos públicos de interesse, de forma simples e clara, transmitindo confiança e seriedade.

Equidade: capacidade de analisar e julgar situações com imparcialidade, respeitando a igualdade de direitos.

Excelência na Gestão: busca constante das melhores práticas de gestão do mercado, otimizando a relação benefício-custo para participantes e patrocinadoras.

Conduta Ética: respeito às leis e às normas que regem o setor e a organização.

Empatia nas relações: colocar-se no lugar do outro para facilitar a comunicação e promover sinergia na busca pelos objetivos da organização.

Compromisso com o participante: foco nas necessidades e expectativas dos participantes, atuando com eficácia na prestação de serviços.

Governança da Fundação ELOS

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULAR

Antônio Carlos Correa Benavides
Eduardo Cardeal Tomazzia
Janildo Jovino da Silveira
Mauro Batista Nunes
Silvio Roberto Séara Júnior
Wanderlei Lenartowicz

SUPLENTE

Neloir Paludo

Rodrigo Ribacinko
Antonio Julio de Oliveira
Luís Mateus Witt
Jorge Felipe Carminati Grein

CONSELHO FISCAL

TITULAR

Clailde Vanzella
Cristina Rabelo Engelke
Karine Ibanez Kubiak
Luís Mendes de Souza

SUPLENTE

Fabricio da Rocha Daniel
Mariana Aguiar da Rosa
Tiago Lucimar da Silva
Dalvir Maguerroski

DIRETORIA EXECUTIVA

Ezequias Candido de Paula
Rafael Judar Vicchini
Stenio Manfredini

Diretor Superintendente
Diretor Financeiro Administrativo
Diretor de Seguridade

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

TITULAR

Fernando Aires de Alencar
Sandro Lacau da Silveira
Jorge Cabrera da Rosa (in memorian)
Maria Dolores Brolese Vieira

SUPLENTE

Marcelo Cardoso Malta
Nicolau Rohling Volpato
Antonio Victorino Avila
Terezinha Ivonete de Faveri

Índice

Resumo dos Resultados

Quem somos	8
ELOS em números	9
Fatos relevantes	10
Resultados Consolidados	13
Investimentos	17
Resultados do Plano BD-ELOS/ELETROSUL	19
Resultados do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL	25
Resultados do Plano CD-ELETROSUL	31



Detalhamento dos Resultados

Despesas Administrativas	40
Investimentos	44
Política de Investimentos	58

Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis	76
Relatório dos Auditores Independentes	133
Parecer do Conselho Fiscal	136
Parecer do Conselho Deliberativo	137
Parecer Atuarial Plano BD-ELOS/ELETROSUL	138
Parecer Atuarial Plano BD-ELOS/TRACTEBEL	144
Parecer Atuarial Plano CD-ELETROSUL	153





Resumo dos Resultados



Quem Somos

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter social, também conhecida como Fundo de Pensão, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

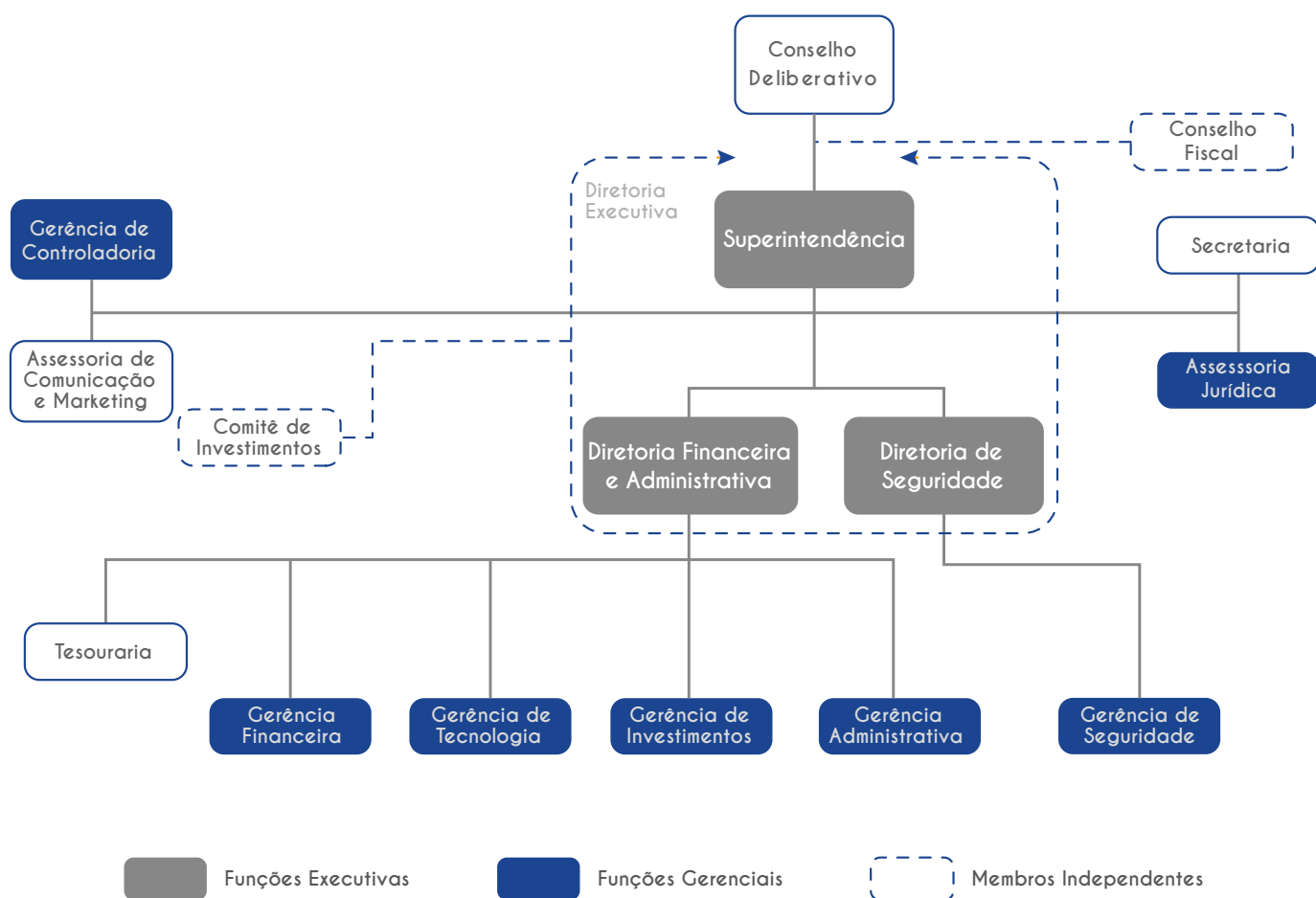
HISTÓRIA

A ELOS foi criada no ano de 1973 pela Eletrosul Centrais Elétricas, visando ofertar a seus empregados o benefício de uma previdência complementar como parte de sua política de recursos humanos.

No ano de 1997 a ELOS passou a ter duas patrocinadoras, dado o processo de privatização do parque gerador da “Eletrosul Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL”, com a constituição da “Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL”, que mais tarde foi adquirida pelo grupo GDF Suez e veio a se tornar a Engie Brasil Energia, anteriormente chamada Tractebel Energia S/A.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ELOS fechou o ano de 2016 com uma equipe composta por 23 empregados, 3 diretores e 2 funcionários terceirizados.



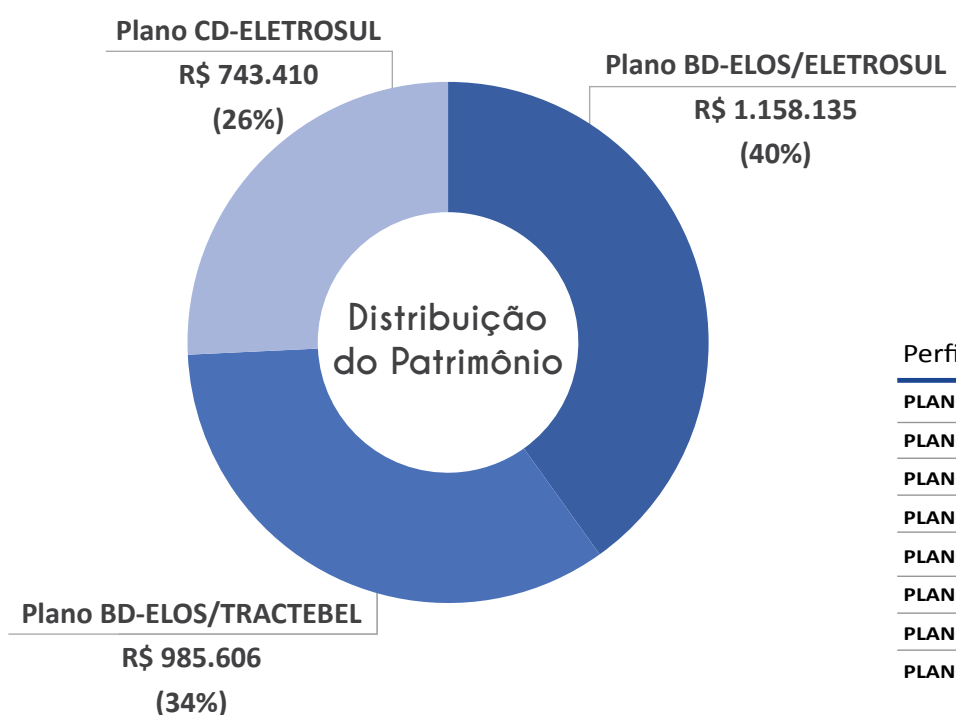
ELOS em números

Patrimônio da ELOS

Dez 2016

R\$ 2.892.396 mil

Patrimônio dos Planos



Rentabilidade dos Investimentos

Dez 2016

Perfil/Plano	2016
PLANO BD - ELOS/TRACTEBEL	13,67%
PLANO BD - ELOS/ELETROSUL	14,99%
PLANO CD - PERFIL AI	14,57%
PLANO CD - PERFIL AII	17,64%
PLANO CD - PERFIL BI	15,35%
PLANO CD - PERFIL BII	15,54%
PLANO CD - PERFIL BIII	16,20%
PLANO CD - BPD	15,97%

Participantes 4.612



*BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observada sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

Fatos relevantes

Renovação da Governança ELOS

O ano de 2016 foi de renovação de quase toda a Governança. Em junho, foi realizada eleição de 03 (três) membros do Conselho Deliberativo, 02 (dois) membros do Conselho Fiscal, 02 (dois) membros do Comitê de Investimentos, com seus respectivos suplentes e 01 (um) membro da Diretoria Executiva. Todos os eleitos já tomaram posse ao longo do 2º semestre de 2016. Os demais membros do Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo indicados pelas patrocinadoras permaneceram os mesmos até dezembro de 2016.

A presidência do Conselho Deliberativo e os Diretores Superintendente e o Financeiro Administrativo foram indicados pela Eletrosul e Engie no final de novembro e início de dezembro de 2016. Uma prática acordada entre as patrocinadoras estipula a troca das cadeiras entre elas a cada quatro anos. No final de 2016, a Engie indicou Ezequias Candido de Paula como Diretor Superintendente, no lugar do Nelso Müller (indicado da Eletrosul), na função desde janeiro de 2014. A Eletrosul indicou Rafael Judar Vicchini como Diretor Financeiro Administrativo, no lugar do Geazi Correa (Indicado da Engie), na função desde julho de 2012.

Planos de Equacionamentos

Desde o dia 31 de março de 2016, quando foi comunicada a aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014 do BD-ELOS/Tractebel, os participantes desse plano têm recebido informações pelo correio, e-mail e em eventos presenciais com os técnicos da Fundação. Esse plano também apresentou déficit no ano de 2015, e a sua forma de equacionamento foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada em dezembro de 2016. Foram realizadas apresentações presenciais em locais onde há maior concentração de aposentados e pensionistas do plano em questão.

Foi criada também uma seção exclusiva no

site da ELOS dedicada aos Déficits do Plano BD-ELOS/Tractebel, onde o participante tem acesso aos documentos completos dos Planos de Equacionamentos, cartilhas explicativas, retrospectiva de todos os fatos que antecederam até a aprovação do plano pelo Conselho Deliberativo, forma de equacionamento e de pagamento, além de um item com perguntas mais frequentes.

Apresentação de resultados

A equipe técnica e a diretoria da ELOS percorreram cinco Regionais da Eletrosul, além da sede, no mês de maio. Foram realizadas as apresentações de resultados dos Planos BD-ELOS/Eletrosul e do Plano CD-Eletrosul aos participantes ativos e aposentados. Quase 400 participantes assistiram presencialmente as apresentações, sem contar aqueles que acompanharam por meio de vídeo conferência. O período para entrega do termo de opção do Perfil terminou no dia 31 de maio. Houve 103 termos de alteração de perfil, 4 de participantes assistidos e 99 de participantes ativos.

Seminário - A ELOS e a Eletrosul realizaram no dia 8 de novembro o 3º Seminário de Educação Financeira e Previdenciária no auditório da sede da Eletrosul, em Florianópolis. O evento, dividido em dois turnos, teve como tema central “O papel da previdência complementar no planejamento financeiro e nos desafios da longevidade”. Cerca de 130 funcionários e assistidos da Eletrosul assistiram ao evento.

Dia do Aposentado

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar realizou um evento em homenagem ao Dia do Aposentado no dia 26 de janeiro em São Paulo. A ELOS, assim como todas as entidades associadas, indicou um participante assistido para ser o homenageado deste ano. Para selecionar o homenageado, foi realizado um sorteio dia 6 de janeiro, na sede da AAPE – Associação de Aposentados e Pensionistas

da Eletrosul, e a sorteada para ser homenageada e representar os aposentados da ELOS foi a Sra. Marineide da Silva, aposentada há 13 anos no plano BD-ELOS/ELETROSUL. Ela viajou para São Paulo na companhia do Diretor de Seguridade, na época, Roberto Helou, onde participou da cerimônia e recebeu um diploma alusivo à comemoração do Dia do Aposentado da ABRAPP.

Esclarecimentos sobre a implantação do Plano CD

A ELOS e a Eletrosul realizaram no dia 30 de novembro uma apresentação aos seus participantes ativos e assistidos com esclarecimentos sobre a implantação do Plano CD em 2010 e o processo de migração dos participantes do Plano BD para o CD que ocorreu na época. O evento realizado no Auditório da Sede da Eletrosul, em Florianópolis, reuniu cerca de 100 participantes, além dos funcionários das áreas descentralizadas que puderam assistir por videoconferência e puderam enviar suas perguntas. O objetivo foi esclarecer as dúvidas e dar maior transparência aos procedimentos adotados na administração dos Planos de Benefícios BD e CD patrocinados pela Eletrosul.

Êxito no Superior Tribunal de Justiça

Em 2016 a ELOS obteve êxito importante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde foi reconhecida e consolidada a impossibilidade de revisão de benefício para incluir verbas salariais concedidas pela Justiça do Trabalho. A Fundação, por meio de tese criada e desenvolvida pelos seus advogados (do Departamento Jurídico interno e assessoria externa), foi a primeira entidade do sistema de previdência complementar fechado que conseguiu que o Recurso Especial fosse aceito pela 4ª Turma do STJ, no sentido de ser “inviável o pedido de inclusão das verbas salariais incorporadas ao salário por decisão da Justiça do Trabalho nos cálculos da renda mensal inicial dos proventos de complementação de aposentadoria, por ausência de prévia formação da reserva matemática necessária ao pagamento do benefício.”

Mais de 70% dos processos propostos contra a ELOS têm como objetivo a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria complementar visando incluir verbas salariais trabalhistas concedidas aos participantes pela Justiça do Trabalho.

Essa vitória é expressiva não só para a ELOS, assim como para nossos Participantes e para todas entidades do sistema de previdência complementar, pois milita em prol da manutenção do equilíbrio e solvência dos planos de benefícios.

Empréstimos

Em janeiro de 2016 foi efetivado o número máximo de parcelas para concessão de empréstimos conforme a faixa de idade, em linha com as alterações realizadas nos regulamentos de empréstimos aos participantes dos Planos BD e CD. As novas regras visam minimizar os riscos e evitar prejuízos ao conjunto de participantes:

IDADE	2016	2017	2018	2019
A PARTIR DE 90 ANOS	36	24	12	12
84 – 89 ANOS	48	36	24	12
81 – 83 ANOS	48	36	24	24
78 – 80 ANOS	60	48	36	36
75 – 77 ANOS	60	60	48	48
72 – 74 ANOS	60	60	60	60
ATÉ 71 ANOS	72	72	72	72

Recadastramento de Assistidos

A Diretoria de Seguridade realizou campanha de recadastramento de assistidos e pensionistas com o objetivo de manter a base de dados cadastral atualizada, e com isso, garantir a qualidade no uso destas informações no atendimento às operações realizadas pela ELOS.

Programa A Escolha Certa

Desenvolvido pela ELOS e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV), o Programa de educação financeira e previdenciária catarinense A Escolha Certa difunde os conceitos da previdência complementar, promove a educação e a conscientização financeira e estimula a poupança de longo prazo. Em 2016 foram realizadas algumas ações:

- **A receita da felicidade** - Ambelle Borges Schmidt, participante da ELOS, foi uma das vencedoras do Concurso Cultural “A Receita da Felicidade” do Programa A Escolha Certa. Ela concorreu com uma receita da sua bisavó: “É uma receita típica da região serrana de Santa Catarina e ganhou o status de “membro” da nossa família através das mãos habilidosas da minha bisavó, Rosa. Ela costumava aquecer os nossos fins de semana gelados em Bom Jardim da Serra/SC com uma farta mesa de café com “mistura”, onde os bolinhos ou rosquinhas de coalhada eram sempre os mais aguardados”, conta Ambelle. Ela ganhou das mãos do Diretor de Seguridade, Stenio Manfredini, um livro autografado do renomado Chef Olivier Anquier.

- **Palestra com Marcos Piangers** - Na noite de 30 de junho, em Florianópolis/SC, o palestrante Marcos Piangers levou ao público do Programa, informações importantes para educar as novas gerações. O palestrante, que é autor do livro O Papai é Pop e trabalha com comunicação jovem e plataformas digitais no maior grupo de mídia do sul do Brasil foi o convidado para falar sobre o tema “Educar novas gerações: O futuro começa hoje!”, não evento que comemorou os quatro anos do A Escolha Certa e reuniu mais de 200 pessoas.

- **Você é previdente?** - O Programa A Escolha Certa promoveu em 2016 duas edições do Quiz “Você é previdente?”. A primeira interação do concurso teve 10 perguntas, onde os respondentes que obtiveram o maior número de acertos em menos tempo foram premiados com

um cofre contador de moedas. E, na segunda edição, os respondentes que acertaram todas as questões também concorreram a um cofre contador de moedas. Os vencedores da ELOS das duas etapas do jogo foram: Jorge Jacob Quint, Cláudio Luiz Fontão Junior, Airton Luiz da Silva e Terezinha Ivonete de Fáveri.

- **Educação financeira e qualidade de vida** - O programa da A Escolha Certa, promoveu a palestra “Como planejar melhor o futuro - Finanças e Qualidade de Vida”. O evento aconteceu em três ocasiões: em Florianópolis/SC, no dia 24 de novembro, em Tubarão/SC, no dia 1º de dezembro, e em Rio Verde/GO, no dia 5 de dezembro. As palestras foram gratuitas para os participantes e assistidos da ELOS e das demais entidades que compõem a ASCPREV e tiveram como palestrantes Álvaro Dezidério da Luz, economista e mestre em Economia e Finanças, e Luciana Fagundes, psicóloga especialista em Psicologia Cognitivo-Comportamental e em Psicologia Econômica.

Resultados Consolidados

PATROCINADORAS

As organizações (por exemplo, empresa ou grupo de empresas, autarquias ou fundações) que instituem para seus empregados, por intermédio de uma entidade fechada de previdência complementar, planos de previdência, como benefício integrante de suas políticas de recursos humanos, são chamadas de patrocinadoras. São patrocinadoras da ELOS:

- Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
- Engie Brasil Energia S.A.
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social- ELOS

A ELETROSUL

Patrocinadora Instituidora, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade anônima de economia mista com capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Fundada em 1968, atua nas áreas de transmissão, geração, comercialização de energia, e ainda em telecomunicações. Com sede em Florianópolis, capital de Santa Catarina, a empresa possui empreendimentos nos três estados da Região Sul, e nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

No segmento de transmissão, integra e interliga as fontes de energia elétrica aos mercados consumidores, criando condições para a competição. Viabiliza, com os demais países do MERCOSUL, a importação e/ou exportação de energia elétrica e garante a qualidade nos pontos de suprimento. O sistema de transmissão próprio é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), representando uma capacidade total de transformação superior a 25 mil MVA, além de aproximadamente 11 mil km de linhas de transmissão. Além disso, tem envolvimento em cerca de 40 subestações de propriedade de outras empresas. Também participa por meio de Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) da implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 2,3 mil km de linhas.

No segmento de geração, a matriz energética da Eletrosul é 100% limpa, proveniente das fontes hídrica, eólica e solar, totalizando 2,1 mil MW de potência instalada – energia suficiente para atender ao consumo de uma população com cerca de 12 milhões de pessoas. Desde 2013, a Eletrosul registra a operação plena de cinco hidrelétricas, com total de 522,5 MW. Em parceria, a Eletrosul também participa de empreendimentos estruturantes, como a Hidrelétrica Jirau (3.750 MW) e a Hidrelétrica Teles Pires (1.820 MW). Na geração de energia a partir dos ventos, a empresa é a maior investidora da região Sul e um dos maiores players do País, com 800 MW de capacidade instalada no Rio Grande do Sul. Em Florianópolis, a sede administrativa foi transformada em um complexo de geração fotovoltaica – o maior da América Latina integrado a um edifício –, a Usina Megawatt Solar (1 MWp). Em telecomunicações, possui 11.471 km de fibras ópticas, sendo 3.658 km próprios e 7.813 km através de swap com outras empresas.

A ENGIE

A ENGIE Brasil Energia, anteriormente chamada Tractebel Energia S/A é responsável pelo Plano de Benefícios BD-ELOS/Tractebel. Com isso, a ELOS passou a ter duas patrocinadoras, além da própria ELOS.

A ENGIE é a maior geradora privada de energia do Brasil. Sediada em Florianópolis, Santa Catarina, com usinas instaladas nas cinco regiões do país, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará.

Seu parque gerador é composto por 32 plantas, todas operadas pela Companhia, das quais nove são hidrelétricas, cinco termelétricas e quatorze complementares: três a biomassa, sete eólicas, três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e uma solar. Entretanto, a capacidade instalada operada pela Tractebel é de 10.290 MW, pois quatro dessas usinas são exploradas comercialmente por meio de parcerias com outras empresas: Usina Hidrelétrica Itá, Usina Hidrelétrica Machadinho, Usina Hidrelétrica Estreito e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

A ENGIE Brasil Energia conta com mais de 1.000 empregados e seu portfólio de clientes é formado por distribuidoras, clientes livres e comercializadoras. Seu controle acionário é detido pela ENGIE Brasil Participações Ltda, que responde por 68,71% do capital social da ENGIE Brasil Energia. A ENGIE Brasil Participações Ltda é controlada pelo grupo franco-belga ENGIE, maior produtor independente de energia do mundo, com capacidade instalada de 117,1GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

A ELOS

Os planos pela ELOS geridos também são ofertados aos seus colaboradores como parte integrante de sua política de recursos humanos.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ADMINISTRADOS

A ELOS oferta, atualmente, três planos de previdência complementar, sendo dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Definida. São eles:

- Plano BD-ELOS/Eletrosul (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)
- Plano BD-ELOS/Tractebel (Patrocinadora Engie Brasil Energia S/A)
- Plano CD-Eletrosul (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total administrado pela ELOS, apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até 31 de dezembro de 2016, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Ativo Total Administrado em 2016: **R\$ 2.892.396 mil**

Ativo Total Administrado em 2015: **R\$ 2.644.779 mil**

Assim, a ELOS encerrou o ano de 2016 com a gestão de um ativo total de R\$ 2.892 milhões, 9,3% maior que em 2015, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 2.644 milhões.

Parte deste valor já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 6.315 mil**

Impostos a recolher e outros valores a pagar.

• **Exigível Contingencial: R\$ 29.100 mil**

Corresponde ao montante provisionado para desembolsos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a ELOS.

• **Fundo Não Previdencial: R\$ 33.740 mil**

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e de seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura parcial de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2016 foi de cerca de R\$ 2,9 bilhões, apresentando um *déficit* aproximado de R\$ 165 milhões.

Em milhares de Reais

ATIVO TOTAL	2.892.396
(-) DÉBITOS CONSOLIDADOS	69.155
(=) ATIVO LÍQUIDO	2.823.241
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREV.	2.988.493
RESULTADOS DOS PLANOS	- 165.252

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui contribuições extraordinárias e recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2016, já descontadas as taxas administrativas.

Em milhares de Reais

Valor total de contribuições previdenciais

2016	2015
98.281	83.476

Abaixo, consta o valor total de benefícios pagos pela ELOS no ano de 2016, a título de aposentadorias, pensões e auxílios.

Em milhares de Reais

Valor total de benefícios concedidos

2016	2015
209.415	189.636

QUADRO DE PARTICIPANTES

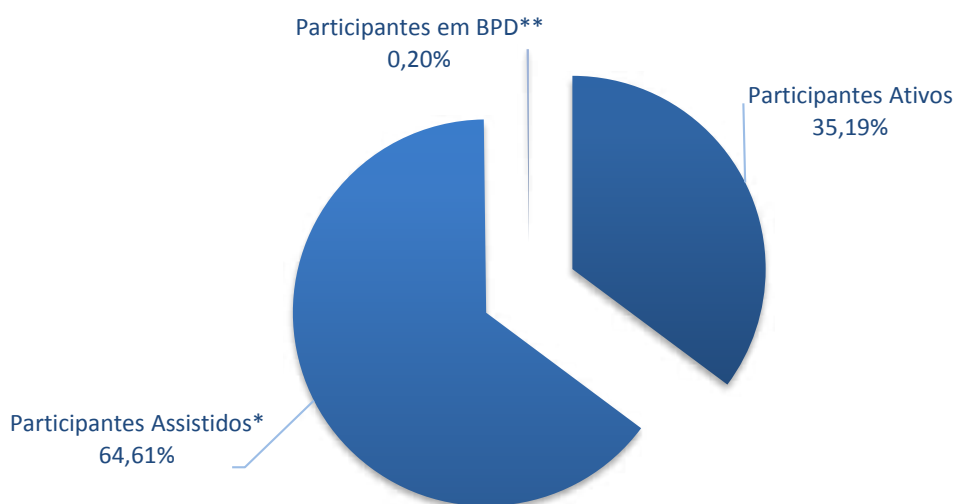
O quadro de participantes da Fundação ELOS apresentou um pequeno aumento em relação ao ano de 2015, totalizando, em 31 de dezembro de 2016, 4.612 participantes. Destes, 1.250 são vinculados ao Plano BD-ELOS/Eletrosul, 2.094 ao plano BD-ELOS/Tractebel; ambos na modalidade de Benefício Definido, e 1.268 ao plano CD-Eletrosul, na modalidade de Contribuição Definida. Nestes números estão incluídas três pensões suspensas do Plano BD-ELOS/Eletrosul e oito do Plano BD-ELOS/Tractebel.

	2016	2015
PARTICIPANTES ATIVOS	1623	1.583
PARTICIPANTES ASSISTIDOS*	2.980	2.983
PARTICIPANTES EM BPD**	9	15
TOTAL	4.612	4.581

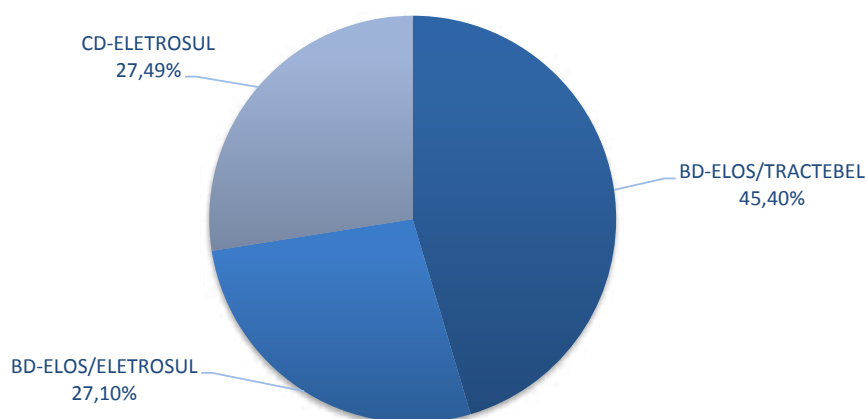
* Inclusive 11 pensões suspensas

**BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observado sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

TOTAL DE PARTICIPANTES POR CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO



TOTAL DE PARTICIPANTES POR PLANO



Investimentos

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do Ativo Total administrado pela ELOS no ano de 2016, R\$ 2.760.173 mil está destinado ao programa de investimentos. No final de 2015, este valor correspondia a R\$ 2.515.580 mil.

Patrimônio Total Administrado em 2016 R\$ 2.892.396 mil	Patrimônio Total Administrado em 2015 R\$ 2.644.779 mil
Patrimônio Investido em 2016 R\$ 2.760.173 mil	Patrimônio Investido em 2015 R\$ 2.515.580 mil

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, descontados os valores de taxa administrativa e correspondentes benefícios de riscos, direcionada para o Programa de Gestão Administrativa, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 85,92% do patrimônio
R\$ 2.371.552 mil
- **Renda Variável:** 7,40% do patrimônio
R\$ 204.166 mil
- **Investimentos Estruturados:** 0,44% do patrimônio
R\$ 12.098 mil
- **Empréstimos a Participantes:** 3,12% do patrimônio
R\$ 86.109 mil
- **Imóveis:** 3,12% do patrimônio
R\$ 86.248 mil

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

O ano de apresentou um quadro de baixo crescimento. De acordo o Banco Central, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano seguido, registrando queda de -3,6% em 2016. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,29% em 2016, a menor taxa anual em três anos. Os principais fatores que influenciaram as expectativas econômicas no ano foram, no cenário doméstico, o desaquecimento da atividade econômica e queda na arrecadação do setor público e por consequência a necessidade de aprovação de reformas de âmbito fiscal, além de incertezas na esfera política. No cenário externo, a eleição do republicano Donald Trump para presidência dos EUA e a saída do Reino Unido do bloco

européu. No final do ano, foi observada uma redução acentuada da taxa de inflação, e aliada às melhores expectativas com relação às reformas fiscais, ocorreu correspondente redução nas taxas de juros futuros e dos títulos públicos, impactando positivamente os fundos de renda fixa e títulos com marcação a mercado. Apesar da queda em dezembro, o IBOVESPA, principal índice de ações brasileiro, teve alta no ano de 38,94%, com relevante participação de ingresso de recursos do exterior.

INDICADORES	2016	2015
INPC	6,58%	11,28%
IPCA	6,29%	10,67%
SELIC	14,02%	13,27%
POUPANÇA	8,30%	7,94%
IBOVESPA	38,93%	-13,31%

EMPRÉSTIMOS

Além de administrar planos de previdência complementar, a ELOS dispõe aos seus participantes a possibilidade de efetuar empréstimos, de acordo com o plano no qual esteja inscrito, com a vantagem de taxa de juros em geral abaixo dos patamares praticados pelo mercado bancário, além de atender às metas atuariais dos planos.

O saldo de Empréstimos em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 86.109 mil, correspondente a 2.530 contratos vigentes. Em 2015, a quantidade era de 2.502, somando R\$ 74.377 mil.

Resultados do Plano BD-ELOS/ELETROSUL

O plano BD-ELOS/ELETROSUL atende os empregados da patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também os da própria Fundação ELOS. Encontra-se fechado para novas adesões desde 1º de janeiro de 2010, em virtude da criação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD-Eletrosul.

A migração para o Plano CD-ELETROSUL foi dada apenas aos participantes em atividade que estavam vinculados ao Plano BD-ELOS/ELETROSUL até 30/dez/2011, data em que foi encerrado o período de migração, sendo que aqueles que optaram por permanecer no plano, bem como a todos os assistidos (aposentados e pensionistas), ficaram garantidos os respectivos direitos, conforme estipulado em regulamento.

Início de Vigência: 17 de julho de 1973

Registro CNPB: 1974.0002-65

PATROCINADORAS

- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Fundação ELOS

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras além de contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2016, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/ELETROSUL encerrou o ano de 2016 com um ativo total de R\$ 1.158 milhões, 9,92% maior do que em 2015, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 1.054 milhões.

Em milhares de Reais

Ativo Total Administrado

2016	2015
1.158.135	1.053.651

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional:** R\$ 812 mil

Impostos a recolher e outros valores a pagar

- **Exigível Contingencial:** R\$ 12.398 mil

Corresponde ao montante provisionado para desembolsos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.

- **Fundo Não Previdencial:** R\$ 23.762 mil

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura parcial de empréstimos em caso de morte de participante do plano de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2016 foi de cerca de R\$ 1.121 milhões e um déficit técnico aproximado de R\$ 103 milhões.

BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

ATIVO TOTAL	1.158.135
(-) DÉBITOS CONSOLIDADOS	36.972
(=) ATIVO LÍQUIDO	1.121.163
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREV.	1.224.682
RESULTADO TÉCNICO DO PLANO	- 103.518

Conforme será melhor descrito adiante, cabe destacar que de acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o limite de déficit técnico ajustado do plano para o ano de 2016 foi superior ao déficit calculado, não exigindo portanto, o seu equacionamento imediato, embora siga sendo controlado e seu equacionamento não seja descartado no futuro.

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui recursos provenientes de contribuições contratadas e valor para custeio administrativo, realizadas no ano de 2016.

Em milhares de Reais

Valor total de contribuições previdenciais

2016	2015
32.186	31.186

Abaixo o valor total de benefícios pagos no ano de 2016, como aposentadorias, pensões e auxílios.

Em milhares de Reais

Valor total dos benefícios concedidos

2016	2015
71.651	64.874

QUADRO DE PARTICIPANTES

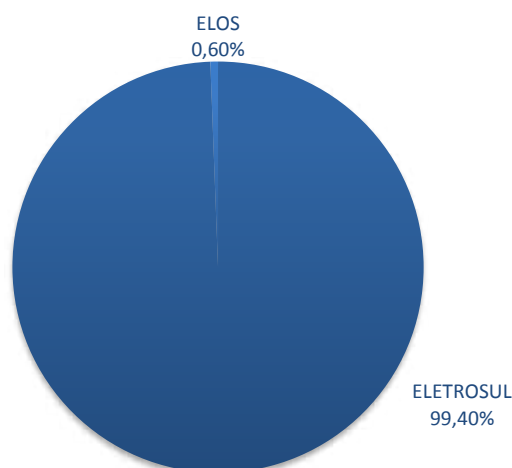
O quadro de participantes do plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentou um pequeno decréscimo de 0,4% em relação ao ano de 2015, totalizando, em 31 de dezembro de 2016, 1.250 participantes, incluindo 03 pensões suspensas.

	2016	2015
PARTICIPANTES ATIVOS	501	512
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	747	738
PARTICIPANTES EM BPD*	2	5
TOTAL	1.250	1.255

Do total de participantes ativos, 498 são vinculados à patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A, 3 à própria ELOS e nenhum está na condição de autopatrocinador.

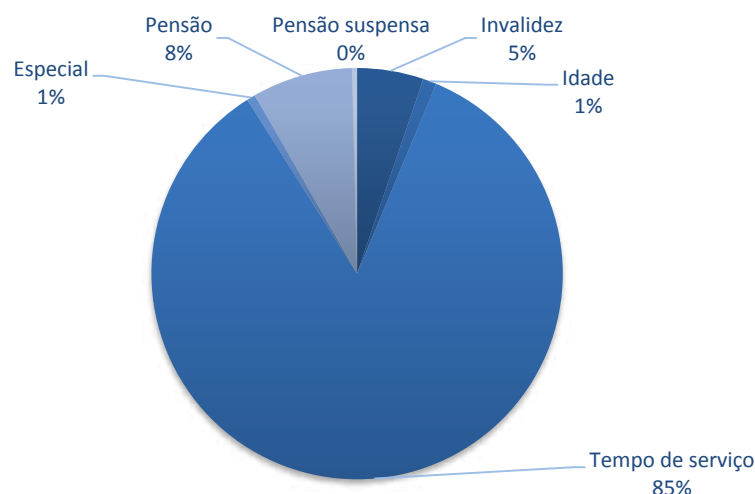
**BPD - Benefício Proporcional Diferido: Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.*

TOTAL DE PARTICIPANTES ATIVOS



Do total de assistidos, 633 são aposentados por tempo de serviço, 39 por invalidez, 8 por idade e 5 por condição especial. Há ainda 59 pensões e 3 pensões suspensas.

TOTAL DE APOSENTADOS



RESULTADO ATUARIAL - PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

O resultado apresentado registra um déficit técnico ajustado de R\$ 72,6 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como as causas mais prováveis da variação de uma situação deficitária ajustada em dez/2015 de R\$ 96,0 milhões para uma situação deficitária ajustada neste exercício de R\$ 72,6 milhões, as seguintes:

Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016. (*1)	(R\$ 160.535.682,75)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior a rentabilidade líquida correspondente a meta atuarial de rentabilidade.	R\$ 13.749.640,13
Adequação dos coeficientes de regressão adotados na função de crescimento real de salário.	R\$(2.104.318,54)
Recálculo da Tábua de Mortalidade At2000 (unissex) desagravada em 10%.	R\$ (105.297,27)
Adoção Taxa de Juros Anuais de 6,00% ao Ano.	R\$ 38.436.153,48
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%.	R\$ (3.283.667,16)
Ajuste na Composição Familiar dos Ativos - HX	R\$ (840.901,22)
Alteração Base Cadastral Recadastramento/2016	R\$ 4.686.705,94
Alteração de Benefícios em Função de Decisão Judicial.	R\$ (952.492,56)
Impacto decorrente da mortalidade observada em 2016 ter sido superior ao projetado no exercício.	R\$ 3.873.260,26
Resultados Atuariais de origens diversas e pulverizadas. (*2)	R\$ 3.558.249,38
Déficit Técnico Acumulado no ano de 2016 antes do ajuste de precificação.	R\$ (103.518.350,31)
Ajuste de Precificação, conforme res. CNPC nº 16/2014.	R\$ 30.877.998,32
Déficit Técnico Ajustado acumulado apurado na reavaliação atuarial de 31/12/2016. (*3)	R\$ (72.640.351,99)

(*1): $\$ (160.535.682,75) = (141.353.951,53) \times 1,1357$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,2905% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.224.681.553,76 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma diversidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na Resolução CGPC nº 26/2008, que representa 5,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.224.681.553,76, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

Merecendo destaque ainda:

- O "Ajuste de Precificação" corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de 6,00% ao ano, e o valor contábil desses títulos, com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/ELETROSUL no ano de 2016, cerca de R\$ 1.089 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2015, este valor correspondia a cerca de R\$ 987 milhões.

Patrimônio Investido em 2016	Patrimônio Investido em 2015
R\$ 1.089.633 mil	R\$ 987.103 mil

RENTABILIDADE

- **Rentabilidade dos investimentos:** 14,99%
- **Meta Atuarial:** 13,57%

A carteira de investimentos do Plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentou rentabilidade de 14,99% em 2016, percentual acima da meta atuarial de 13,57% para o mesmo período.

O segmento de renda fixa obteve retorno de 14,76%, também acima da meta. Os investimentos em renda variável fecharam o ano com rentabilidade de 19,33%. O segmento de Imóveis registrou retorno de 8,77% e o de Empréstimos a Participantes apresentou valorização acima da meta atuarial, de 14,96%.

Já o segmento de Investimentos Estruturados apresentou resultado negativo, de 0,19%.

Cabe destacar que os investimentos da ELOS, como é natural em um fundo de pensão, devem observar que boa parte de suas obrigações são alocadas no longo prazo, logo o retorno dos recursos investidos também deve ser avaliado considerando tal característica.

Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/ELETROSUL está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 81,65% do patrimônio

R\$ 889.709 mil

- **Renda Variável:** 11,55% do patrimônio

R\$ 125.893 mil

- **Investimentos Estruturados:** 0,39% do patrimônio

R\$ 4.218 mil

- **Empréstimos a Participantes:** 2,97% do patrimônio

R\$ 32.383 mil

- **Imóveis:** 3,44% do patrimônio

R\$ 37.431 mil

EMPRÉSTIMOS

A modalidade Empréstimos consiste em linha de crédito ofertada pela ELOS aos seus participantes, sendo que a taxa de juros contratada, além de estar, em geral, abaixo dos níveis praticados no mercado bancário, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade, atendendo a meta atuarial. A quantidade e valores especificados abaixo referem-se ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2016, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/ELETROSUL por meio do Plano Especial de Empréstimo (PEE).

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

Quantidade de Empréstimos: 868

- Valor total de empréstimos: R\$ 32.383 mil

Resultados do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

O plano BD-ELOS/TRACTEBEL é um plano na modalidade Benefício Definido tendo a Engie Brasil S/A como patrocinadora, ressaltando que neste plano existem apenas participantes assistidos e em Vesting/BPD.

Início de Vigência: 17 de julho de 1973

Registro CNPB: 1974.0003-38

PATROCINADORA

- Engie Brasil Energia

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes aposentados, e pelas contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2016, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/TRACTEBEL encerrou o ano de 2016 com um ativo total de R\$ 986 milhões, 2,23% maior do que em 2015, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 964 milhões.

Em milhares de Reais

Ativo Total Administrado

2016	2015
985.606	964.130

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional:** R\$ 4.018 mil

Impostos a recolher e outros valores a pagar

- **Exigível Contingencial:** R\$ 12.570 mil

Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a ELOS.

- **Fundo Não Previdencial:** R\$ 6.124 mil

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura parcial de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário, um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2016 foi de cerca de R\$ 963 milhões e um *déficit* técnico aproximado de R\$ 67 milhões.

BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

ATIVO TOTAL	985.606
(-) DÉBITOS CONSOLIDADOS	22.712
(=) ATIVO LÍQUIDO	962.894
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREV.	1.029.716
RESULTADO TÉCNICO DO PLANO	- 66.822

Conforme será melhor descrito adiante, cabe destacar que de acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o limite de déficit técnico ajustado acumulado do plano para o ano de 2016 foi superior ao déficit ajustado calculado, não exigindo, portanto, neste exercício o seu equacionamento imediato, embora siga sendo controlado e seus equacionamentos dos exercícios de 2014 e 2015 serem mantidos, ressaltando ainda, que futuros equacionamentos não seja descartados.

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor acima inclui recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2016.

Em milhares de Reais

Valor total de contribuições previdenciais

2016	2015
28.410	18.058

Abaixo o valor total de benefícios pagos no ano de 2016, como aposentadorias, pensões e auxílios.

Em milhares de Reais

Valor total de benefícios concedidos

2016	2015
122.066	112.704

QUADRO DE PARTICIPANTES

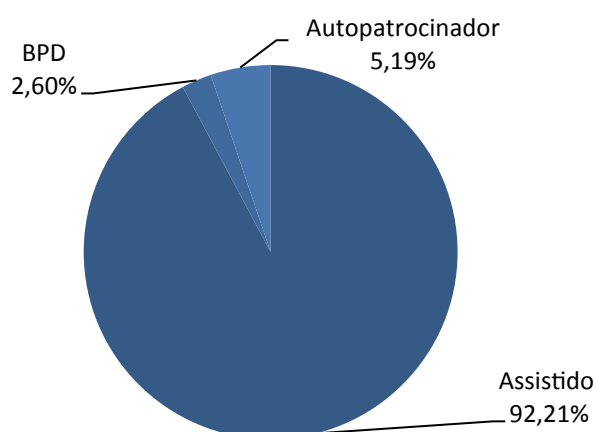
O quadro de participantes do plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentou decréscimo em relação ao ano de 2015, totalizando, em 31 de dezembro de 2016, 2.094 participantes. O plano não possui participantes ativos, sendo seu quadro composto apenas por assistidos (aposentados e pensionistas) e participantes em BPD.

	2016	2015
PARTICIPANTES ATIVOS	-	-
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	2.091	2.109
PARTICIPANTES EM BPD*	3	3
TOTAL	2.094	2.112

**BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelo respectivo Regulamento do Plano.*

Do total de assistidos, 1.437 são aposentados por tempo de serviço, 52 por invalidez, 6 por idade, 52 por condição especial e 1 na condição de ex-combatente. Há ainda 535 pensões, sendo 8 suspensas.

TOTAL DE ASSISTIDOS



RESULTADO ATUARIAL - PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

O resultado apresentado registra um déficit técnico ajustado de R\$ 48,4 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como as causas mais prováveis da variação de uma situação deficitária ajustada em dez/2015 de R\$ 78,8 milhões para uma situação deficitária ajustada neste exercício de R\$ 48,4 milhões, as seguintes:

Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1).	R\$ (143.651.607,71)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade.	R\$ 566.228,33
Recálculo da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex).	R\$ (974.305,00)
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%.	R\$ (3.311.458,00)
Alteração de benefícios em função de Decisão Judicial.	R\$ (991.677,75)
Adoção família efetiva para os benefícios a conceder (BPD)	R\$ 4.749,00
Adoção taxa de juros de 6,31% a.a.	R\$ 57.545.102,05
Equacionamento do déficit apurado em 31/12/2015.	R\$ 22.717.406,70
Ajuste na base cadastral (dependentes) dos Assistidos recadastramento/2016	R\$ 4.601.747,07
Resultados atuariais de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (3.328.385,67)
Déficit Técnico Acumulado no ano de 2016 antes do ajuste de precificação	R\$ (66.822.200,98)
Ajuste de Precificação, conforme res. CNPC Nº 16/2014	R\$ 18.331.575,44
Déficit Técnico Ajustado Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*3)	R\$ (48.490.625,54)

(*1): $R\$ (143.651.607,71) = (126.498.421,72) \times 1,1356$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.029.716.244,16 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma diversidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 4,71% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.029.716.244,16, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

Merecendo destaque ainda:

- O “Ajuste de Precificação” corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de 6,31% ao ano, e o valor contábil desses títulos, com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

- Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado referente aos resultados de 2014: Entraram em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora e as contribuições adicionais dos Participantes, Aposentados e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano.

Em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016 é de responsabilidade da Patrocinadora equacionar 2/3 (dois terços) e da responsabilidade dos Participantes em BPD, aposentados e pensionistas equacionar 1/3 (um terço) do Déficit Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014.

- Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado referente aos resultados de 2015: Entraram em vigor, a partir de fevereiro/2017, as contribuições adicionais da Patrocinadora e as contribuições adicionais dos Participantes, Aposentados e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano.

Em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016 é de responsabilidade da Patrocinadora equacionar 2/3 (dois terços) e da responsabilidade dos Participantes, aposentados e pensionistas equacionar 1/3 (um terço) do Déficit Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL no ano de 2016, cerca de R\$ 935 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2015, este valor correspondia a cerca de R\$ 914 milhões.

Patrimônio Investido em 2016	Patrimônio Investido em 2015
R\$ 934.612 mil	R\$ 914.064 mil

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras.

RENTABILIDADE

- **Rentabilidade dos investimentos:** 13,67%
- **Meta Atuarial:** 13,56%

A carteira de investimentos do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentou rentabilidade de 13,67% em 2016, percentual acima da meta atuarial de 13,56% para o mesmo período.

O segmento de renda fixa obteve um desempenho satisfatório, com 14,02% de retorno, acima da meta, assim como os segmentos de Imóveis e o de Empréstimos a Participantes, que apresentaram valorização acima da meta atuarial, respectivamente com retornos de 14,67% e de 14,92%.

Os investimentos em Renda Variável foram zerados no início do ano de 2016.

Já os Investimentos Estruturados apresentaram resultado negativo, em 0,19%. Apesar do resultado negativo, o segmento de estruturados representa somente 0,65% do patrimônio total investido do plano, por isso não impacta de forma significativa na rentabilidade final.

Cabe destacar que os investimentos da ELOS, como é natural em um fundo de pensão, devem observar que boa parte de suas obrigações são alocadas no longo prazo, logo o retorno dos recursos investidos também deve ser avaliado considerando tal característica.

Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/TRACTEBEL está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 92,66% do patrimônio

R\$ 865.969 mil

- **Investimentos Estruturados:** 0,65% do patrimônio

R\$ 6.049 mil

- **Empréstimos a Participantes:** 3,19% do patrimônio

R\$ 29.839 mil

- **Imóveis:** 3,50% do patrimônio

R\$ 32.755 mil

EMPRÉSTIMOS

A modalidade Empréstimos consiste em linha de crédito ofertada pela ELOS aos seus participantes, sendo que a taxa de juros contratada, além de estar, em geral, abaixo dos níveis praticados no mercado bancário, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade, atendendo a meta atuarial. As quantidades e o valor a seguir são referentes ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2016, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/TRACTEBEL.

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

Quantidade de Empréstimos: 939

Fundo de Assistência ao Participante (FAP)

Quantidade de Empréstimos: 1

- Saldo de empréstimos: R\$ 29.839 mil

Resultados do Plano CD-ELETROSUL

O Plano de Benefícios Previdenciários n. 01 CD/Eletrosul é um plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida (CD) e passou a ser ofertado a partir de 1º de janeiro de 2010 para os novos empregados da Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também da ELOS, por meio de adesão ao plano. Sendo que para os participantes ativos do Plano BD-ELOS/ELETROSUL foi ofertada a opção de migração para este Plano, com encerramento dessa migração em 30/12/2011.

Através da Portaria nº 580, a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) aprovou em 2014 a inclusão de Perfis de Investimento no Regulamento do plano. Essa alteração foi publicada no Diário Oficial da União em 06/11/2014.

Início de Vigência: 01 de janeiro de 2010

Registro CNPB: 2009.0037-56

PATROCINADORAS

- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano CD/ELETROSUL, apresentado abaixo, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2016, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano CD/ELETROSUL encerrou o ano de 2016 com um ativo no total de R\$ 743 milhões, 19,41% maior do que em 2015, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 623 milhões.

Em milhares de Reais

Ativo Total Administrado

2016	2015
743.410	622.554

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional:** R\$ 372 mil

Impostos a recolher e outros valores a pagar

• **Fundo Não Previdencial:** R\$ 3.854 mil

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos), visando manter uma reserva de recursos destinada a garantir a manutenção da estrutura administrativa da ELOS e de fundo de investimentos (para cobertura parcial de empréstimos em caso de morte de participante do plano de benefício definido- BPDS).

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2016 foi de cerca de R\$ 739 milhões gerando um superávit aproximado de R\$ 5 milhões, superávit este exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado – BPDS, dada suas características.

CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

ATIVO TOTAL	743.410
(-) DÉBITOS CONSOLIDADOS	4.226
(=) ATIVO LÍQUIDO	739.184
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREV.	734.095
RESULTADO TÉCNICO DO PLANO	5.088

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor acima inclui recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2016.

Em milhares de Reais

Valor total de contribuições previdenciais

2016	2015
41.441	37.474

O valor abaixo corresponde ao total de benefícios pagos no ano de 2016.

Em milhares de Reais

Valor total de benefícios concedidos

2016	2015
15.698	10.512

QUADRO DE PARTICIPANTES

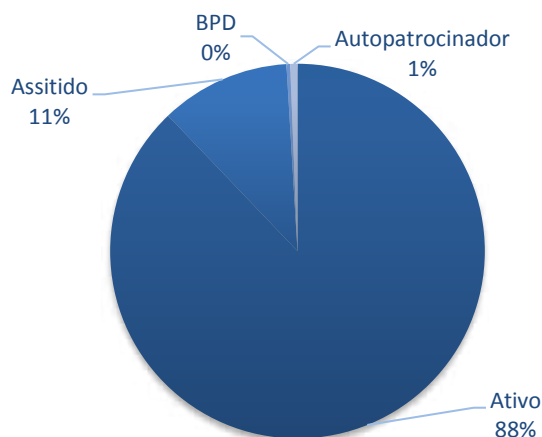
O quadro de participantes do plano CD-ELETROSUL apresentou aumento em relação ao ano de 2015, totalizando, na data de 31 de dezembro de 2016, 1.268 participantes, devido a novas adesões.

	2016	2015
PARTICIPANTES ATIVOS	1.122	1.071
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	142	136
PARTICIPANTES EM BPD*	4	7
TOTAL	1.268	1.214

**BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.*

Do total de participantes, 1.114 são ativos, 8 são autopatrocinadores, 4 são BPD e 142 são assistidos. Ainda do total de participantes, 534 são migrações e 592 adesões ao plano. Em 2016, houve 3 solicitações de resgate e 1 de portabilidade.

TOTAL DE PARTICIPANTES POR CONDIÇÃO



RESULTADO ATUARIAL- CD ELOS/ELETROSUL

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um plano basicamente de Contribuição Definida, este não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário Técnico variou de R\$ 1,2 mil em 31/12/2015 para R\$ 5,0 milhões em 31/12/2016, tendo sido as causas mais prováveis para essa variação, as seguintes:

Superávit técnico acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 1.449.128,58
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2016 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.	R\$ 1.887.712,97
Adoção Taxa de Juros Anuais de 6,00% ao ano.	R\$ 1.987.488,20
Recálculo da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 10%	R\$ 240.747,77
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%.	R\$ (168.725,82)
Ajuste na composição familiar dos ativos - HX	R\$ 10.015,81
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	(R\$ 317.500,34)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*3)	R\$ 5.088.867,17

(*1): R\$ 1.449.128,58 = 1.276.652,79 x 1,1351 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,50% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 62.928.242,90 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios Definido e de natureza solidária e grupal, como uma diversidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equivale a 8,08% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 62.928.242,90.

O Benefício Proporcional Diferido Saldado (sub-plano BPDS), foi uma opção realizada pelo participante no momento de sua migração ao Plano CD, na qual parte da reserva transferida gera um benefício de aposentadoria vitalício.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano CD-ELETROSUL no ano de 2016, cerca de R\$ 736 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2015, este valor correspondia a cerca de R\$ 614 milhões.

Patrimônio Investido em 2016	Patrimônio Investido em 2015
R\$ 735.928 mil	R\$ 614.414 mil

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, incluídos os valores de taxa administrativa direcionada para o Programa de Gestão Administrativo, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

No que se refere a investimentos, o CD-ELETROSUL assumiu duas nomenclaturas – CD Puro e CD BPDS, em virtude da necessidade de segregação dos patrimônios relativos à migração ao plano com a opção de Benefício Proporcional Diferido Saldado; na qual parte da reserva transferida gerará futuramente um benefício de aposentadoria vitalício, daí a necessidade de diferenciação.

Por se tratar de um plano financeiro, o CD-ELETROSUL sub-plano CD Puro não apresenta meta atuarial, ou seja, o mínimo de rentabilidade a ser atingida. Este plano usa como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com um mês de defasagem, para simples comparativo.

No caso do CD-ELETROSUL sub-plano CD Puro, as rentabilidades líquidas obtidas com os investimentos são repassadas para a conta do participante.

SUB-PLANO CD PURO

PATRIMÔNIO

O patrimônio do Sub-Plano CD Puro aplicado no programa de investimentos em 2016 totalizou R\$ 667.866 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi de 15,29%, percentual acima do índice de referência de 7,39% no mesmo período.

Patrimônio Investido em 2016

Patrimônio Investido em 2015

R\$ 667.866 mil

R\$ 552.232 mil

RENTABILIDADE

- **Rentabilidade registrada:** 15,29%

O ano apresentou um bom retorno para os ativos de renda fixa, sendo que este segmento teve rentabilidade de 15,15% e os investimentos em renda variável tiveram rentabilidade de 19,72%. Os segmentos de Imóveis e de Empréstimos apresentaram boas valorizações no ano, respectivamente de 8,77% e 15,36%.

A rentabilidade de cada perfil de investimento é diretamente relacionada à composição da carteira pelos diferentes segmentos. Dessa forma, os perfis com maior participação em renda variável, terão suas rentabilidades diretamente relacionadas à performance deste segmento.

Cabe destacar que os investimentos da ELOS, como é natural em um fundo de pensão, devem observar que boa parte de suas obrigações são alocadas no longo prazo, logo o retorno dos recursos investidos também deve ser avaliado considerando tal característica.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano CD Puro está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 83,45% do patrimônio

R\$ 557.346 mil

- **Renda Variável:** 10,92% do patrimônio

R\$ 72.926 mil

- **Investimentos Estruturados:** 0,24% do patrimônio

R\$ 1.605 mil

- **Empréstimos a Participantes:** 3,22% do patrimônio

R\$ 21.519 mil

- **Imóveis:** 2,17% do patrimônio

R\$ 14.470 mil

SUB-PLANO BPDS

PATRIMÔNIO

O patrimônio do Sub-Plano CD BPDS aplicado no programa de investimentos em 2016 totalizou R\$ 68.062 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi 15,97%, percentual acima do índice de referência, de 7,39%.

Patrimônio Investido em 2016

Patrimônio Investido em 2015

R\$ 68.062 mil

R\$ 62.181 mil

RENTABILIDADE

- **Rentabilidade registrada:** 15,97%
- **Índice de Referência:** 7,39%

O ano apresentou um bom retorno para os ativos de renda fixa, sendo que este segmento teve rentabilidade de 15,97% e os investimentos em renda variável tiveram rentabilidade de 19,72%. Os segmentos de Imóveis e de Empréstimos apresentaram boas valorizações no ano, respectivamente de 8,77% e 15,36%.

Cabe destacar que os investimentos da ELOS, como é natural em um fundo de pensão, devem observar que boa parte de suas obrigações são alocadas no longo prazo, logo o retorno dos recursos investidos também deve ser avaliado considerando tal característica.

Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano BPDS está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 85,99% do patrimônio

R\$ 58.528 mil

- **Renda Variável:** 7,86% do patrimônio

R\$ 5.347 mil

- **Investimentos Estruturados:** 0,33% do patrimônio

R\$ 226 mil

- **Empréstimos a Participantes:** 3,34% do patrimônio

R\$ 2.368 mil

- **Imóveis:** 2,34% do patrimônio

R\$ 1.592 mil

EMPRÉSTIMOS

A modalidade Empréstimos consiste em linha de crédito ofertada pela ELOS aos seus participantes, sendo que a taxa de juros contratada, além de estar, em geral, abaixo dos níveis praticados no mercado bancário, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. As quantidade e valores especificados abaixo referem-se ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2016 aos participantes do plano CD por meio do Empréstimo Especial (EEP).

Empréstimo Especial (EEP)

- Quantidade de Empréstimos: 722
- Saldo de empréstimos: R\$ 23.887 mil



Detalhamento dos Resultados



Despesas Administrativas

As despesas apresentadas a seguir estão de acordo com a planificação contábil do Plano de Contas definido pela PREVIC e de acordo com o Plano de Gestão Administrativa, proporcionando maior transparência e facilidade no acompanhamento das contas da Fundação.

As fontes de receitas da ELOS são originadas da taxa administrativa dos planos previdenciais que administra. Para o plano BD-ELOS/ELETROSUL, a receita administrativa é proveniente do percentual sobre as contribuições, de acordo com o plano de custeio. Para o plano CD-ELETROSUL, é a taxa de administração incidente sobre o total dos recursos administrados. E, para o plano BD-ELOS/TRACTEBEL, as despesas administrativas são reembolsadas. Além das fontes citadas, para os Planos de Benefício Definido, existe o ressarcimento de custos das despesas administrativas de investimentos e dos valores acumulados no Fundo Administrativo.

As despesas da **gestão de investimentos** estão segregadas na forma de Gestão Interna e Externa. A Gestão Interna dos investimentos engloba todas as despesas envolvidas nos processos de investimento, desembolsadas pela Entidade. A Gestão Externa é a abertura dos custos e despesas despendidas pelos fundos de investimentos, onde a ELOS é cotista.

TOTAL DAS DESPESAS

Nas despesas com conselheiros, dirigentes e pessoal próprio estão inclusos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento, inclusive a remuneração variável que faz parte do Plano de Benefícios da Fundação. Cabe ressaltar que as Despesas Operacionais de Investimentos também estão inclusas.

Consolidado ELOS

Em Reais

	2016		2015		2016/2015
CONSOLIDADO					
CONSELHEIROS	165.110,66	1,59%	149.508,83	1,61%	10,44%
DIRIGENTES	1.862.083,82	17,98%	1.828.591,70	19,64%	1,83%
PESSOAL PRÓPRIO	2.581.315,84	24,92%	2.281.949,52	24,51%	13,12%
ENCARGOS	1.110.934,90	10,72%	952.761,08	10,23%	16,60%
BENEFÍCIOS	728.057,99	7,03%	737.638,64	7,92%	-1,30%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	237.222,45	2,29%	157.203,93	1,69%	50,90%
VIAGENS E ESTADIAS	83.395,42	0,81%	85.671,03	0,92%	-2,66%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.970.735,58	19,02%	1.658.983,94	17,82%	18,79%
DESPESAS GERAIS	751.055,46	7,25%	661.275,83	7,10%	13,58%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	770.877,34	7,44%	700.833,89	7,53%	9,99%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	98.372,91	0,95%	93.857,01	1,01%	4,81%
OUTRAS DESPESAS	76,76	0,00%	3.330,65	0,04%	-97,70%
	10.359.239,13		9.311.606,05		11,25%

BD-ELOS/ELETROSUL*Em Reais*

	2016		2015	2016/2015
PGA BD ELETROSUL				
CONSELHEIROS	55.328,33	1,54%	50.130,31	10,37%
DIRIGENTES	623.984,29	17,32%	613.126,89	1,77%
PESSOAL PRÓPRIO	864.999,19	24,01%	765.137,71	13,05%
ENCARGOS	372.220,75	10,33%	319.460,77	16,52%
BENEFÍCIOS	243.972,31	6,77%	247.330,61	-1,36%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	77.668,59	2,16%	56.146,01	38,33%
VIAGENS E ESTADIAS	27.749,31	0,77%	28.725,55	-3,40%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	725.469,71	20,14%	574.848,21	26,20%
DESPESAS GERAIS	268.949,47	7,46%	243.793,12	10,32%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	293.180,20	8,14%	251.023,67	16,79%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	49.318,47	1,37%	43.905,47	12,33%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	-	0,00%
	3.602.840,62		3.193.628,32	12,81%

BD-ELOS/TRACTEBEL*Em Reais*

	2016		2015	2016/2015
PGA BD TRACTEBEL				
CONSELHEIROS	68.355,92	2%	64.423,49	6,10%
DIRIGENTES	770.902,70	18%	787.940,09	-2,16%
PESSOAL PRÓPRIO	1.068.673,58	25%	983.291,92	8,68%
ENCARGOS	459.860,75	11%	410.544,86	12,01%
BENEFÍCIOS	301.416,11	7%	317.848,65	-5,17%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	100.756,15	2%	61.906,25	62,76%
VIAGENS E ESTADIAS	34.779,08	1%	36.915,65	-5,79%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	817.025,40	19%	714.200,90	14,40%
DESPESAS GERAIS	273.637,74	6%	242.802,66	12,70%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	322.317,52	8%	313.967,98	2,66%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	49.054,44	1%	49.951,54	-1,80%
OUTRAS DESPESAS	76,76	0%	3.330,65	-97,70%
	4.266.856,15		3.987.124,64	7,02%

CD-ELETROSUL

Em Reais

	2016		2015		2016/2015
PGA CD PURO					
CONSELHEIROS	37.149,99	1,67%	30.903,56	1,64%	20,21%
DIRIGENTES	418.968,91	18,78%	377.969,88	20,07%	10,85%
PESSOAL PRÓPRIO	580.786,39	26,04%	471.678,91	25,04%	23,13%
ENCARGOS	249.924,62	11,20%	196.935,50	10,46%	26,91%
BENEFÍCIOS	163.813,21	7,34%	152.469,92	8,09%	7,44%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	52.993,16	2,38%	34.799,39	1,85%	52,28%
VIAGENS E ESTADIAS	18.749,58	0,84%	17.708,18	0,94%	5,88%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	384.040,43	17,22%	327.068,66	17,36%	17,42%
DESPESAS GERAIS	187.995,05	8,43%	155.375,93	8,25%	20,99%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	136.149,08	6,10%	118.727,42	6,30%	14,67%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
	2.230.570,42		1.883.637,35		18,42%

CD-ELETROSUL (BPDS)

Em Reais

	2016		2015		2016/2015
PGA CD BPDS					
CONSELHEIROS	4.276,42	1,65%	4.051,47	1,64%	5,55%
DIRIGENTES	48.227,92	18,62%	49.554,84	20,05%	-2,68%
PESSOAL PRÓPRIO	66.856,68	25,82%	61.840,98	25,01%	8,11%
ENCARGOS	28.928,78	11,17%	25.819,95	10,44%	12,04%
BENEFÍCIOS	18.856,36	7,28%	19.989,46	8,09%	-5,67%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	5.804,55	2,24%	4.352,28	1,76%	33,37%
VIAGENS E ESTADIAS	2.117,45	0,82%	2.321,65	0,94%	-8,80%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	44.200,04	17,07%	42.866,17	17,34%	3,11%
DESPESAS GERAIS	20.473,20	7,91%	19.304,12	7,81%	6,06%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	19.230,54	7,43%	17.114,82	6,92%	12,36%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
	258.971,94		247.215,74		4,76%

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

2016

NATUREZA DO GASTO	BD ESUL	CD	TBEL
GESTÃO INTERNA	1.425.592,43	942.399,64	1.598.619,42
DESPESAS OPERACIONAIS	1.301.649,42	852.040,18	1.494.807,58
PESSOAL E ENCARGOS	853.041,22	638.699,34	1.053.891,63
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	9.793,25	7.547,67	11.041,28
VIAGENS E ESTADIAS	18.074,79	13.533,13	22.330,44
SERVIÇOS DE TERCEIROS	201.822,28	137.972,09	253.157,70
DESPESAS GERAIS	59.704,61	44.702,58	62.792,52
OUTRAS DESPESAS	159.213,27	9.585,37	91.594,01
CARTEIRA PRÓPRIA	123.943,01	90.359,46	103.811,84
GESTÃO EXTERNA	807.640,14	399.003,63	268.343,78
CORRETAGENS	64.881,27	45.714,02	23.303,06
CETIP / SELIC	94.757,87	45.577,89	21.941,55
TAXA CVM	70.699,39	38.132,78	25.011,45
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	492.155,01	233.773,81	178.768,48
TAXA DE CUSTÓDIA	38.040,20	17.664,40	9.020,74
OUTRAS DESPESAS	47.106,40	18.140,73	10.298,50
TOTAL	2.233.232,57	1.341.403,27	1.866.963,20

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

2015

NATUREZA DO GASTO	BD ESUL	CD	TBEL
GESTÃO INTERNA	1.276.535,43	786.894,37	1.469.448,35
DESPESAS OPERACIONAIS	1.174.346,49	718.576,24	1.387.563,98
PESSOAL E ENCARGOS	774.294,06	539.903,80	995.058,72
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	11.535,20	8.043,85	12.054,60
VIAGENS E ESTADIAS	20.219,72	14.098,89	25.984,69
SERVIÇOS DE TERCEIROS	188.316,72	129.956,33	240.207,84
DESPESAS GERAIS	34.259,21	23.875,96	34.419,26
OUTRAS DESPESAS	145.721,58	2.697,41	79.838,87
CARTEIRA PRÓPRIA	102.188,94	68.318,13	81.884,37
GESTÃO EXTERNA	774.504,56	305.954,03	724.595,97
CORRETAGENS	53.456,54	33.192,93	54.381,58
CETIP / SELIC	76.700,12	34.924,92	36.993,69
TAXA CVM	70.735,08	27.616,92	37.465,73
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	501.742,96	178.385,04	553.414,03
TAXA DE CUSTÓDIA	34.033,19	15.652,66	25.354,22
OUTRAS DESPESAS	37.836,67	16.181,55	16.986,72
TOTAL	2.051.039,99	1.092.848,40	2.194.044,32

Investimentos

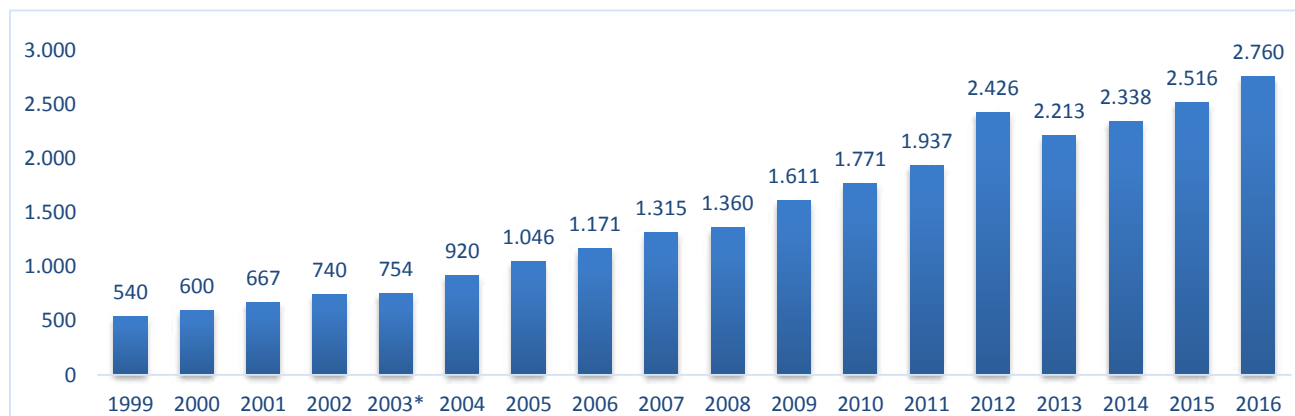
INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Carteira Consolidada da Fundação ELOS, com posição de dezembro de 2016 e 2015, com os percentuais de aplicação em cada segmento.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2016		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RENDA FIXA	2.371.552	85,92	2.108.129	83,80
RENDA VARIÁVEL	204.166	7,40	240.260	9,55
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	12.098	0,44	12.121	0,48
IMÓVEIS	86.248	3,12	80.694	3,21
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	86.109	3,12	74.377	2,96
TOTAL	2.760.173	100,00	2.515.580	100,00

EVOLUÇÃO TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS PELA ELOS DESDE 1999

Total de Recursos Administrados (R\$ milhões)



*Em 2003 foram transferidos R\$162,5 milhões para a PREVIG.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de Reais

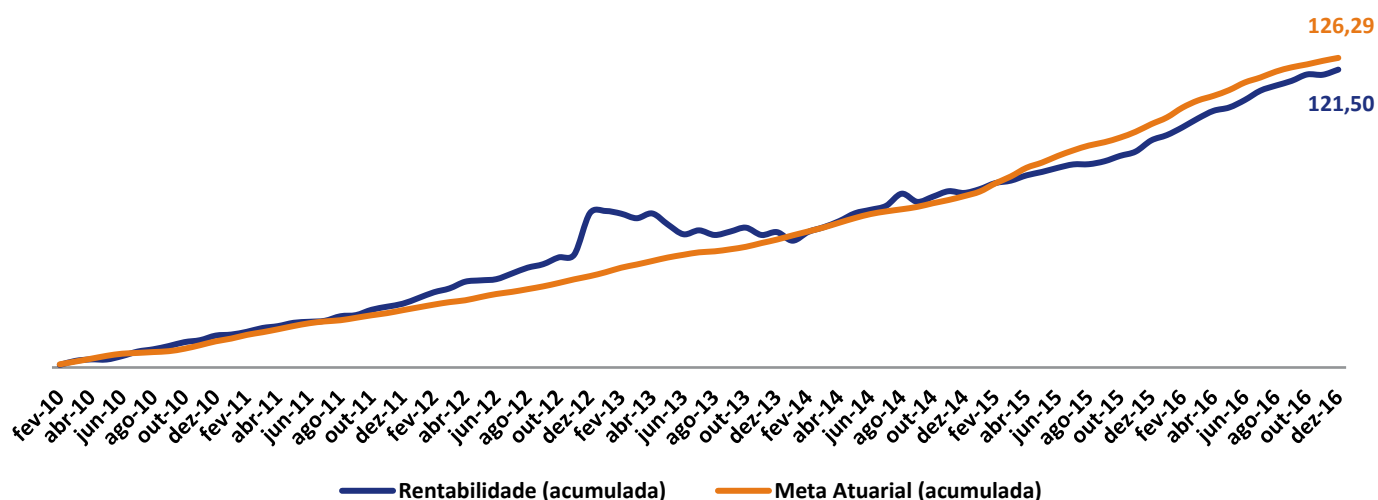
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2016		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RENDA FIXA	889.709	81,65	715.664	72,50
CARTEIRA PRÓPRIA	640.146	58,75	631.932	64,02
FUNDOS	249.564	22,90	176.969	17,93
RENDA VARIÁVEL	125.893	11,55	111.381	11,28
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.218	0,39	4.226	0,43
IMÓVEIS	37.431	3,44	35.653	3,61
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	32.383	2,97	26.941	2,73
TOTAL	1.089.633	100,00	987.103	100,00

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

APLICAÇÕES	2016 (%)	2015 (%)
PLANO BD ELETROSUL	14,99	12,51
RENDA FIXA	14,76	15,44
RENDA VARIÁVEL	19,33	0,21
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	(58,91)
IMÓVEIS	8,77	12,34
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	14,96	19,44
META ATUARIAL	13,57	17,27

RENTABILIDADE HISTÓRICA X META ATUARIAL

RENTABILIDADE DO PLANO (ACUMULADA)



A rentabilidade acumulada, do Plano BD – ELOS/Eletrosul foi de 121,50% contra a meta atuarial de 126,29%, desde fevereiro de 2010.

* **Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano de benefício.**

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

PLANO BD - ELOS/ELETROSUL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	889.709	81,65%	1,03	14,76
NTN-B (IPCA)	635.925	71,48%	0,72	13,63
LFT (SELIC)	4.221	0,47%	1,12	14,00
DPGE (IPCA)	-	0,00%		
FIM INGLESES	47.769	5,37%	1,85	17,65
FIM BARRA VELHA	119.889	13,48%	2,08	20,00
FIM FICUS	22.637	2,54%	2,57	19,93
FIM JOAQUINA	34.273	3,85%	2,02	19,49
FI VOTORANTIM ATUARIAL CP	4.862	0,55%	1,39	16,19
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	10.690	1,20%	1,58	18,46
FIDC VINCI CRED E DES I	6.753	0,76%	(1,21)	16,39
LETRA FIN. TES. ESTADO SC (A RECEBER)	2.689	0,30%		
RENDA VARIÁVEL	125.893	11,55%	(0,72)	19,33
FIC FIA BRAVA	45.671	36,28%	(1,75)	26,02
SULAMERICA GOVERNANÇA I	4.047	3,22%	(6,00)	(17,47)
VINCI GAS	3.676	2,92%	1,33	20,83
SULAMERICA EXPERTISE	4.306	3,42%	(2,60)	6,91
FATOR SINERGIA V	3.981	3,16%	(4,08)	23,70
QUEST SMALL CAPS FIA	7.396	5,87%	2,26	20,08
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	5.804	4,61%	(0,35)	25,02
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	8.902	7,07%	(1,62)	22,27
ATMOS INST FIC FIA	5.750	4,57%	0,91	30,26
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	17.834	14,17%	1,41	18,14
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	-	0,00%		
VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.	18.525	14,72%		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.218	0,39%	0,07	(0,19)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	4.218	100,00%	0,07	(0,19)
IMÓVEIS	37.431	3,44%	5,25	8,77
CENTRO REGIONAL SC	33.065	88,34%		
CENTRO SÉCULO XXI	4.365	11,66%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	32.383	2,97%	0,67	14,96
TOTAL GERAL	1.089.633	100,00%	0,95	14,99

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de Reais

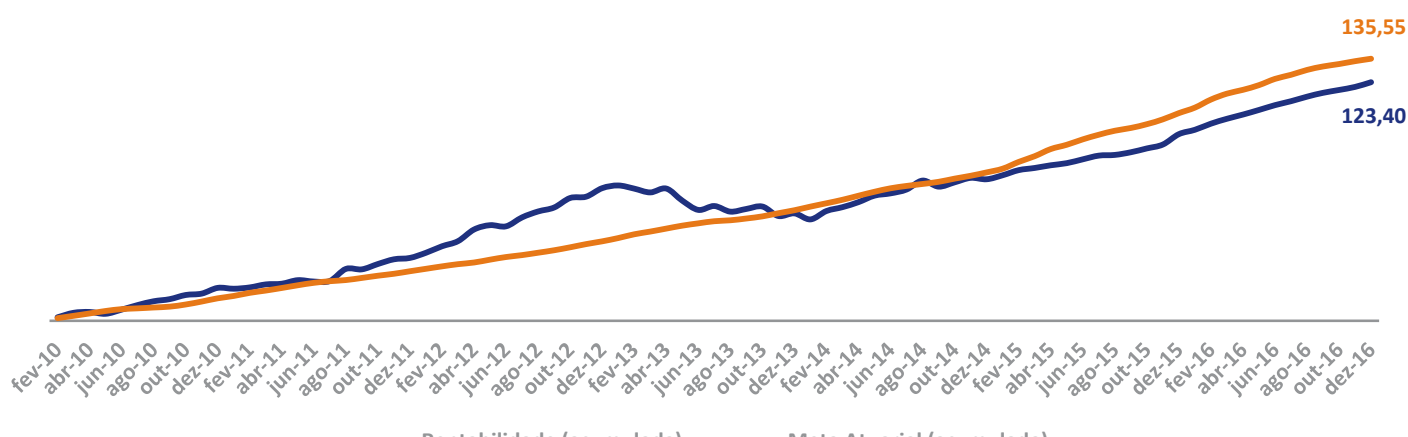
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2016		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RENTA FIXA	865.969	92,66	758.994	83,04
CARTEIRA PRÓPRIA	709.963	75,96	735.643	80,48
FUNDOS	156.006	16,69	48.789	5,34
RENTA VARIÁVEL	-	-	65.439	7,16
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.049	0,65	6.060	0,66
IMÓVEIS	32.755	3,50	29.751	3,25
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	29.839	3,19	28.380	3,10
TOTAL	934.612	100,00	914.064	100,00

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

APLICAÇÕES	2016 (%)	2015 (%)
PLANO BD TRACTEBEL	13,67	13,47
RENTA FIXA	14,02	16,77
RENTA VARIÁVEL	2,33	(6,61)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	(58,91)
IMÓVEIS	14,67	27,01
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	14,92	18,14
META ATUARIAL	13,56	17,35

RENTABILIDADE HISTÓRICA X META ATUARIAL

RENTABILIDADE DO PLANO (ACUMULADA)



A rentabilidade acumulada, do Plano BD – ELOS/Tractebel foi de 123,40% contra a meta atuarial de 135,55%, desde fevereiro de 2010.

***Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano de benefício.**

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

PLANO BD - ELOS/TRACTEBEL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	865.969	92,66%	0,82	14,02
NTN-B (IPCA)	709.963	81,98%	0,73	13,60
DPGE (IPCA)	-	0,00%		
SAMBAQUI	118.235	13,65%	1,77	16,56
FI VOTORANTIM ATUARIAL CP	4.862	0,56%	1,39	16,19
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	17.768	2,05%	1,58	18,46
FIDC VINCI CRED E DES I	6.748	0,78%	(1,21)	16,39
LETRA FIN. TES. ESTADO SC (A RECEBER)	8.392	0,97%		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.049	0,65%	0,07	(0,19)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	6.049	100,00%	0,07	(0,19)
IMÓVEIS	32.755	3,50%	10,42	14,67
EDIFÍCIO SEDE	5.413	16,52%		
CENTRO SÉCULO XXI	27.343	83,48%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	29.839	3,19%	0,44	14,92
TOTAL GERAL	934.612	100,00%	1,10	13,67

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL

SUB-PLANO CD PURO

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2016		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RENDA FIXA	557.346	83,45	466.996	84,57
CARTEIRA PRÓPRIA	416.833	62,41	371.244	67,23
FUNDOS	140.513	21,04	95.752	17,34
RENDA VARIÁVEL	72.926	10,92	53.074	9,61
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.605	0,24	1.580	0,29
IMÓVEIS	14.470	2,17	13.614	2,47
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	21.519	3,22	16.968	3,07
TOTAL	667.866	100,00	552.232	100,00

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

APLICAÇÕES	2016 (%)	2015 (%)
PLANO CD ELETROSUL	15,29	12,17
RENDA FIXA	15,15	15,01
RENDA VARIÁVEL	19,72	(4,88)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	(58,91)
IMÓVEIS	8,77	11,85
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	19,02
ÍNDICE DE REFERÊNCIA	7,39	10,97

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

PLANO CD ELETROSUL - PURO	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	541.847	83,06%	1,03	15,22
NTN-B (IPCA)	296.715	54,76%	0,83	14,04
LFT (SELIC)	120.117	22,17%	1,11	13,97
FIM MOÇAMBIQUE	98.398	18,16%	1,95	20,24
FIM PORTO BELO	16.822	3,10%	2,00	19,28
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	6.647	1,23%	1,58	18,46
FIDC VINCI CRED E DES I	3.148	0,58%	(1,21)	16,39
RENDA VARIÁVEL	72.926	11,18%	(0,76)	19,72
FIC FIA BRAVA	20.214	27,72%	(1,75)	26,02
SULAMERICA GOVERNANÇA I	1.620	2,22%	(6,00)	(17,47)
VINCI GAS	1.471	2,02%	1,33	20,83
SULAMERICA EXPERTISE	2.464	3,38%	(2,60)	6,91
SULAMERICA EXPERTISE II	4.603	6,31%	(1,72)	20,82
FATOR SINERGIA V	1.666	2,28%	(4,08)	23,70
QUEST SMALL CAPS FIA	5.770	7,91%	2,26	20,08
ICATU VANGUARDA	5.410	7,42%	(0,35)	25,02
DIVIDENDOS				
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	11.109	15,23%	(1,62)	22,27
ATMOS INST FIC FIA	4.050	5,55%	0,91	30,26
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	7.136	9,79%	1,41	18,14
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	-	0,00%		
VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.	7.413	10,16%	-	
INVESTIMENTOS				
ESTRUTURADOS	1.605	0,25%	0,07	(0,19)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	1.605	100,00%	0,07	(0,19)
IMÓVEIS	14.470	2,22%	5,25	8,77
CENTRO REGIONAL SC	12.672	87,57%		
CENTRO SÉCULO XXI	1.798	12,43%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	21.519	3,30%	0,68	15,36
TOTAL GERAL	652.368	100,00%	0,78	15,54

RENTABILIDADES DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

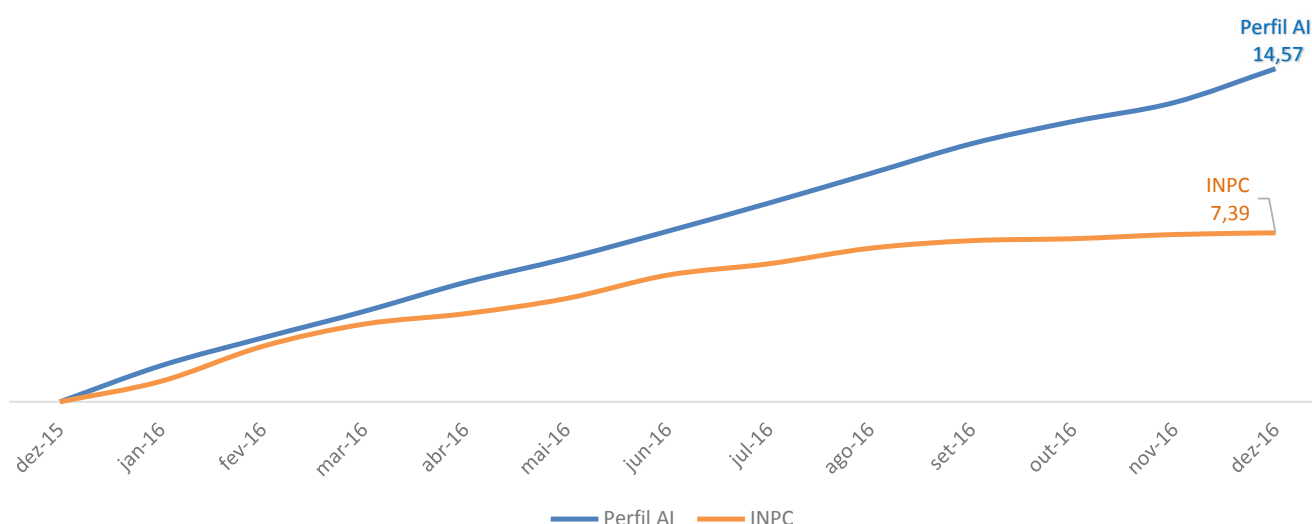
PERFIS DESTINADOS AOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Perfil AI

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	14,57	141.263	100,00%
RENDA FIXA	14,69	133.445	94,47%
RENDA VARIÁVEL	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	-	-
IMÓVEIS	8,77	3.143	2,22%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	4.675	3,31%
* ÍND. REFERÊNCIA	7,39		

Rentabilidade Acumulada - últimos 12 meses



A rentabilidade acumulada, do Perfil AI foi de 14,57% contra o índice de referência de 7,39%, nos últimos 12 meses.

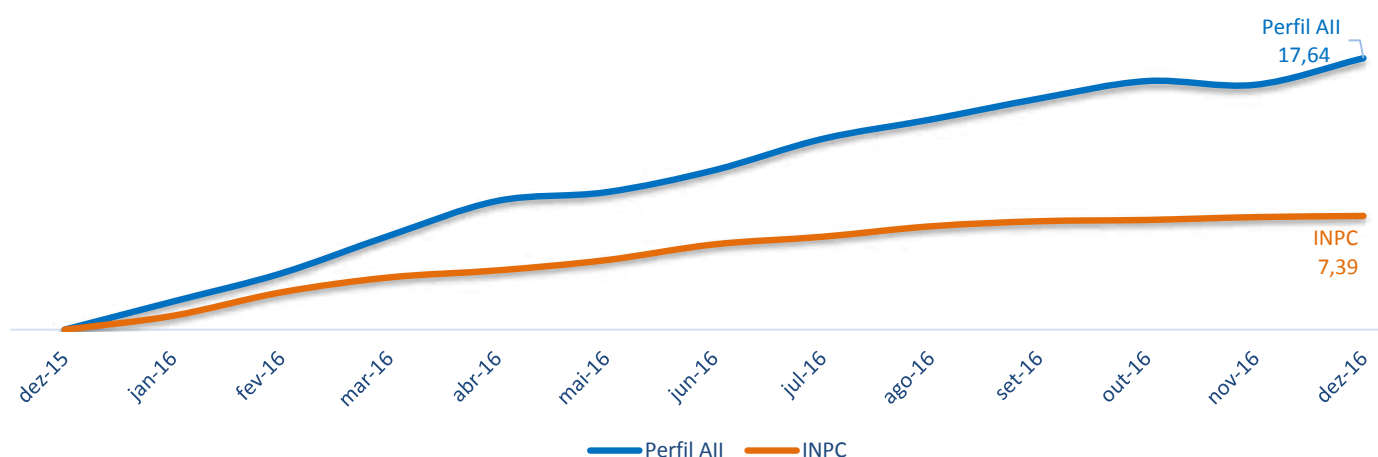
Índice de Referência é o INPC.

Perfil AII

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	17,64	50.759	100,00%
RENDA FIXA	17,98	43.555	85,81%
RENDA VARIÁVEL	19,72	4.107	8,09%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	167	0,33%
IMÓVEIS	8,77	1.178	2,32%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	1.752	3,45%
* ÍND. REFERÊNCIA	7,39		

Rentabilidade Acumulada - últimos 12 meses

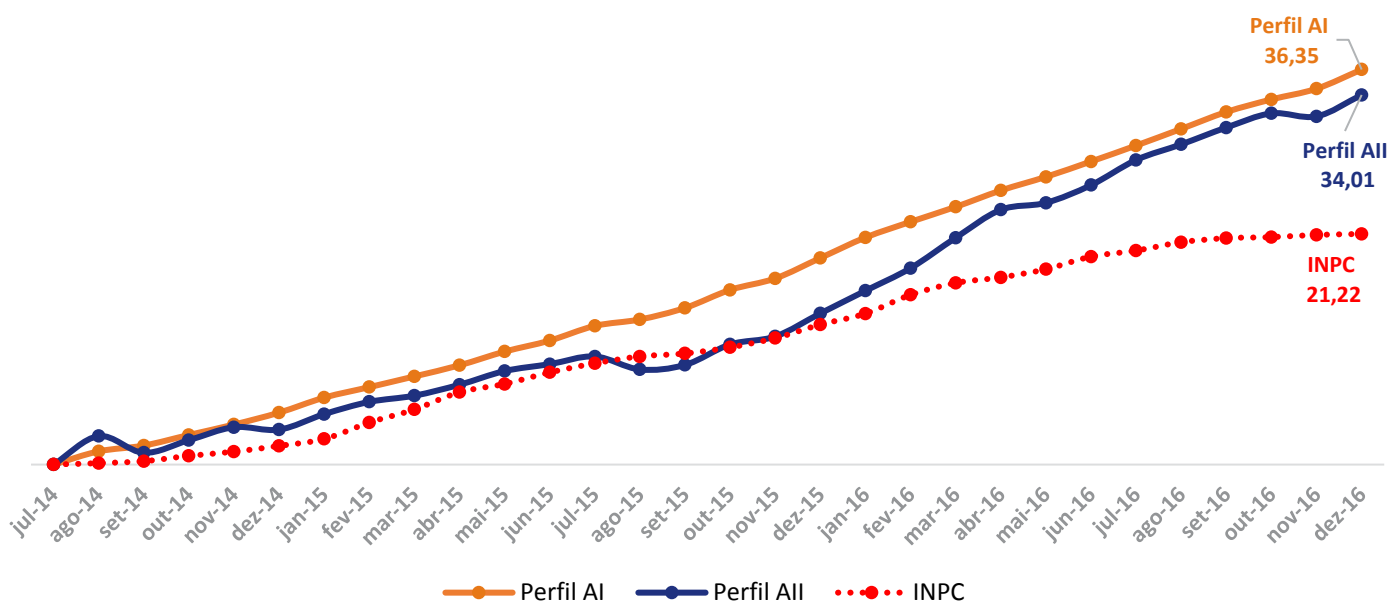


A rentabilidade acumulada, do Perfil All foi de 17,64% contra o índice de referência de 7,39%, nos últimos 12 meses.

Índice de Referência é o INPC.

COMPARATIVO DAS RENTABILIDADES X ÍNDICE DE REFERÊNCIA (DESDE A IMPLANTAÇÃO DOS PERFIS)

Rentabilidade Acumulada - Implantação Perfil de Investimento



A partir de julho de 2014 houve a implantação do Perfil de Investimento.

Comparando a rentabilidade acumulada entre os perfis de investimentos, é observado que o Perfil AI obteve retorno de 36,35% e o Perfil All obteve retorno de 34,01%, desde julho de 2014. O índice de referência- INPC, foi de 21,22%, no mesmo período.

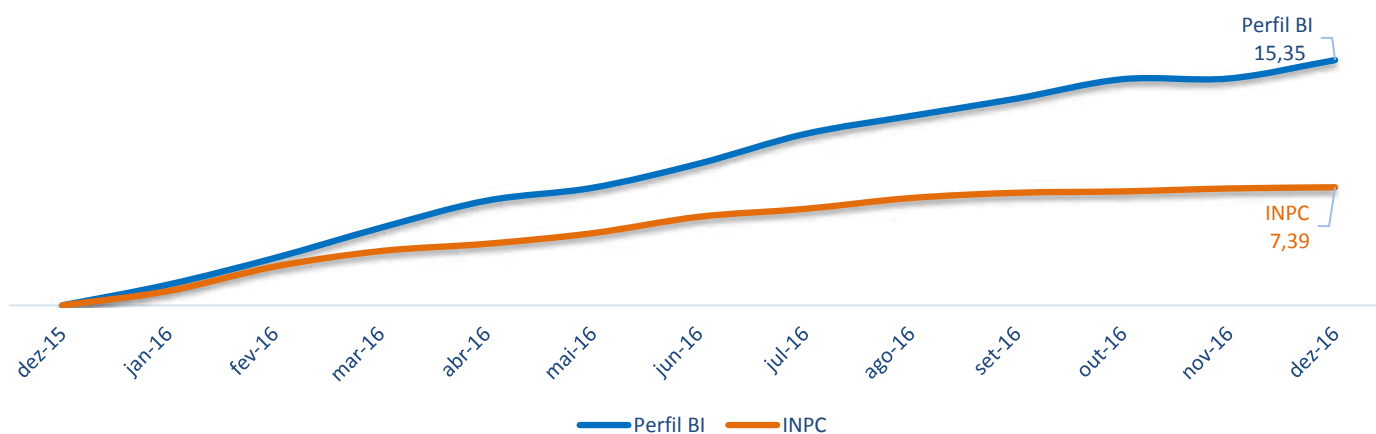
PERFIS DE ATIVOS

Perfil BI

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	15,35	143.952	100,00%
RENDA FIXA	15,35	124.068	86,19%
RENDA VARIÁVEL	19,72	11.236	7,81%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	466	0,32%
IMÓVEIS	8,77	3.291	2,29%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	4.891	3,40%
* ÍND. REFERÊNCIA	7,39		

Rentabilidade Acumulada - últimos 12 meses



A rentabilidade acumulada, do Perfil BI foi de 15,35% contra o índice de referência de 7,39%, nos últimos 12 meses.

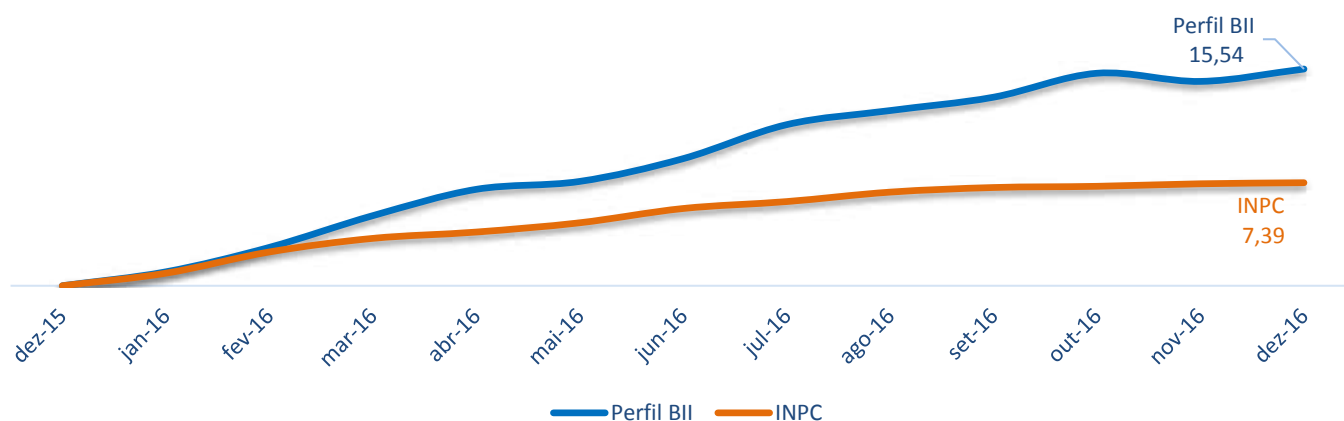
Índice de Referência é o INPC

Perfil BII

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	15,54	295.962	100,00%
RENDA FIXA	15,22	226.991	76,70%
RENDA VARIÁVEL	19,72	52.073	17,59%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	911	0,31%
IMÓVEIS	8,77	6.427	2,17%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	9.560	3,23%
* ÍND. REFERÊNCIA	7,39		

Rentabilidade Acumulada - últimos 12 meses



A rentabilidade acumulada, do Perfil BII foi de 15,54% contra o índice de referência de 7,39%, nos últimos 12 meses.

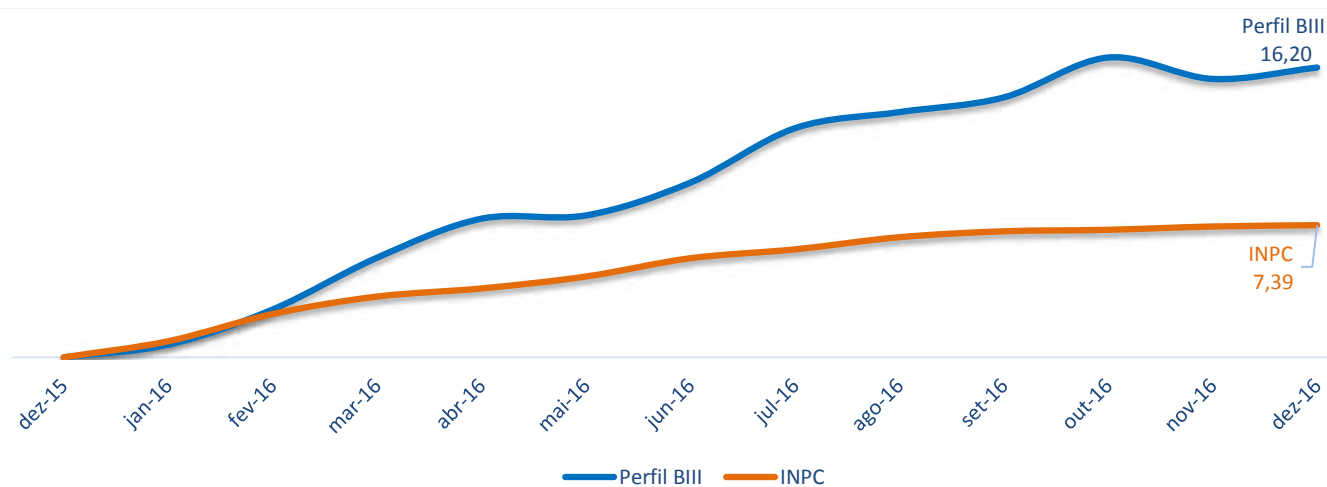
Índice de Referência é o INPC

Perfil BIII

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	16,20	20.432	100,00%
RENDA FIXA	14,92	13.788	67,48%
RENDA VARIÁVEL	19,72	5.511	26,97%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	61	0,30%
IMÓVEIS	8,77	431	2,11%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	641	3,14%
* ÍND. REFERÊNCIA	7,39		

Rentabilidade Acumulada - últimos 12 meses

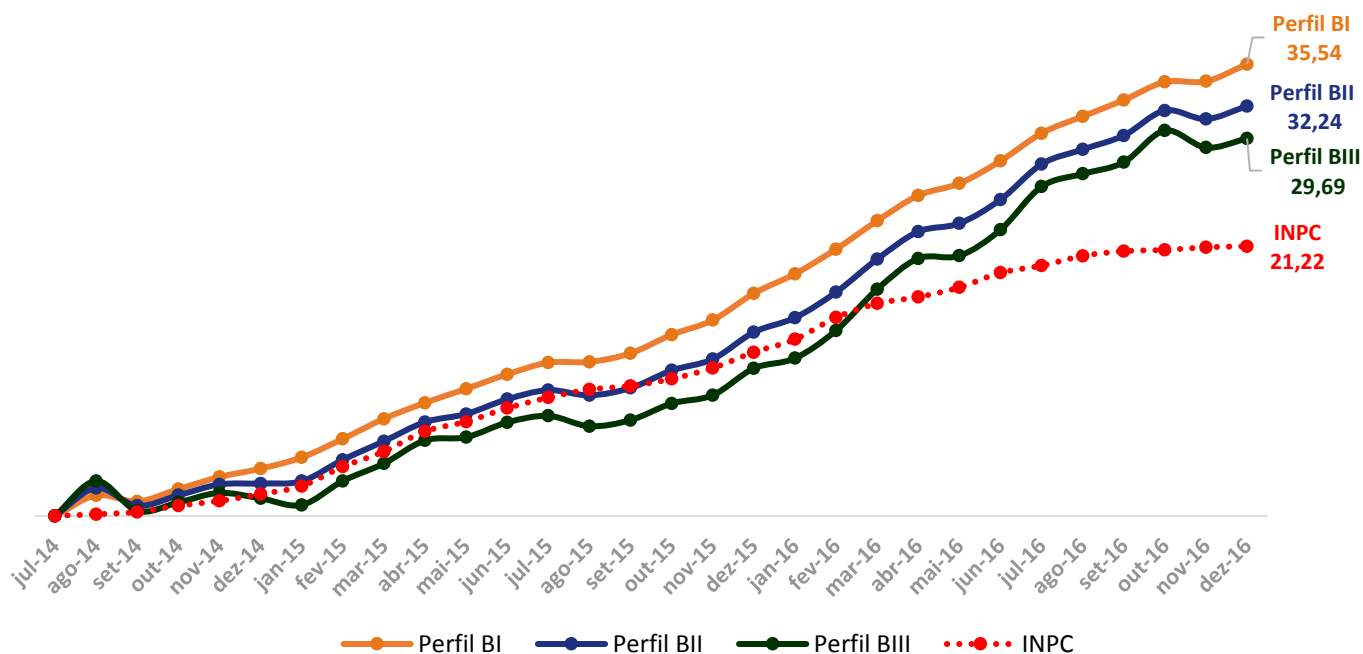


A rentabilidade acumulada, do Perfil BIII foi de 16,20% contra o índice de referência de 7,39%, nos últimos 12 meses.

Índice de Referência é o INPC.

COMPARATIVO DAS RENTABILIDADES X ÍNDICE DE REFERÊNCIA (DESDE A IMPLANTAÇÃO DOS PERFIS)

Rentabilidade Acumulada - Implantação Perfil de Investimento



A partir de julho de 2014 houve a implantação do Perfil de Investimento.

Comparando a rentabilidade acumulada entre os perfis de investimentos, é observado que o Perfil BI obteve retorno de 35,54%, o Perfil BII obteve retorno de 32,24% e o Perfil BIII obteve retorno de 29,69%, desde julho de 2014. O índice de referência- INPC, foi de 21,22%, no mesmo período.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL

SUB-PLANO BPDS

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de Reais

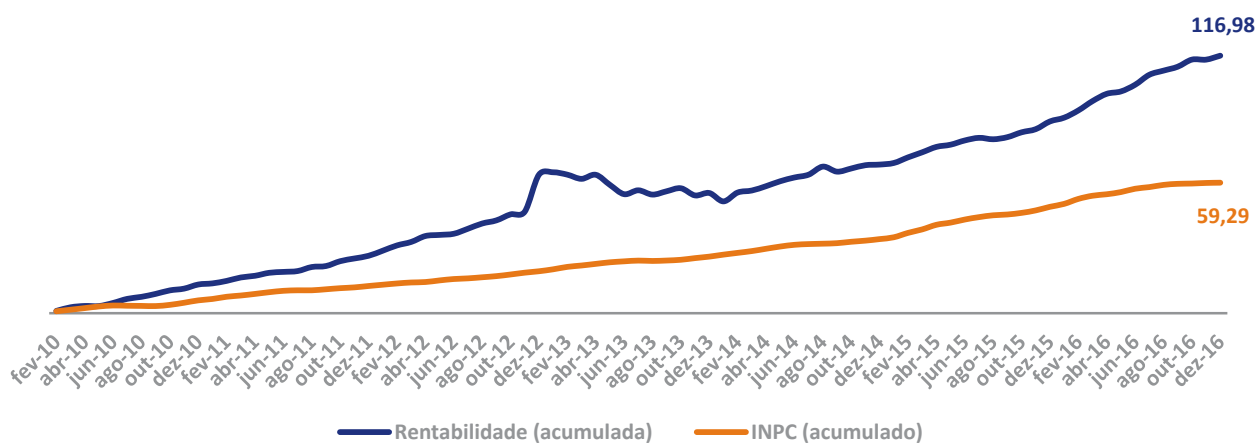
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
RENDA FIXA	58.528	85,99	47.799	76,87
CARTEIRA PRÓPRIA	49.736	73,07	39.580	63,65
FUNDOS	8.792	12,92	8.219	13,22
RENDA VARIÁVEL	5.347	7,86	10.364	16,67
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	226	0,33	255	0,41
IMÓVEIS	1.592	2,34	1.675	2,69
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	2.368	3,48	2.088	3,36
TOTAL	68.062	100,00	62.181	100,00

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

APLICACÕES	2016 (%)	2015 (%)
PLANO CD ELETROSUL (BPDS)	15,97	11,69
RENDA FIXA	14,78	15,96
RENDA VARIÁVEL	19,72	(4,88)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,19)	(58,91)
IMÓVEIS	8,77	12,34
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15,36	19,02
ÍNDICE DE REFERÊNCIA	7,39	10,97

RENTABILIDADE HISTÓRICA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Rentabilidade do Plano (acumulada)



A rentabilidade acumulada, do Plano CD, Sub-Plano BPDS Perfil foi de 116,98% contra o índice de referência de 59,29%, desde fevereiro de 2010.

Índice de Referência é o INPC.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

PLANO CD ELETROSUL- BPDS	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	58.528	85,99%	0,87	14,78
NTN-B (IPCA)	49.736	84,98%	0,71	13,56
LFT (SELIC)	-	0,00%	1,11	13,97
DPGE (IPCA)	-	0,00%		
FIM MOÇAMBIQUE	6.920	11,82%	1,95	20,24
FIM PORTO BELO	1.183	2,02%	2,00	19,28
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	467	0,80%	1,58	18,46
FIDC VINCI CRED E DES I	221	0,38%	(1,21)	16,39
RENDA VARIÁVEL	5.347	7,86%	(0,76)	19,72
FIC FIA BRAVA	1.482	27,72%	(1,75)	26,02
SULAMERICA GOVERNANÇA I	119	2,22%	(6,00)	(17,47)
VINCI GAS	108	2,02%	1,33	20,83
SULAMERICA EXPERTISE	181	3,38%	(2,60)	6,91
SULAMERICA EXPERTISE II	338	6,31%	(1,72)	20,82
FATOR SINERGIA V	122	2,28%	(4,08)	23,70
QUEST SMALL CAPS FIA	423	7,91%	2,26	20,08
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	397	7,42%	(0,35)	25,02
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	815	15,23%	(1,62)	22,27
ATMOS INST FIC FIA	297	5,55%	0,91	30,26
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	523	9,79%	1,41	18,14
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	-	0,00%		
VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.	544	10,16%	-	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	226	0,33%	0,07	(0,19)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	226	100,00%	0,07	(0,19)
IMÓVEIS	1.592	2,34%	5,25	8,77
CENTRO REGIONAL SC	1.394	87,58%		
CENTRO SÉCULO XXI	198	12,42%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	2.368	3,48%	0,68	15,36
TOTAL GERAL	68.062	100,00%	0,83	15,97

Política de Investimentos

A Política de Investimentos é a descrição da filosofia e das práticas de investimentos da Instituição. Ela é desenvolvida para orientar e disciplinar a gestão dos recursos financeiros confiados à Fundação.

Todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), obrigatoriamente, possuem uma Política de Investimentos, que deve ser aprovada pelo seu Conselho Deliberativo e deve estar de acordo com as determinações e a legislação do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente a legislação que disciplina os investimentos das EFPC é a Resolução do CMN 3.792.

As informações a seguir foram extraídas das Políticas de Investimento referentes para o exercício de 2016, e foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo na reunião nº 334 de 21/12/2015.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

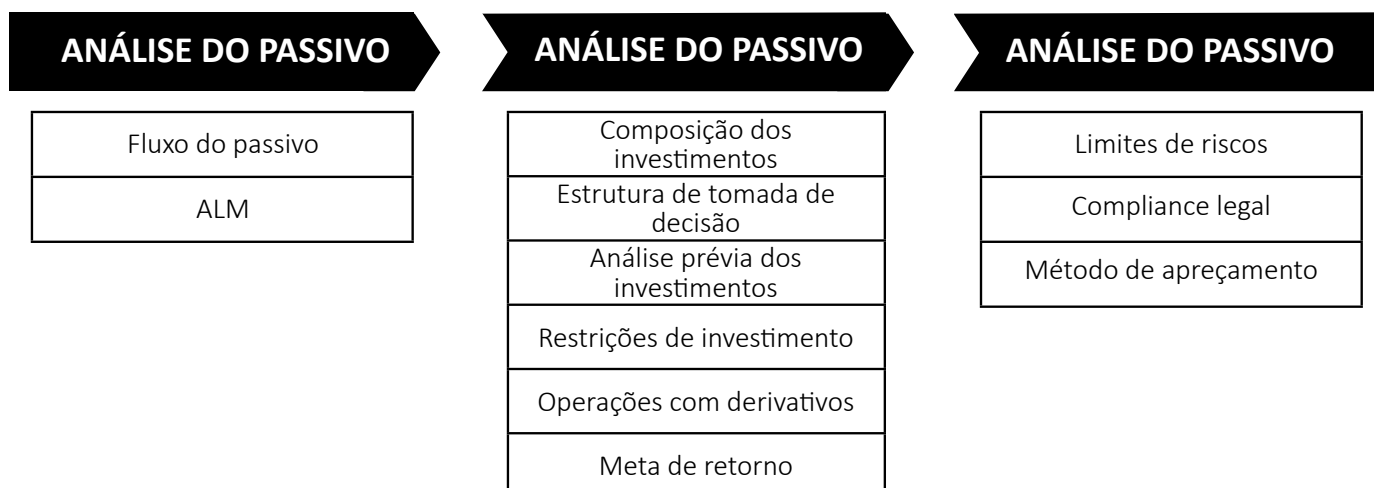
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, “Da Política de Investimento”, da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano BD – ELOS/Eletrosul.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado nos últimos períodos.

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2014	1º Semestre 2015	Estimativa 2016
CONSOLIDADO	10,30%	5,98%	12,07%
RENDA FIXA	12,42%	7,65%	11,78%
RENDA VARIÁVEL	(2,74)%	1,30%	14,38%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(2,16)%	(44,50)%	13,57%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-
IMÓVEIS	20,80%	1,73%	10,76%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13,80%	10,46%	12,44%

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	82,00%	68,00%	99,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	11,00%	1,00%	21,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	1,00%	0,00%	6,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%	0,00%	5,00%
IMÓVEIS	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
MERCADO	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos de VaR e de B-VaR; • Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
CRÉDITO	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação por contrapartes; • Diversificação; • Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
LIQUIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de caixa; • Liquidez ativos; • Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Monitoramento de carência e resgate de fundos; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Monitoramento dos ativos em carteira.
LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Violação da legislação; • Faltas em contratos; • Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; • Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; • Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Controles inadequados; • Falhas de gerenciamento; • Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; • Adoção de práticas de governança corporativa; • Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
ATUARIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
SISTÊMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; • Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela “Fundação”.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

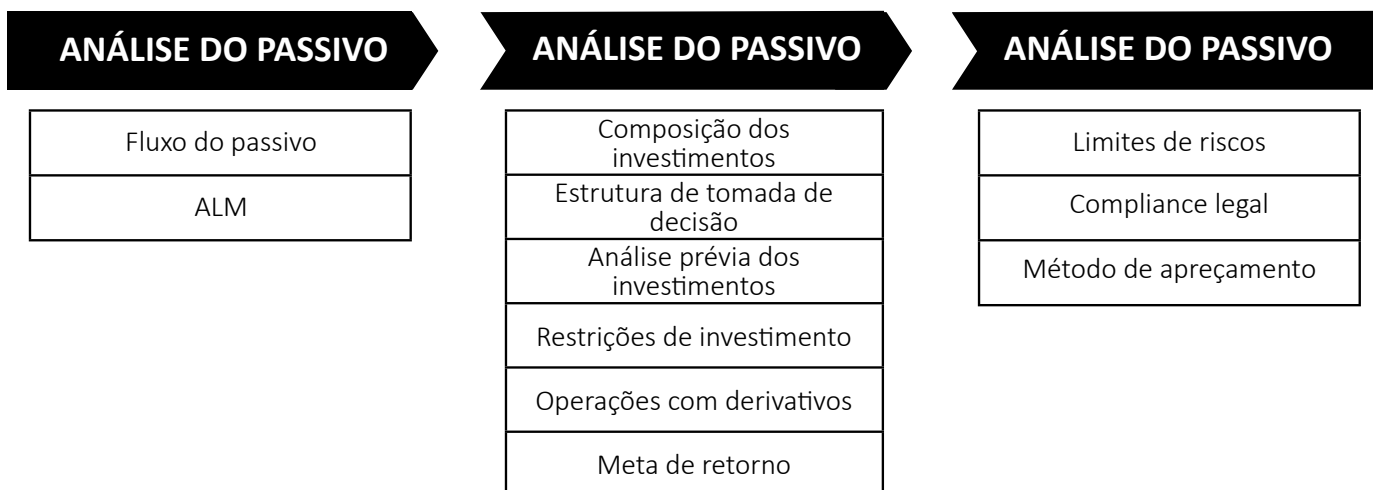
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1ª de janeiro de 2016, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, “Da Política de Investimento”, da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano BD – ELOS/Tractebel.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado nos últimos períodos.

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2014	1º Semestre 2015	Estimativa 2016
CONSOLIDADO	11,34%	5,96%	12,05%
RENDA FIXA	12,91%	7,51%	11,84%
RENDA VARIÁVEL	(2,50)%	3,06%	14,38%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(2,16)%	(44,50)%	13,57%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-
IMÓVEIS	18,27%	1,93%	10,75%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	12,56%	10,05%	12,44%

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	85,00%	72,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	8,00%	0,00%	18,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	1,00%	0,00%	5,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%	0,00%	5,00%
IMÓVEIS	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
MERCADO	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos de VaR e de B-VaR; • Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
CRÉDITO	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação por contrapartes; • Diversificação; • Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
LIQUIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de caixa; • Liquidez ativos; • Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Monitoramento de carência e resgate de fundos; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Monitoramento dos ativos em carteira.
LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Violação da legislação; • Falhas em contratos; • Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; • Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; • Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Controles inadequados; • Falhas de gerenciamento; • Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; • Adoção de práticas de governança corporativa; • Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
ATUARIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
SISTÊMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; • Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela “Fundação”.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD-ELETROSUL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

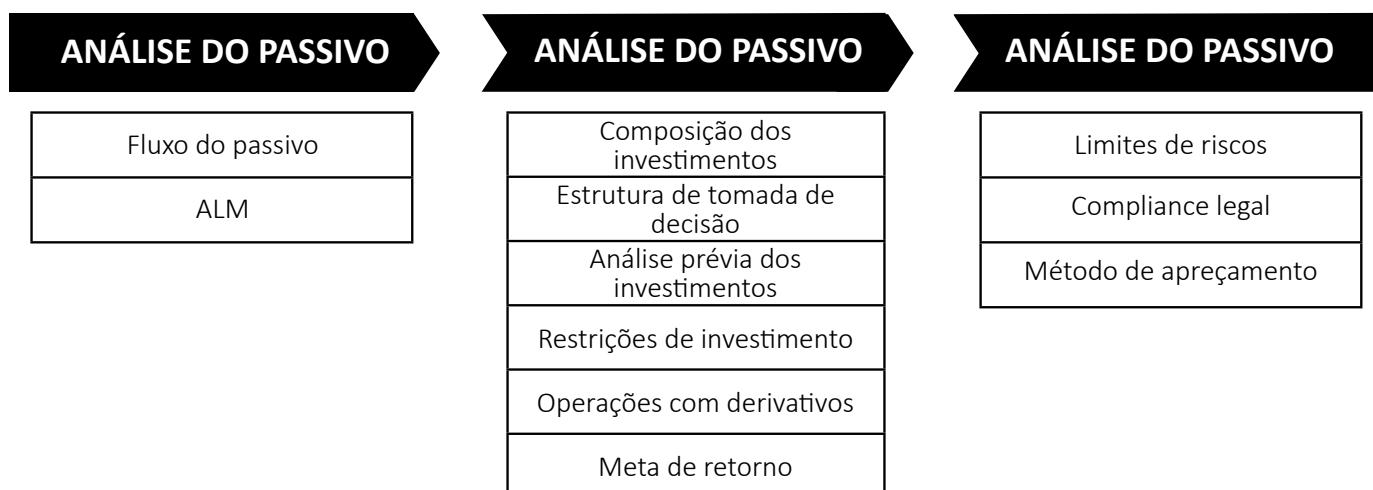
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1ª de janeiro de 2016, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, “Da Política de Investimento”, da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano CD Eletrosul.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através do modelo de Markowitz que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado nos últimos períodos.

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2014	1º Semestre 2015	Estimativa 2016
CONSOLIDADO	9,71%	6,54%	6,54%
RENDA FIXA	12,00%	7,91%	7,91%
RENDA VARIÁVEL	(7,07)%	(1,02)%	(1,02)%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(2,16)%	(44,50)%	(44,50)%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-
IMÓVEIS	20,79%	1,73%	1,73%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13,43%	10,40%	10,40%

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita a expectativa de retorno almejada pelo participante do plano. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	80,00%	65,00%	97,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	12,00%	2,00%	22,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	1,00%	0,00%	6,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Limites por Perfil de Investimentos – Plano CD Eletrosul

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792. Essa alocação foi definida com base na estratégia adotada para cada perfil mediante a sua expectativa de retorno, dado um orçamento de risco.

Perfil AI

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	95,00%	85,00%	100,00%
IMA-S	100,00%	66,00%	60,00%	72,00%
IMA-B 5	100,00%	19,00%	13,00%	25,00%
FUNDOS DE RENDA FIXA	100,00%	10,00%	4,00%	16,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	0,00%	0,00%	1,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	0,00%	0,00%	1,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%	0,00%	1,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Perfil AII

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	85,00%	75,00%	95,00%
IMA-S	100,00%	25,00%	19,00%	31,00%
IMA-B 5	100,00%	35,00%	29,00%	41,00%
IMA-B	100,00%	15,00%	9,00%	21,00%
FUNDOS DE RENDA FIXA	100,00%	10,00%	4,00%	16,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	8,00%	3,00%	13,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	0,00%	0,00%	1,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Perfil BI

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	83,00%	73,00%	93,00%
IMA-S	100,00%	9,00%	3,00%	15,00%
IMA-B 5	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
IMA-B *	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
FUNDOS DE RENDA FIXA	100,00%	21,00%	15,00%	27,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	8,00%	3,00%	13,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Perfil BII

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	73,00%	63,00%	83,00%
IMA-S	100,00%	4,00%	0,00%	10,00%
IMA-B 5	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
IMA-B *	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
FUNDOS DE RENDA FIXA	100,00%	16,00%	10,00%	22,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	18,00%	13,00%	23,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Perfil BIII

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	63,00%	53,00%	73,00%
IMA-S	100,00%	0,00%	0,00%	6,00%
IMA-B 5	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
IMA-B *	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
FUNDOS DE RENDA FIXA	100,00%	10,00%	4,00%	16,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	28,00%	23,00%	33,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
IMÓVEIS	8,00%	2,00%	0,00%	7,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Política de Rebalanceamento

A Entidade poderá adotar no quesito de alocação estratégica dos segmentos, um modelo de rebalanceamento de carteiras. Estudos realizados com dados reais de mercado concluíram que, através do estabelecimento de um procedimento simples de adoção de bandas, as oscilações do mercado de renda variável podem ser exploradas e convertidas em maior rentabilidade e menor risco. Este procedimento consiste no estabelecimento de variações positivas e negativas limitadas a um percentual da alocação objetivo.

Dessa forma, quando há valorização ou desvalorização dos ativos dos segmentos e a proporção superar os limites inferiores ou superiores da banda, o gestor deverá submeter à Diretoria Executiva a possibilidade de venda ou compra de ativos ou cotas de fundos e realizar o movimento de saída ou entrada no segmento de renda fixa.

RENDA VARIÁVEL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	BANDA	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
CONSOLIDADO	12,00%	+ -10,00%	2,00%	22,00%
PERFIL AI	0,00%	+ -1,00%	0,00%	1,00%
PERFIL AII	8,00%	+ -5,00%	3,00%	13,00%
PERFIL BI	8,00%	+ -5,00%	3,00%	13,00%
PERFIL BII	18,00%	+ -5,00%	13,00%	23,00%
PERFIL BIII	28,00%	+ -5,00%	23,00%	33,00%

ESTRUTURADOS	ALOCAÇÃO OBJETIVO	BANDA	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
CONSOLIDADO	2,00%	+ -5,00%	0,00%	7,00%
PERFIL AI	0,00%	+ -1,00%	0,00%	1,00%
PERFIL AII	2,00%	+ -5,00%	0,00%	7,00%
PERFIL BI	2,00%	+ -5,00%	0,00%	7,00%
PERFIL BII	2,00%	+ -5,00%	0,00%	7,00%
PERFIL BIII	2,00%	+ -5,00%	0,00%	7,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
MERCADO	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos de VaR e de B-VaR; • Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
CRÉDITO	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação por contrapartes; • Diversificação; • Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle mensal pelo gestor da carteira; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
LIQUIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de caixa; • Liquidez ativos; • Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Monitoramento de carência e resgate de fundos; • Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; • Monitoramento dos ativos em carteira.
LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Violação da legislação; • Faltas em contratos; • Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; • Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; • Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Controles inadequados; • Falhas de gerenciamento; • Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; • Adoção de práticas de governança corporativa; • Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
ATUARIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; • Estudo de macroalocação de ativos (ALM); • Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
SISTÊMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; • Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela “Fundação”.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativo.

Os recursos líquidos do PGA serão aplicados de acordo com a política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da ELOS:

Parágrafo Primeiro: Os recursos poderão ser aplicados de forma segregada por plano de benefício, em fundos exclusivos ou fundos abertos, a critério da ELOS. Desta forma os rendimentos auferidos serão incorporados ao montante dos seus recursos, proporcionalmente ao capital investido.

Parágrafo Segundo: Poderão ainda, ser aplicados em forma condominial em fundos abertos e em conjunto com os recursos dos seus respectivos planos de benefícios. Sendo que os rendimentos decorrentes deste serão rateados proporcionalmente aos recursos líquidos dos fundos administrativos relativos a cada plano de benefícios.

Diretrizes de aplicação

Os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por uma estratégia de longo prazo para a gestão administrativa dos Planos de Benefícios previdenciais de responsabilidade da Entidade.

Composição dos investimentos

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (benchmarks) dos mandatos.

SEGMENTO / MANDATO	BENCHMARK	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA	
		INFERIOR	SUPERIOR
RECURSOS DO PGA		0,00%	100,00%
TÍTULOS PÚBLICOS	IPCA + 5,00%	0,00%	100,00%
FUNDOS ABERTOS / EXCLUSIVOS	CDI	0,00%	100,00%

Cotas de fundos de investimento

No caso de aquisição de cotas de fundos de investimentos de condomínio aberto, a análise de risco deve considerar, no mínimo:

- A liquidez dos investimentos;
- Indicadores de desempenho, tais como: risco-retorno, Índice de Sharpe e Volatilidade.



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2016	2015
DISPONÍVEL		151	129
REALIZÁVEL		2.892.014	2.644.358
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.1	101.741	98.689
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.2	4.248	3.845
INVESTIMENTOS	5	2.786.025	2.541.824
TÍTULOS PÚBLICOS		1.816.677	1.643.017
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		-	124.856
AÇÕES		51.976	47.789
FUNDOS DE INVESTIMENTO		729.372	556.269
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		86.240	80.686
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		86.109	74.377
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	8	1.654	1.572
OUTROS REALIZÁVEIS		13.997	13.258
PERMANENTE	6	231	292
IMOBILIZADO		231	292
		2.892.396	2.644.779

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

PASSIVO	NOTA	2016	2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	7	6.315	6.100
GESTÃO PREVIDENCIAL		1.451	1.398
GESTÃO ADMINISTRATIVA		1.910	1.644
INVESTIMENTOS		2.954	3.058
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8	29.100	33.102
GESTÃO PREVIDENCIAL		23.314	27.849
GESTÃO ADMINISTRATIVA		4.132	3.680
INVESTIMENTOS		1.654	1.572
PATRIMÔNIO SOCIAL		2.856.981	2.605.577
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		2.807.639	2.559.528
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9	2.972.891	2.826.104
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		2.292.277	2.241.826
BENEFÍCIOS A CONCEDER		886.397	758.636
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		(205.783)	(174.358)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	10	(165.252)	(266.576)
RESULTADOS REALIZADOS		(165.252)	(266.576)
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		(165.252)	(266.576)
FUNDOS	10	49.342	46.049
FUNDOS PREVIDENCIAIS		15.602	12.621
FUNDOS ADMINISTRATIVOS		20.539	21.460
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		13.201	11.968
		2.892.396	2.644.779

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	1.158.135	1.053.651	9,92
DISPONÍVEL	8	53	(82,87)
RECEBÍVEL	68.493	66.506	2,99
INVESTIMENTO	1.089.634	987.093	10,39
TÍTULOS PÚBLICOS	640.146	592.255	8,09
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	37.120	(100,00)
AÇÕES	36.360	33.431	8,76
FUNDOS DE INVESTIMENTO	340.625	259.146	31,44
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	37.431	35.653	4,99
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	32.383	26.941	20,20
OUTROS REALIZÁVEIS	2.689	2.547	5,58
2. OBRIGAÇÕES	13.210	15.235	(13,29)
OPERACIONAL	812	850	(4,50)
CONTINGENCIAL	12.398	14.385	(13,81)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	23.762	23.030	3,18
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	14.588	14.896	(2,06)
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	9.174	8.134	12,78
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	1.121.163	1.015.386	10,42
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.224.682	1.156.740	5,87
SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO	(103.518)	(141.354)	(26,77)
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(72.640)	(96.063)	(24,38)
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(103.518)	(141.354)	(26,77)
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	30.878	45.291	(31,82)
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	(72.640)	(96.063)	(24,38)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	743.410	622.554	19,41
DISPONÍVEL	24	31	(24,31)
RECEBÍVEL	7.459	8.119	(8,12)
INVESTIMENTO	735.927	614.403	19,78
TÍTULOS PÚBLICOS	466.568	394.690	18,21
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	16.123	(100,00)
AÇÕES	15.616	14.358	8,76
FUNDOS DE INVESTIMENTO	213.794	154.886	38,03
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	16.062	15.290	5,05
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.887	19.056	25,35
2. OBRIGAÇÕES	372	285	30,89
OPERACIONAL	372	285	30,89
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.854	4.757	(18,99)
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.854	4.757	(18,99)
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	739.184	617.512	19,70
PROVISÕES MATEMÁTICAS	718.493	603.615	19,03
SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO	5.088	1.277	298,61
FUNDOS PREVIDENCIAIS	15.602	12.621	23,62

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	985.606	964.130	2,23
DISPONÍVEL	14	20	(27,92)
RECEBÍVEL	46.410	45.722	1,50
INVESTIMENTO	939.182	918.388	2,26
TÍTULOS PÚBLICOS	709.963	656.072	8,21
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	71.613	(100,00)
FUNDOS DE INVESTIMENTO	153.663	120.289	27,74
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	32.755	29.751	10,10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29.839	28.380	5,14
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	1.654	1.572	5,18
OUTROS REALIZÁVEIS	11.308	10.711	5,58
2. OBRIGAÇÕES	16.588	19.239	(13,78)
OPERACIONAL	4.018	4.202	(4,38)
CONTINGENCIAL	12.570	15.037	(16,40)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6.124	5.641	8,56
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.097	1.807	16,03
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	4.027	3.834	5,04
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	962.894	939.250	2,52
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.029.716	1.065.749	(3,38)
SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO	(66.822)	(126.498)	(47,18)
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(48.491)	(78.882)	(38,53)
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(66.822)	(126.498)	(47,18)
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	18.331	47.616	(61,50)
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	(48.491)	(78.882)	(38,53)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.605.577	2.425.654	7,42
1. ADIÇÕES	471.190	381.204	23,61
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	98.281	83.476	17,74
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	357.721	287.948	24,23
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	4.505	-	100,00
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	6.698	5.931	12,94
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.752	2.662	3,39
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	1.233	1.188	3,81
2. DESTINAÇÕES	(219.786)	(201.282)	9,19
(-) BENEFÍCIOS	(209.415)	(189.636)	10,43
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS – GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(2.334)	(100,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(10.359)	(9.312)	11,25
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS – GESTÃO ADMINISTRATIVA	(12)	-	100,00
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	251.404	179.922	39,73
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	146.787	121.530	20,78
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	101.324	54.140	87,15
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.981	3.783	(21,19)
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	(921)	(719)	28,16
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.233	1.188	3,81
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	2.856.981	2.605.577	9,65

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.015.386	941.038	7,90
1. ADIÇÕES	177.450	141.124	25,74
(+) CONTRIBUIÇÕES	32.186	31.186	3,21
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	143.233	109.938	30,29
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINÊNCIAS – GESTÃO PREVIDENCIAL	2.031	-	100,00
2. DESTINAÇÕES	(71.673)	(66.776)	7,33
(-) BENEFÍCIOS	(71.651)	(64.874)	10,45
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS – GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(1.899)	(100,00)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(22)	(3)	690,28
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	105.777	74.348	42,27
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	67.940	107.166	(36,60)
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	37.836	(32.818)	(215,29)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	1.121.163	1.015.386	10,42
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	23.762	23.030	3,18
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	14.588	14.896	(2,06)
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	9.174	8.134	12,78

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	617.512	527.410	17,08
1. ADIÇÕES	138.332	102.801	34,56
(+) CONTRIBUIÇÕES	41.441	37.474	10,58
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	96.891	65.327	48,32
2. DESTINAÇÕES	(16.660)	(12.699)	31,19
(-) BENEFÍCIOS	(15.698)	(12.059)	30,18
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(962)	(640)	50,29
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	121.672	90.102	35,04
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	114.879	87.998	30,55
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.981	3.783	(21,19)
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	3.812	(1.679)	(327,09)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	739.184	617.512	19,70
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.854	4.757	(18,99)
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.854	4.757	(18,99)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	939.250	924.247	1,62
1. ADIÇÕES	148.482	130.741	13,57
(+) CONTRIBUIÇÕES	28.410	18.058	57,32
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	117.597	112.683	4,36
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	2.475	-	100,00
2. DESTINAÇÕES	(124.838)	(115.739)	7,86
(-) BENEFÍCIOS	(122.066)	(112.704)	8,31
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS – GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(435)	(100,00)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.772)	(2.600)	6,64
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	23.644	15.003	57,59
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	(36.032)	(73.634)	(51,06)
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	59.676	88.637	(32,67)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	962.894	939.250	2,52
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6.124	5.641	8,56
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.097	1.807	16,03
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	4.027	3.834	5,04

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	21.460	22.179	(3,24)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.450	8.593	9,98
1.1. RECEITAS	9.450	8.593	9,98
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	3.756	3.242	15,83
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	2.796	2.562	9,16
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	142	125	13,58
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	2.752	2.662	3,39
OUTRAS RECEITAS	4	2	153,15
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(10.359)	(9.312)	11,25
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(6.711)	(6.031)	11,27
PESSOAL E ENCARGOS	(3.902)	(3.641)	7,16
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(209)	(126)	66,31
VIAGENS E ESTADIAS	(29)	(25)	16,12
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(1.378)	(1.101)	25,20
DESPESAS GERAIS	(657)	(656)	0,16
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(98)	(94)	4,81
TRIBUTOS	(437)	(385)	13,50
OUTRAS DESPESAS	(1)	(3)	(97,69)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(3.648)	(3.281)	11,22
PESSOAL E ENCARGOS	(2.546)	(2.309)	10,24
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(28)	(32)	(10,28)
VIAGENS E ESTADIAS	(54)	(60)	(10,55)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(593)	(558)	6,17
DESPESAS GERAIS	(167)	(93)	80,65
TRIBUTOS	(260)	(228)	14,08
2.4. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	(12)	-	100,00
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(921)	(719)	28,16
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(921)	(719)	28,16
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	20.539	21.460	(4,29)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	14.896	15.031	(0,90)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.299	3.058	7,90
1.1. RECEITAS	3.299	3.058	7,90
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	22	3	690,28
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	1.301	1.174	10,84
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57	43	32,62
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	1.918	1.837	4,38
OUTRAS RECEITAS	1	1	134,65
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.602)	(3.194)	12,81
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.301)	(2.019)	13,96
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(1.953)	(1.783)	9,52
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(348)	(236)	47,49
TREINAMENTO/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(2)	(6)	(70,62)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(136)	(42)	220,90
DESPESAS GERAIS	(80)	(82)	(2,02)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(49)	(44)	12,33
TRIBUTOS	(81)	(62)	30,43
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(1.301)	(1.174)	10,84
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(1.120)	(1.018)	10,04
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(181)	(157)	16,04
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-	(2)	(60,27)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(20)	(5)	295,44
DESPESAS GERAIS	(9)	(7)	18,76
TRIBUTOS	(152)	(142)	7,26
2.3. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	(5)	-	100,00
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(308)	(135)	126,99
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(308)	(135)	126,99
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	14.588	14.896	(2,06)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.757	5.569	(14,58)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.589	1.319	20,50
1.1. RECEITAS	1.589	1.319	20,50
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	962	640	50,29
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	48	39	20,58
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	578	639	(9,44)
OUTRAS RECEITAS	1	-	167,89
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.490)	(2.131)	16,83
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.638)	(1.412)	15,95
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(1.462)	(1.243)	17,60
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(176)	(169)	3,76
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(2)	(4)	(57,88)
DESPESAS GERAIS	(44)	(42)	5,12
TRIBUTOS	(130)	(123)	5,20
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(852)	(719)	18,57
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(838)	(710)	18,16
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(14)	(9)	51,44
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(1)	(2)	(43,04)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(2)	(2)	(24,05)
DESPESAS GERAIS	(7)	(5)	27,83
TRIBUTOS	(4)	-	3.115,95
2.3. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	(2)	-	100,00
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(903)	(812)	11,26
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(903)	(812)	11,26
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	3.854	4.757	(18,99)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.807	1.578	14,49
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.562	4.216	8,20
1.1. RECEITAS	4.562	4.216	8,20
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	2.772	2.600	6,64
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	1.495	1.388	7,73
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	37	42	(12,33)
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	256	186	37,80
OUTRAS RECEITAS	2	1	160,36
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(4.267)	(3.987)	7,02
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.772)	(2.600)	6,64
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(2.412)	(2.291)	5,27
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(360)	(308)	16,79
TREINAMENTOS/CONGRESSO E SEMINÁRIOS	(8)	-	100,00
VIAGENS E ESTADIAS	(1)	-	100,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(85)	(32)	167,80
DESPESAS GERAIS	(28)	(40)	(30,08)
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(49)	(50)	(1,80)
TRIBUTOS	(189)	(183)	3,15
OUTRAS DESPESAS	-	(3)	(97,69)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(1.495)	(1.388)	7,73
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(1.384)	(1.308)	5,79
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(111)	(80)	39,59
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(28)	(5)	511,98
TRIBUTOS	(83)	(75)	10,66
2.3. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	(5)	-	100,00
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	290	229	26,66
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	290	229	26,66
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	2.097	1.807	16,03

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	1.143.548	1.038.755	10,09
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.224.682	1.156.740	5,87
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	812.004	781.456	3,91
BENEFÍCIO DEFINIDO	812.004	781.456	3,91
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	412.678	375.284	9,96
BENEFÍCIO DEFINIDO	412.678	375.284	9,96
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(103.518)	(141.354)	(26,77)
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	(103.518)	(141.354)	(26,77)
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(103.518)	(141.354)	(26,77)
3. FUNDOS	9.174	8.134	12,78
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	9.174	8.134	12,78
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	812	850	(4,50)
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	800	819	(2,29)
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	12	31	(62,48)
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12.398	14.385	(13,81)
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	12.398	14.385	(13,81)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	739.555	617.797	19,71
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	718.493	603.615	19,03
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	245.622	221.110	11,09
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	191.810	168.776	13,65
BENEFÍCIO DEFINIDO	53.812	52.334	2,83
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	472.871	382.505	23,62
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	463.755	373.933	24,02
SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	303.320	252.094	20,32
SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	160.435	121.839	31,68
BENEFÍCIO DEFINIDO	9.116	8.572	6,34
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	5.088	1.277	298,61
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	5.088	1.277	298,61
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	5.088	1.277	298,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.088	1.277	298,61
3. FUNDOS	15.602	12.621	23,62
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	15.602	12.621	23,62
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	372	284	30,89
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	349	255	36,70
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	23	29	(20,48)
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-	-	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	983.509	962.323	2,20
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.029.716	1.065.749	(3,38)
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.234.651	1.239.260	(0,37)
BENEFÍCIO DEFINIDO	1.234.651	1.239.260	(0,37)
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	848	846	0,21
BENEFÍCIO DEFINIDO	848	846	0,21
1.3. (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(205.783)	(174.358)	18,02
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(205.783)	(174.358)	18,02
(-) PATROCINADOR(ES)	(148.131)	(126.912)	16,72
(-) PARTICIPANTES	(40)	(32)	22,31
(-) ASSISTIDOS	(57.612)	(47.413)	21,51
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(66.822)	(126.498)	(47,18)
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	(66.822)	(126.498)	(47,18)
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(66.822)	(126.498)	(47,18)
3. FUNDOS	4.027	3.834	5,04
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	4.027	3.834	5,04
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.018	4.202	(4,38)
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	1.100	1.205	(8,74)
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	2.918	2.997	(2,62)
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12.570	15.037	(16,40)
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	10.916	13.464	(18,92)
5.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1.654	1.573	5,18

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

1. CONSTITUCIONAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A **Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – (ELOS)** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, autorizada pela Portaria n.º 1.757, de 20 de agosto de 1979, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 1979, em conformidade com as Leis n.º 108 e 109, de 29 de maio de 2001, regulada pelo Decreto n.º 4.942, de 30 de dezembro de 2003. A Entidade foi instituída pela empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, hoje denominada ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. - **(ELETROSUL)**.

Os recursos de que a ELOS dispõe são oriundos das contribuições vertidas pelas patrocinadoras, **ELETROSUL**, Tractebel Energia S.A. - **(TRACTEBEL)**, hoje denominada Engie Brasil Energia S.A. - **(ENGIE)**, e **ELOS**, e por seus participantes, como também pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer aos normativos do Conselho Monetário Nacional – (CMN).

A **ELOS** administra três Planos de Benefícios inscritos no Cadastro Nacional de Plano de Benefício- (CNPB) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar- (PREVIC) e um Plano de Gestão Administrativa.

BD-ELOS/ELETROSUL – CNPB n.º 1974.0002-65, modalidade de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, patrocinado pela **ELETROSUL** e fechado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2010. Os benefícios oferecidos pelo plano são os seguintes:

- I. Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição;
- II. Complementação de Aposentadoria por idade;
- III. Complementação de Aposentadoria por invalidez;
- IV. Complementação de Aposentadoria Especial;
- V. Complementação de Pensão;
- VI. Complementação de Auxílio – Reclusão;
- VII. Auxílio-Funeral por morte de beneficiário;
- VIII. Abono Anual.

BD-ELOS/TRACTEBEL – CNPB n.º 1974.0003-38, modalidade de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, patrocinado pela **ENGIE** e fechado a novas adesões de participantes desde 09 de abril de 2008. Os benefícios abrangidos por este plano são os seguintes:

- I. Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- II. Complementação de Aposentadoria por idade;
- III. Complementação de Aposentadoria por invalidez;
- IV. Complementação de Aposentadoria Especial e do Ex-Combatente;

- V. Complementação de Pensão;
- VI. Complementação de Auxílio – Reclusão;
- VII. Auxílio-Funeral por morte de beneficiário;
- VIII. Abono Anual.

CD-ELETROSUL – CNPB n.º 2009.0037-56, plano ativo de modalidade de contribuição definida, patrocinado pela **ELETROSUL** e **ELOS**, estruturado pelo regime financeiro de capitalização individual. O plano inclui também Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS), que por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, estão estruturados em regime financeiro de capitalização. Os benefícios oferecidos pelo plano são os seguintes:

- I. Benefício de Aposentadoria- Participante;
- II. Benefício de Pecúlio por Incapacidade- Participante;
- III. Benefício de Pecúlio por Morte- Beneficiários;
- IV. Benefício de Auxílio Reclusão- Beneficiários.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA, tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da **ELOS**. O plano possui regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23 de novembro de 2009 por meio da ata n.º 275.

A **ELOS** possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes quantidades de participantes e idade média:

TIPO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES						IDADE MÉDIA					
	BD-ELOS/ELSUL		CD-ELSUL		BD-ELOS/TBEL		BD-ELOS/ESUL		CD-ESUL		BD-ELOS/TBEL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ATIVOS	501	512	1.122	1.071	-	-	50	49	47	46	-	-
ASSISTIDOS	744	738	142	136	2.083	2.132	63	62	60	59	71	70
BENEFICIO PROPORCIONAL DIFERIDO - BPD	2	5	4	7	3	3	54	53	41	42	66	65
TOTAL	1.247	1.255	1.268	1.214	2.086	2.135						

A **ELOS** não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e observa as disposições previstas na legislação aplicável, utilizando-se dos livros obrigatórios Diário e Razão, além de livros auxiliares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), por meio das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores e pela Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos planos de benefícios quando requerido.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria da **ELOS** em 20 de março de 2017, submetendo-se nesta data à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

2.2 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 – Entidades Fechada de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da **ELOS** foram realizados os seguintes ajustes e eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Em milhares de Reais

	BD-ELOS/ ELETROSUL	CD-ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	PGA	PLANO CONSOLIDADOR
GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONTAS A RECEBER	-	-	-	899	(899)
GESTÃO ADMINISTRATIVA - PARTICIPAÇÃO NO PGA	14.588	3.854	2.097	-	(20.539)
TOTAL DO ATIVO	14.588	3.854	2.097	899	(21.438)
GESTÃO PREVIDENCIAL - OUTRAS EXIGIBILIDADES	(116)	(169)	(614)	-	899
FUNDOS - PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	(14.588)	(3.854)	(2.097)	-	20.539
TOTAL DO PASSIVO	(14.704)	(4.023)	(2.711)	-	21.438

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações, como, por exemplo, a determinação das taxas de depreciação do ativo imobilizado e as provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da **ELOS**, podem apresentar variações em relação aos dados efetivos, quando realizados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pela assessoria jurídica da entidade. Anualmente são revisadas estimativas e premissas.

As principais práticas contábeis adotadas pela **ELOS** são:

a) Apuração do Resultado: é apurado pelo regime de competência considerando adições provenientes dos recursos coletados e deduções dos recursos utilizados da Gestão Previdencial, as receitas e as despesas da Gestão Administrativa e as variações líquidas dos Fluxos de Investimentos.

O Superávit e o Déficit Técnico Acumulado representam a diferença, positiva ou negativa, respectivamente, entre os ativos e os compromissos do plano de benefícios, e são apurados por ocasião do cálculo das provisões matemáticas para o exercício.

Anteriormente à destinação de superávit ou equacionamento de déficit a entidade deverá apurar o equilíbrio técnico ajustado do plano de benefícios que corresponde ao superávit/déficit técnico acumulado, acrescido ou subtraído o resultado do ajuste de precificação. O ajuste de precificação é a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O ajuste está restrito aos planos da modalidade Benefício Definido ou assemelhado cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros desses títulos sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos dos seus benefícios.

b) Disponível: registra os recursos financeiros existentes em caixa e bancos em conta movimento, na data do exercício findo.

c) Gestão Previdencial: registra as adições provenientes das Contribuições da Patrocinadora, Participantes, Autopatrocinados e Assistidos, pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos(as).

d) Gestão Administrativa: em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, e regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a **ELOS** utilizou das seguintes fontes de custeio para o PGA:

Plano BD-ELOS/ELETROSUL: Cobrança realizada por meio da incidência de uma taxa de carregamento correspondente a 12% aplicada sobre as contribuições previdenciárias. No exercício de 2016, o Fundo Administrativo foi utilizado para cobrir as despesas administrativas vinculadas ao plano, conforme decisão do Conselho Deliberativo por meio da Ata n.º 319, de 26 de junho de 2014, e assim deverá permanecer até que seja atingido o limite mínimo de saldo equivalente a 12 vezes o valor da despesa mensal, momento em que a taxa de carregamento passa a ser cobrada dos participantes.

Plano CD-ELETROSUL: Manteve-se inalterada no exercício de 2016 a taxa de administração do plano de 0,018% aplicada mensalmente sobre o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder e Concedidos do Participante e Assistido, atribuída para cada uma das partes, participante e patrocinadora. Parte das despesas administrativas do PGA desse plano de benefícios está sendo coberta pelo Fundo Administrativo vinculado a esse plano de benefícios com base na decisão do Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14 de março de 2013 até um saldo mínimo equivalente a 12 vezes o valor da despesa mensal.

Plano BD-ELOS/TRACTEBEL: As despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora **ENGIE**.

As despesas relacionadas à administração dos investimentos dos planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL são custeadas mensalmente pelo resultado dos investimentos e taxa de administração dos empréstimos.

e) Investimentos: Para a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos da Fundação ELOS foram observadas a legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro foram observados os critérios da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabeleceu que os respectivos títulos devessem ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados em Títulos para Negociação que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas.

e.1) Ativos de Renda Fixa: Os registros e a avaliação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários integrantes das Carteiras Próprias e de fundos de investimentos exclusivos da **ELOS** obedecem aos critérios da legislação vigente, que estabelecem que os respectivos títulos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, dependendo de sua categoria, classificados em:

i) Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e;

ii) Títulos Mantidos até o Vencimento, estes avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescido dos rendimentos pactuados.

e.2) Ações: corresponde a participação acionária da **ELOS** em Sociedade de Propósito Específico – SPE. Pela inexistência de um mercado ativo, para os investimentos em fase operacional o valor justo é apurado por meio de análise do fluxo de caixa descontado e para os investimentos em fase pré-operacional a avaliação é dada pelo custo.

e.3) Fundos de Investimentos: representados por aplicações efetuadas em fundos de investimentos em ações, participações, multimercados e fundos de investimentos em direitos creditórios administrados por instituições financeiras, registrados com base no valor das cotas na data de exercício findo do balanço.

e.4) Investimentos Imobiliários: são contabilizados pelo custo de aquisição, conforme previsto na legislação, e ajustados pelo valor de mercado com base em reavaliação executada por empresas especializadas, mediante emissão de laudo técnico conforme anexo A, item 19 da Instrução n.º 34, de 24 de setembro de 2009. A Entidade realiza anualmente a reavaliação dos investimentos imobiliários, e dessa forma, está dispensada do registro da depreciação.

e.5) Empréstimos: representados por empréstimos concedidos a participantes, amortizados pelo Sistema Price, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos de provisão para perdas na realização dos créditos. Os encargos cobrados pelas concessões no exercício de 2016 foram de 0,60% ao mês, acrescidos da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC do mês anterior.

f) Depósitos Judiciais / Recursais: representa o total depositado em juízo relativo às contingências das Gestões Previdencial, Administrativa e dos Investimentos.

g) Ativo Permanente / Imobilizado: representado substancialmente por móveis, utensílios, computadores e softwares, contabilizados ao custo de aquisição e deduzidos os valores de depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas.

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10%
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20%
SOFTWARE	20%

h) Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão referente aos direitos de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atrasos. Para apuração do saldo da provisão é adotado o percentual estabelecido no anexo A da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 utilizando como base para constituição a parcela em atraso mais antiga.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

PERÍODO DE ATRASO NO RECEBIMENTO DO CRÉDITO	% Para a provisão sobre os créditos
ENTRE 61 DIAS E 120 DIAS	25%
ENTRE 121 DIAS E 240 DIAS	50%
ENTRE 241 DIAS E 360 DIAS	75%
ACIMA DE 360 DIAS	100%

i) Exigível Operacional: representa as obrigações incorridas e contratadas ainda não pagas.

j) Exigível Contingencial: representa as provisões com reclamações de participantes, calculadas com base nas expectativas da Assessoria Jurídica da ELOS, quanto ao desfecho de processos em discussão judicial.

k) Patrimônio de Cobertura do Plano: representa os benefícios concedidos, a conceder, resultados realizados e provisões matemáticas a constituir, com base no demonstrativo atuarial dos Planos de Benefícios da ELOS.

l) Benefícios Concedidos: representa o valor presente dos benefícios concedidos.

l.1) Contribuição Definida: registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada.

l.2) Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos: registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.

l.3) Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos: registra, de acordo com nota técnica, o valor atual dos benefícios futuros não programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.

m) Benefícios a Conceder: representa o valor presente dos benefícios à conceder.

m.1) Contribuição Definida: Saldo de Contas Patrocinadoras - Saldo de Contas Participante: Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referentes às parcelas de contribuição dos patrocinadores e participantes, acrescida da correspondente rentabilidade.

m.2) Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados: registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

m.3) Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados: registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor dos benefícios futuros não programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

m.4) Provisões Matemáticas a Constituir: registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente a déficit equacionado dos patrocinadores/participantes.

n) Fundos: registra os fundos previdenciais, administrativo e de investimentos, com base nos regulamentos e nota técnica atuarial.

o) Imposto de Renda na Fonte: a lei de n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

p) Pis/Cofins: as contribuições de PIS e COFINS são apuradas conforme Instrução Normativa SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002 alterada pelas Instruções Normativa RFB n.º 1.285, de 13 de agosto de 2012 e n.º 1.544, de 26 de janeiro de 2015 que definem a base de cálculo e alíquota aplicáveis às entidades de previdência complementar e depositadas em juízo.

4. REALIZÁVEL

4.1 Gestão Previdencial

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da Gestão Previdencial é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2016				2015			
	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL
CONTRIB. DO MÊS E S/ 13º SALÁRIO	1.566	3.524	495	5.585	1.450	3.231	459	5.140
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS (I) E (II)	47.873	-	40.407	88.280	46.898	-	40.645	87.543
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (II)	-	-	-	-	-	36	-	36
DEPÓSITOS JUDICIAIS	4.465	-	3.411	7.876	3.160	-	2.810	5.969
TOTAL	53.904	3.524	44.313	101.741	51.508	3.267	43.915	98.689

(i) Composição das Contribuições Contratadas:

Em milhares de Reais

COMPOSIÇÃO	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO E TAXA DE JUROS ANUAIS	VALOR DA PARCELA 12/2016	2016	2015
PLANO BD-ELOS/ELETROSUL				
RESERVA MATEMÁTICA - SERVIÇO PASSADO (A)	INPC + 6%	117	8.717	9.014
RECOMPOSIÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA (B)	INPC + 6%	45	5.571	5.386
CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA SOBRE BENEFÍCIOS DE GERAÇÃO ATUAL (C)	INPC + 6%	263	33.585	32.498
SUBTOTAL		425	47.873	46.898
PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL				
RESERVA MATEMÁTICA - SERVIÇO PASSADO (D)	INPC + 6%	320	22.127	22.920
PISO MÍNIMO (E)	INPC + 6%	500	4.697	4.592
RECOMPOSIÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA (F)	INPC + 6%	111	13.583	13.133
SUBTOTAL		931	40.407	40.645
TOTAL		1.356	88.280	87.543

Todos os contratos são calculados pela Tabela Price.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As contribuições contratadas para a **ELETROSUL** são sumariadas da seguinte forma:

a) Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado: contratado em 1 de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais até dezembro 2023.

b) Recomposição de Reserva Matemática – Contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.

c) Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios de Geração Atual: contratado no exercício por meio do aditivo n.º 1 em 26 de abril de 2012 para ser liquidado em 240 parcelas mensais até abril de 2032, vencimento sempre no 5º dia útil de cada mês.

As contribuições contratadas para a **ENGIE** são sumariadas da seguinte forma:

d) Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado: contratado em 27 de março de 2006 para ser liquidado em 212 parcelas mensais até novembro de 2023, com vencimento todo 5º dia útil de cada mês subsequente ao de competência.

e) Piso Mínimo – Contrato assinado em 12 de janeiro de 2009 para serem liquidadas em 21 parcelas anuais, com vencimento sempre no 5º dia útil de janeiro de cada ano subsequente ao de competência.

f) Recomposição de Reserva Matemática – Contrato assinado em 18 de julho de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.

Garantia dos recursos a receber de contribuições contratadas

Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, as patrocinadoras assinaram contrato de constituição de garantia ou outorgaram procuração por instrumento público em favor da **ELOS** autorizando transferir os valores existentes em contas bancárias da(s) patrocinadora(s) para o recebimento direto dos valores vencidos e não pagos mediante aviso formal com antecedência de 30 dias.

(ii) Outros Créditos a receber:

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “OUTROS” são:

Conta 1.2.1.1.04.99 – Outros Recursos a Receber – contempla os contratos de Recomposição de Reserva Matemática, Contribuição da Patrocinadora s/ Benefício de Geração Atual e Piso Mínimo.

Conta 1.2.1.1.99 – Outros Recursos a Receber

DESCRIÇÃO	2016				2015			
	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL
CRÉDITOS COM PATROCINADORA	-	-	-	-	-	36	-	36
CRÉDITOS COM PARTICIPANTES	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	36	-	36

4.2 Gestão Administrativa

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da Gestão Administrativa é composto da seguinte forma:

Em milhares de Reais

	2016	2015
RESPONSABILIDADE DOS EMPREGADOS	61	52
DESPESAS ANTECIPADAS	4	2
DEPÓSITO JUDICIAL / RECURSAL – ADMINISTRATIVO	4.120	3.742
CREDORES SERVIÇOS DE TERCEIROS, PATROCINADORA E SEGUROS A RECEBER	63	49
TOTAL	4.248	3.845

5. INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da **ELOS** são estabelecidos pela Resolução BACEN n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009 alterada pelas Resoluções BACEN n.º 3.846, de 25 de março de 2010 e n.º 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional, que determina as diretrizes de aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como estão de acordo com a Política de Investimento vigente, aprovada pelo Conselho Deliberativo da **ELOS** por meio da ata n.º 334 de 21 de dezembro de 2015. A Entidade adota a estrutura multifundo para todos os planos de benefícios, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios. A **ELOS** está enquadrada nos limites estabelecidos no regulamento anexo à referida resolução.

5.1 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

TIPO / NATUREZA	2016	2015
RENDA FIXA		
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL		
NOTAS DO TESOURO NACIONAL – NTN (CARTEIRA PRÓPRIA)	1.692.339	1.522.425
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO – LFT (CARTEIRA PRÓPRIA)	124.338	120.592
SUBTOTAL	1.816.677	1.643.017
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO - CREFISUL	4.929	4.929
PROVISÃO PARA PERDAS COM CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO	(4.929)	(4.929)
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC - DPGE	-	124.856
FUNDOS DE INVESTIMENTOS – FI	548.213	333.263
FUNDOS INVESTIMENTOS DIREITOS CREDITÓRIOS	16.871	18.415
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - CREFISUL	1.899	1.899
PROVISÃO PARA PERDAS - DEBÊNTURES	(1.899)	(1.899)
SUBTOTAL	565.084	476.534
TÍTULOS DE EMPRESAS		
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS – FENICIAPAR	2.363	2.363
PROVISÃO PARA PERDAS - DEBÊNTURES	(2.363)	(2.363)
SUBTOTAL	-	-
SUBTOTAL	2.381.761	2.119.551
RENDA VARIÁVEL		
MERCADO DE AÇÕES		
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES (I)	152.190	192.471
SUBTOTAL	152.190	192.471
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE (II)	51.976	47.789
SUBTOTAL	51.976	47.789
SUBTOTAL	204.166	240.260
ESTRUTURADO		
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	12.098	12.120
SUBTOTAL	12.098	12.120
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO	5.392	5.508
EDIFICAÇÕES LOCADAS A PATROCINADORA	47.131	45.308
EDIFICAÇÕES LOCADAS A TERCEIROS	33.717	29.870
SUBTOTAL	86.240	80.686
EMPRÉSTIMOS		
EMPRÉSTIMOS	86.504	74.756
PROVISÃO PARA PERDAS	(395)	(379)
SUBTOTAL	86.109	74.377
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS – INVESTIMENTO		
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS – (CONFORME NOTA N.º 8)	1.654	1.572
SUBTOTAL	1.654	1.572

OUTROS REALIZÁVEIS		
PRECATÓRIO – LETRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LTESC (III)	13.997	13.258
SUBTOTAL	13.997	13.258
TOTAL	2.786.025	2.541.824

(i) Fundos de investimentos em Ações: A composição dos investimentos em renda variável em 2016 inclui também papéis com características de renda fixa, no montante R\$ 16.339 mil (R\$ 29.540 mil em 2015).

(ii) Sociedade de Propósito Específico - SPE: Considera o valor atualizado a receber da Eletrosul de R\$ 26.481 mil decorrente do exercício do direito de venda da participação na Sociedade de Propósito Específico Livramento Holding S.A e R\$ 25.495 mil de participação acionária no capital social da Sociedade de Propósito Específico Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A., conforme descrito no item b da nota n.º 5.7.

(iii) Precatório - Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LTESC: Refere-se ao precatório das Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina- LTESC, tendo sido realizado seu reconhecimento contábil no exercício anterior com base no valor incontroverso de R\$ 10.916 mil (valor total do precatório R\$ 13.551 mil), que atualizado naquele exercício, representava R\$ 13.258 mil (total do precatório R\$ 16.458 mil). O referido precatório é oriundo de ação movida pela **ELOS** contra o Estado de Santa Catarina, devido ao não pagamento em 01 de agosto de 1998 de 1.855 Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, adquiridas pela **ELOS** em 08 de novembro de 1996 pela quantia de R\$ 1.999 mil. A diferença entre o valor incontroverso e o valor total do precatório foi tratada pela **ELOS** no exercício anterior como ativo contingente, conforme descrito na nota n.º 13 b.

No acompanhamento do processo judicial para o encerramento do exercício de 2016, observou-se decisão do Juízo da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios, que atendendo ao pedido do Procurador Geral do Estado, determinou a alteração da classificação da natureza do precatório (de alimentar para comum), como também determinou o sobrestamento de qualquer pagamento em valor superior à quantia de R\$ 10.439 mil, frente ao valor de R\$ 13.551 mil (valor de inicial do precatório) expedido anteriormente pelo TJSC. Mantendo a mesma regra utilizada no exercício anterior, quando do registro inicial contábil deste precatório, e por entender que este valor representa a melhor estimativa de entrada de recursos imediato para a **ELOS**, a Diretoria Executiva da **ELOS** por meio da Ata RDE n.º 001 de 09 de janeiro de 2017, respaldada na opinião técnica da assessoria jurídica da entidade, autorizou a adoção contábil do novo valor incontroverso atualizado do precatório que no final de 2016 perfazia o montante de R\$ 13.997 mil (valor de face inicial- R\$ 10.439 mil).

O valor é reconhecido contabilmente na rubrica 1.2.3.9.00.00.00 – Outros Realizáveis e foi rateado entre os Planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL, conforme disposto no “Termo de Acordo de Separação dos Ativos e Passivos da **ELOS**”, firmado em 06 de abril de 2000 e “Termo de Liquidação do Conta Corrente que entre si celebram a Eletrosul e a Tractebel Energia com interveniência da **ELOS**”, firmado em 11 de dezembro de 2002, proporcional aos percentuais estabelecidos nos referidos instrumentos, quais sejam, 19,2138% do valor total pertencem ao BD-ELOS/ELETROSUL e 80,7862% ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL. Do valor pertencente ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL, 25,7866% foi reconhecido no exigível operacional para transferência da parcela pertencente à PREVIG, que somente ocorrerá quando forem efetivamente recebidos os valores do Precatório e depois de deduzidas as despesas processuais e honorários suportados até então exclusivamente pela **ELOS**. O percentual foi apurado segundo o critério de rateio determinado pelo “Termo de Acordo para transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade da Tractebel Energia na **ELOS** para o gerenciamento da PREVIG”, de 05 de janeiro de 2003 e “Termo de

Transferência que entre si celebram a **ELOS** e a PREVIG com interveniência anuência da Tractebel Energia”, firmado em 31 de janeiro de 2008.

5.2 Composição da Carteira de Investimentos Segundo os Prazos

No quadro abaixo demonstramos a composição da carteira de investimentos, segundo os prazos de vencimento, conforme Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2016	2015
RENDA FIXA		
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS PÚBLICOS		
SEM PRAZO		
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – ADELIC	93.534	63.043
SUBTOTAL	93.534	63.043
ATÉ 1 ANO		
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO NACIONAL – LFT	18.408	19.681
LETRAS TESOURO NACIONAL – LTN	-	5.997
NOTA TESOURO NACIONAL SÉRIE F - NTN-F	105	-
NOTA TESOURO NACIONAL SÉRIE B – NTN-B	48.011	44.887
SUBTOTAL	66.524	70.565
DE 1 A 2 ANOS		
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO NACIONAL – LFT	76.403	25.086
LETRAS TESOURO NACIONAL - LTN	494	
NOTA TESOURO NACIONAL SÉRIE F – NTN-F	-	100
NOTA TESOURO NACIONAL SÉRIE B – NTN-B	82.201	45.069
SUBTOTAL	159.098	70.255
ACIMA DE 2 ANOS		
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO NACIONAL – LFT	265.962	161.454
NOTA TESOURO NACIONAL SÉRIE B – NTN-B	1.706.541	1.527.284
SUBTOTAL	1.972.503	1.688.738
CONTAS A PAGAR / RECEBER / TESOURARIA	889	199
SUBTOTAL	889	199
TÍTULOS DE EMPRESAS		
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	496	1.920
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	12.554	7.748
DEPÓSITO À PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL	621	129.407
DEBÊNTURES	36.927	33.622
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO	17.142	18.415
LETRA FINANCEIRA	21.473	35.639
SUBTOTAL	89.213	226.751
TOTAL	2.381.761	2.119.551
RENDA VARIÁVEL		
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	152.190	192.471
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	51.976	47.789
SUBTOTAL	204.166	240.260
TOTAL	2.585.927	2.359.811

5.3 Gestores

Os gestores e administradores dos fundos de investimento, que compõem a carteira de renda fixa e renda variável, são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

GESTORES	2016	2015
ARX INVESTIMENTOS LTDA.	166.004	83.752
ATMOS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	10.096	16.883
AZ QUEST INVESTIMENTOS	13.589	8.926
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL S/A	34.273	26.190
FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S.A	5.769	7.424
HSBC BANK BRASIL S/A	292.575	187.668
ICATU VANGUARDA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	11.611	9.287
ITAÚ UNIBANCO S.A	36.788	34.391
RIO BRAVO INVESTIMENTOS	12.098	12.121
SULAMERICA INVEST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	52.534	67.163
TARPON INVESTIMENTOS S/A	5.786	7.011
VINCI PARTNERS	78.524	87.084
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	9.725	8.369
TOTAL	729.372	556.269

5.4 Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários

Em milhares de Reais

CUSTÓDIA	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL		
BANCO BRADESCO S.A.	78.104	88.190
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.	13.589	8.926
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	22.126	25.064
CITIBANK DTVM S.A.	9.725	8.369
ITAÚ UNIBANCO S.A.	605.828	425.720
SUBTOTAL	729.372	556.269
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS / CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS – CARTEIRA PRÓPRIA		
ITAÚ UNIBANCO S.A.	1.816.677	1.767.873
SUBTOTAL	1.816.677	1.767.873
TOTAL	2.546.049	2.324.142

5.5 Títulos Públicos Federais / Créditos Privados e Depósitos

Atendendo as disposições estabelecidas no art. 8 da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, apresentamos a seguir os Títulos e Valores Mobiliários mantidos pela ELOS em carteira própria, de acordo com as seguintes categorias de classificação, valores definidos pela Marcação na Curva e a Mercado, considerando a data base 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

a) Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

TIPO NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		TOTAL VALOR
			QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
DPGE	06/07/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	07/07/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	21/11/2016	-	-	-	-	-	-
LFT	01/03/2018	2.476	-	-	500	4.221	4.221
NTN-B	15/08/2018	19.592	8.147	24.535	-	-	24.535
NTN-B	15/08/2022	88.336	35.867	107.771	-	-	107.771
NTN-B	15/08/2026	7.679	2.600	7.754	-	-	7.754
NTN-B	15/08/2030	136.672	54.822	157.315	-	-	157.315
NTN-B	15/05/2035	12.212	5.000	15.492	-	-	15.492
NTN-B	15/08/2040	120.216	49.841	141.720	-	-	141.720
NTN-B	15/05/2045	458	-	-	292	899	899
NTN-B	15/08/2050	149.925	63.828	180.439	-	-	180.439
TOTAL		537.566		635.026		5.120	640.146

TIPO NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		TOTAL VALOR
			QTDE.	VALOR	QTDE.	Valor	
DPGE	06/07/2016	8.000	-	-	8.000	15.149	15.149
DPGE	07/07/2016	8.000	-	-	8.000	15.182	15.182
DPGE	21/11/2016	4.000	-	-	4.000	6.789	6.789
LFT	01/03/2018	2.476	-	-	500	3.702	3.702
NTN-B	15/08/2018	19.592	8.147	22.982	-	-	22.982
NTN-B	15/08/2022	88.336	35.687	101.042	-	-	101.042
NTN-B	15/08/2026	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/08/2030	136.672	54.822	147.256	-	-	147.256
NTN-B	15/05/2035	12.212	5.000	14.553	-	-	14.553
NTN-B	15/08/2040	120.216	49.841	132.824	-	-	132.824
NTN-B	15/05/2045	458	-	-	292	690	690
NTN-B	15/08/2050	149.925	63.828	169.206	-	-	169.206
TOTAL		549.887		587.863		41.512	629.375

b) Plano CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		2016
			QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	TOTAL VALOR
DPGE	06/07/2016	-	-	-	-	-	-
LFT	07/09/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	21/11/2016	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/05/2017	27.166	8.011	23.862	4.650	13.835	37.697
LFT	01/03/2019	76.481	-	-	12.605	106.382	106.382
NTN-B	15/05/2019	45.520	9.180	27.107	7.919	23.661	50.768
NTN-B	15/08/2020	29.716	9.726	29.078	1.900	5.759	34.837
LFT	01/09/2021	12.509	-	-	1.631	13.735	13.735
NTN-B	15/08/2022	23.284	10.000	29.501	-	-	29.501
NTN-B	15/08/2024	35.094	14.477	42.115	1.430	4.351	46.466
NTN-B	15/08/2026	7.218	2.400	7.317	-	-	7.317
NTN-B	15/05/2035	39.258	14.567	41.177	1.430	4.389	45.566
NTN-B	15/05/2045	27.484	12.097	32.771	-	-	32.771
NTN-B	15/08/2050	38.424	16.656	46.652	-	-	46.652
NTN-B	15/05/2055	13.476	5.512	14.876	-	-	14.876
TOTAL		375.630		294.456		172.112	466.568

TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		2015
			QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	TOTAL VALOR
DPGE	06/07/2016	4.000	-	-	4.000	7.604	7.604
LFT	07/09/2016	14.843	-	-	2.600	19.251	19.251
DPGE	21/11/2016	5.000	-	-	5.000	8.519	8.519
NTN-B	15/05/2017	27.166	8.011	22.417	4.650	12.928	35.345
LFT	01/03/2019	76.481	-	-	12.605	93.336	93.336
NTN-B	15/05/2019	36.508	6.155	16.939	7.919	21.402	38.341
NTN-B	15/08/2020	20.723	6.656	18.577	1.900	5.145	23.722
LFT	01/09/2021	4.000	-	-	581	4.302	4.302
NTN-B	15/08/2022	23.284	10.000	27.584	-	-	27.584
NTN-B	15/08/2024	35.094	14.477	39.365	1.430	3.736	43.101
NTN-B	15/08/2026	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/05/2035	20.887	8.345	21.252	1.430	3.462	24.714
NTN-B	15/05/2045	23.794	10.917	27.299	-	-	27.299
NTN-B	15/08/2050	38.424	16.656	43.744	-	-	43.744
NTN-B	15/05/2055	13.476	5.512	13.951	-	-	13.951
TOTAL		343.680		231.128		179.685	410.813

c) Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		TOTAL VALOR
			QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
NTN-B	15/08/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	28/09/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	30/09/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	03/10/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	03/11/2016	-	-	-	-	-	-
DPGE	21/11/2016	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/05/2017	7.709	3.224	9.605	-	-	9.605
NTN-B	15/08/2018	33.953	14.132	42.611	-	-	42.611
NTN-B	15/05/2019	20.083	6.650	19.850	-	-	19.850
NTN-B	15/08/2020	8.848	3.718	11.136	-	-	11.136
NTN-B	15/05/2021	29.602	9.950	29.311	-	-	29.311
NTN-B	15/08/2022	60.520	25.668	76.263	-	-	76.263
NTN-B	15/08/2024	7.022	2.720	7.728	-	-	7.728
NTN-B	15/08/2030	193.943	73.688	215.107	-	-	215.107
NTN-B	15/05/2035	105.258	42.334	116.518	-	-	116.518
NTN-B	15/08/2040	70.143	30.322	84.850	337	1.064	85.914
NTN-B	15/05/2045	37.603	16.000	40.197	105	323	40.520
NTN-B	15/08/2050	44.335	20.059	55.400	-	-	55.400
TOTAL		619.019		708.576		1.387	709.963

TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA		MERCADO		TOTAL VALOR
			QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
NTN-B	15/08/2016	32.073	13.146	37.348	-	-	37.348
DPGE	28/09/2016	10.000	-	-	10.000	17.649	17.649
DPGE	30/09/2016	2.000	-	-	2.000	3.534	3.534
DPGE	03/10/2016	8.000	-	-	8.000	14.137	14.137
DPGE	03/11/2016	16.000	16.000	27.774	-	-	27.774
DPGE	21/11/2016	5.000	5.000	8.519	-	-	8.519
NTN-B	15/05/2017	7.709	3.224	9.026	-	-	9.026
NTN-B	15/08/2018	33.953	14.132	39.942	-	-	39.942
NTN-B	15/05/2019	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/08/2020	8.848	3.718	10.428	-	-	10.428
NTN-B	15/05/2021	-	-	-	-	-	-
NTN-B	15/08/2022	60.520	25.668	71.382	-	-	71.382
NTN-B	15/08/2024	7.022	2.720	7.206	-	-	7.206
NTN-B	15/08/2030	193.943	73.688	201.503	-	-	201.503
NTN-B	15/05/2035	105.258	42.334	109.083	-	-	109.083
NTN-B	15/08/2040	70.143	30.322	79.502	337	823	80.325
NTN-B	15/05/2045	37.603	16.000	37.641	105	248	37.889
NTN-B	15/08/2050	44.335	20.059	51.940	-	-	51.940
TOTAL		642.407		691.294		36.391	727.685

c) Consolidado ELOS – Carteira Própria

Em milhares de Reais

					2016
TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA	MERCADO	TOTAL
DPGE	06/07/2016	-	-	-	-
DPGE	07/07/2016	-	-	-	-
NTN-B	15/08/2016	-	-	-	-
LFT	07/09/2016	-	-	-	-
DPGE	28/09/2016	-	-	-	-
DPGE	30/09/2016	-	-	-	-
DPGE	03/10/2016	-	-	-	-
DPGE	03/11/2016	-	-	-	-
DPGE	21/11/2016	-	-	-	-
NTN-B	15/05/2017	34.875	33.467	13.835	47.302
LFT	01/03/2018	2.476	-	4.221	4.221
NTN-B	15/08/2018	53.546	67.146	-	67.146
LFT	01/03/2019	76.481	-	106.382	106.382
NTN-B	15/05/2019	65.603	46.958	23.661	70.619
NTN-B	15/08/2020	38.564	40.214	5.759	45.973
NTN-B	15/05/2021	29.602	29.311	-	29.311
LFT	01/09/2021	12.509	-	13.735	13.735
NTN-B	15/08/2022	172.141	213.535	-	213.535
NTN-B	15/08/2024	42.116	49.843	4.351	54.194
NTN-B	15/08/2026	14.896	15.071	-	15.071
NTN-B	15/08/2030	330.615	372.422	-	372.422
NTN-B	15/05/2035	156.727	173.187	4.389	177.576
NTN-B	15/08/2040	190.359	226.569	1.064	227.633
NTN-B	15/05/2045	65.545	72.968	1.222	74.190
NTN-B	15/08/2050	232.684	282.491	-	282.491
NTN-B	15/05/2055	13.476	14.876	-	14.876
TOTAL		1.532.215	1.638.058	178.619	1.816.677

TIPO NATUREZA	VENC.	VALOR DE CUSTO	CURVA	MERCADO	TOTAL
DPGE	06/07/2016	12.000	-	22.753	22.753
DPGE	07/07/2016	8.000	-	15.182	15.182
NTN-B	15/08/2016	32.073	37.348	-	37.348
LFT	07/09/2016	14.843	-	19.251	19.251
DPGE	28/09/2016	10.000	-	17.649	17.649
DPGE	30/09/2016	2.000	-	3.534	3.534
DPGE	03/10/2016	8.000	-	14.137	14.137
DPGE	03/11/2016	16.000	27.774	-	27.774
DPGE	21/11/2016	14.000	8.519	15.308	23.827
NTN-B	15/05/2017	34.875	31.443	12.928	44.371
LFT	01/03/2018	2.476	-	3.702	3.702
NTN-B	15/08/2018	53.546	62.924	-	62.924
LFT	01/03/2019	76.481	-	93.336	93.336
NTN-B	15/05/2019	36.508	16.939	21.402	38.341
NTN-B	15/08/2020	29.571	29.005	5.145	34.150
NTN-B	15/05/2021	-	-	-	-
LFT	01/09/2021	4.000	-	4.302	4.302
NTN-B	15/08/2022	172.141	200.008	-	200.008
NTN-B	15/08/2024	42.116	46.571	3.736	50.307
NTN-B	15/08/2026	-	-	-	-
NTN-B	15/08/2030	330.615	348.760	-	348.760
NTN-B	15/05/2035	138.356	144.888	3.462	148.350
NTN-B	15/08/2040	190.359	212.326	823	213.149
NTN-B	15/05/2045	61.855	64.940	938	65.878
NTN-B	15/08/2050	232.684	264.889	-	264.889
NTN-B	15/05/2055	13.476	13.951	-	13.951
TOTAL		1.535.975	1.510.285	257.588	1.767.873

O valor da curva dos títulos mantidos até o vencimento foi obtido segundo informações do sistema de controle de carteiras utilizado pela **ELOS**, enquanto o valor de mercado dos títulos marcados a mercado foi apurado com base em dados divulgados pela ANBIMA. Não houve nenhuma reclassificação de título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” no exercício de 2016.

Foi aprovado em 27 de outubro de 2016 por meio da ata n.º 345 do Conselho Deliberativo a efetivação do estudo de Asset Liability Management – ALM para o sub-plano BD-Saldado (BPDS) do plano de benefício CD-Eletrosul, com o objetivo de otimizar a aplicação de recursos de uma entidade, dadas as características de seus passivos. Para os planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL não houve nenhuma alteração relevante em seus passivos que levassem a necessidade de realizar um novo estudo, mantendo-se portanto em 2016, o estudo aprovado na ata n.º 327 da reunião do Conselho Deliberativo realizada em 24 de março de 2015 quando da aplicação dos recursos desses planos.

A manutenção de títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da **ELOS** de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis. A **ELOS**, em conformidade com o art. 9º da resolução CGPC n.º 4 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela resolução

CGPC n.º 22 de 25 de setembro de 2006, afirma possuir a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.6 Emissores dos Créditos privados e Depósitos

Os emissores dos créditos privados/depósitos, que compõem a carteira de renda fixa, são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

EMISSORES	2016				2015			
	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL
BANCO MERCANTIL DO BRASIL	-	-	-	-	7.573	-	10.579	18.152
BANCO BMG	-	-	-	-	7.576	-	10.444	18.020
BANCO FIBRA	-	-	-	-	7.599	7.604	3.465	18.668
BIC BANCO	-	-	-	-	7.583	-	10.534	18.117
BANCO BONSUCESSO	-	-	-	-	6.789	-	10.395	17.184
BANCO PINE	-	-	-	-	-	8.519	8.519	17.038
BANCO SOFISA	-	-	-	-	-	-	17.677	17.677
TOTAL	-	-	-	-	37.120	16.123	71.613	124.856

5.7 Participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE

Corresponde a investimentos realizados pelos planos de benefícios em participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

a) SPE Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A: Refere-se à participação acionária da ELOS de 25% no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. No exercício foram recebidos R\$ 2.500 mil provenientes de dividendos e o saldo final em 31 de dezembro de 2016 do referido investimento corresponde a R\$ 17.835 mil para o plano BD-ELOS/ELETROSUL e R\$ 7.660 mil para o CD-ELETROSUL.

b) SPE Livramento Holding S.A: Corresponde à participação acionária de 6,47% no capital social da SPE Complexo Eólico de Santana do Livramento. Nos exercícios anteriores, com base na recomendação do Conselho Deliberativo contida nas Atas n.º 321 e n.º 328 de 30 de julho de 2014 e 01 de junho de 2015, respectivamente, a **ELOS** notificou a Eletrosul, por meio da CE SUP- 0235/2014, reiterada pela CE SUP – 0285/2015, do exercício do seu direito de opção de venda de sua participação à Eletrosul, conforme previsto na cláusula 9.1.7 do Acordo de Acionistas, incluída a partir de 04 de dezembro de 2013 por decisão da Assembleia Geral Extraordinária registrada na JUCESP em 10 de março de 2014 sob o n.º 20140284397. A efetivação do exercício de opção de venda foi reconhecida pela Eletrosul em sua carta CE DF-0008/2016 datada em 2 de março de 2016, onde também constou a previsão de prazo de dezembro de 2016 como data final para a consolidação do processo de reestruturação societária da Livramento Holding S.A, para que só então pudesse levar a efeito a liquidação e pagamento dos valores devidamente corrigidos pela Meta Atuarial do plano BD-ELOS/ELETROSUL, desde de a data dos aportes até a data do pagamento.

Objetivando obter informações à respeito do andamento do processo de pagamento da opção exercida, a **ELOS** enviou a carta CE SUP- 0207/2016 de 24 de novembro de 2016 à Eletrosul, que em resposta à **ELOS**, enviou a carta CE DF-0137/2016 manifestando sua dificuldade em efetivar a liquidação financeira da opção

exercida pela **ELOS** enquanto não fosse consolidada a reestruturação societária e aprovação da matéria pela Eletrobrás. Em resposta à carta CE DF-0137/2016 da Eletrosul, a **ELOS** enviou a carta CE SUP - 0003/2017 reconhecendo as dificuldades da Eletrosul em efetivar a liquidação financeira e respectivo pagamento da opção de venda enquanto não fosse consolidada a reestruturação societária, bem como a aprovação da matéria pela Eletrobrás, todavia estabeleceu a data final de 31 de março de 2017 para que se conclua todos os trâmites necessários para a efetivação da liquidação financeira da opção exercida pela **ELOS**.

O valor atualizado a receber foi reconhecido contabilmente por decisão de Diretoria Executiva da **ELOS** no exercício anterior por meio da ata n.º 002 de 18 de janeiro de 2016, e mantido registro no final do exercício de 2016 com base na ata n.º 007 de 16 de março de 2017 nos valores atualizados de R\$ 18.525 mil e R\$ 7.956 mil para os planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL, respectivamente. Até o efetivo recebimento dos valores acima citado pela Eletrosul, será mantida a classificação desses valores como investimentos em ações.

c) Representantes nos Conselhos das SPEs: A **ELOS** possui representantes nos Conselhos de Administração e Fiscal nas SPEs em que mantém participação acionária. Abaixo apresentamos a quantidade de representantes no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

TIPO / NATUREZA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
	TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
SPE UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	1	1	1	1
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A (I)	-	-	-	-
TOTAL	1	1	1	1

(i) Em 22 de dezembro de 2015 foi aprovado a formalização de renúncia dos mandatos dos membros efetivos e suplentes indicados pela **ELOS** para compor o Conselho de Administração e Fiscal da Livramento Holding S.A, e ratificado pelo Conselho Deliberativo da **ELOS** por meio da ata n.º 335 de 04 de fevereiro de 2016.

5.8 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Representa a parcela dos recursos dos planos de benefícios aplicados no segmento de imóveis.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2016	2015
EDIFÍCIO PARA USO PRÓPRIO (SEDE ELOS)	5.392	5.508
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	80.848	75.178
IMÓVEL LOCADO À PATROCINADORA ELETROSUL (CRSC)	47.131	45.308
IMÓVEL LOCADO A TERCEIROS - CONDOMÍNIO CENTRO SÉCULO XXI	33.717	29.870
TOTAL	86.240	80.686

Reavaliação de Imóveis

Todos os imóveis que compõem a carteira imobiliária foram reavaliados no exercício de 2016 a preços de mercado, o resultado das reavaliações foi de R\$ 5.528 mil no exercício, conforme segue:

a) Edificações para uso próprio

Corresponde ao imóvel situado no município de Florianópolis/SC, usado como sede da Fundação **ELOS** alocado ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL. Em 02 de dezembro de 2016 o empreendimento foi reavaliado pela Avalisc

Engenharia de Avaliações SS Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 5.392 mil, representando uma desvalorização no exercício de R\$ 117 mil, apropriado nas rubricas 5.1.6.4.01.00.00 e 5.2.6.4.01.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 55 anos.

b) Edificações locadas à patrocinadora

Refere-se ao imóvel situado no município de São José/SC, o qual se encontra locado a Patrocinadora **ELETROSUL** alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel foi reavaliado em 02 de dezembro de 2016 pela Avalisc Engenharia de Avaliações SS Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 47.000 mil e motivou uma valorização de R\$ 1.810 mil no exercício, apropriado nas rubricas 5.1.6.4.02.00.00 e 5.2.6.4.02.00.00. O prazo de vida útil econômica remanescente do imóvel foi estimado em 47 anos.

c) Edificações locadas a terceiros

Trata-se de um investimento imobiliário Centro Século XXI, edifício comercial localizado na cidade de Curitiba/PR alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/TRACTEBEL, BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel foi reavaliado em 21 de dezembro de 2016 pela Decatur Engenharia e Avaliações Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 33.594 mil e representou uma valorização no exercício de R\$ 3.835 mil apropriado na rubrica 5.1.6.4.03.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 48 anos.

5.9 EMPRÉSTIMOS

Representa as operações de empréstimos concedidos aos participantes de acordo com o regulamento registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, líquidos de provisão para cobrir possíveis perdas de créditos de liquidação duvidosa- PCLD:

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2016				2015			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
EMPRÉSTIMOS	32.429	23.892	30.183	86.504	26.993	19.075	28.688	74.756
(-) PCLD	(46)	(5)	(344)	(395)	(52)	(19)	(308)	(379)
TOTAL	32.383	23.887	29.839	86.109	26.941	19.056	28.380	74.377

5.10 PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa – PCLD: A ELOS mantém constituída provisão para fazer frente a perdas na realização dos seguintes investimentos:

a) **Títulos e valores mobiliários:** correspondente à totalidade das aplicações relacionadas:

TIPO / NATUREZA	2016			2015		
	BD- ELOS/ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL	BD- ELOS/ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - CREFISUL	(947)	(3.982)	(4.929)	(947)	(3.982)	(4.929)
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS - FENÍCIAPAR	(454)	(1.909)	(2.363)	(454)	(1.909)	(2.363)
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - CREFISUL	(365)	(1.534)	(1.899)	(365)	(1.534)	(1.899)
TOTAL	(1.766)	(7.425)	(9.191)	(1.766)	(7.425)	(9.191)

b) Empréstimos: no exercício foi constituída provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 27 mil referente a parcelas de empréstimos inadimplentes, conforme Instrução Normativa n.º 34 de 24 de setembro de 2009

Em milhares de Reais

PERÍODO DE ATRASO	VALORES VENCIDOS 2016	% DE PROVISÃO	2016	2015
DE 61 A 120 DIAS	3	25%	1	2
DE 121 A 240 DIAS	4	50%	2	10
DE 241 A 360 DIAS	-	75%	-	11
ACIMA DE 360 DIAS	392	100%	392	356
TOTAL	399		395	379

5.11 PERFIS DE INVESTIMENTO – PLANO CD-ELETROSUL – CNPB 2009.0037-56

Os perfis de investimento são oferecidos pela **ELOS** aos participantes vinculados ao plano de benefícios CD-ELETROSUL (parte do plano referente ao CD PURO) desde 2014, com base no disposto na Ata do Conselho Deliberativo n.º 316 de 26 de fevereiro de 2014. O objetivo é fornecer ao participante a opção de escolha pelo perfil de investimento, na forma definida pelo Conselho Deliberativo, que melhor atende as suas necessidades e expectativas. Abaixo apresentamos a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

TIPOS DE PERFIS	QTDE DE PARTICIP. 2016	QTDE DE PARTICIP. 2015	VOLUME DE RECURSOS 2016	VOLUME DE RECURSOS 2015	RENTABILIDADE 2016	RENTABILIDADE 2015
AI	109	102	141.263	122.688	14,57%	13,58%
AII	23	24	50.759	46.215	17,64%	10,36%
BI	228	156	143.952	96.839	15,35%	13,30%
BII	814	862	295.962	258.507	15,54%	11,60%
BIII	84	60	20.432	15.531	16,20%	10,08%
TOTAL	1.258	1.204	652.368	539.780		

Limites por Perfil de Investimentos

SEGMENTO	AI	AII	BI	BII	BIII
RENDA FIXA	95,00%	85,00%	83,00%	73,00%	63,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	8,00%	8,00%	18,00%	28,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%
IMÓVEIS	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

Os perfis de investimento AI e AII são oferecidos exclusivamente para os participantes Assistidos e os demais perfis são exclusivos dos participantes Ativos.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos do referido grupo estão demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	TAXA DE DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)	SALDO 2015	ADIÇÃO (+)	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO (-)	BAIXA (-)	SALDO 2016
PERMANENTE		292	38	98	1	231
IMOBILIZADO		292	38	98	1	231
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	100	1	26	1	74
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	84	1	27	-	58
EQUIP. DE INFORMÁTICA	20	81	20	30	-	71
SOFTWARE	20	27	16	15	-	28

7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos das Gestões Previdencial, Administrativa e de Investimento são compostos da seguinte forma:

7.1 Gestão Previdencial

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016				2015			
	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL	BD- ELOS/ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/TBEL	TOTAL
RETENÇÕES A RECOLHER	691	273	487	1.451	669	183	546	1.398
TOTAL	691	273	487	1.451	669	183	546	1.398

7.2 Gestão Administrativa

Em milhares de Reais

	2016	2015
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	143	139
PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS	651	516
RETENÇÕES A RECOLHER	87	80
TRIBUTOS A RECOLHER	124	105
PRESTADORES DE SERVIÇOS	905	804
PRESTADORES DE SERVIÇOS	342	284
SEGUROS A PAGAR (I)	563	520
TOTAL	1.910	1.644

(i) Refere-se ao detalhamento do saldo da rubrica contábil 2.1.2.9.00.00.00 - denominada "Outras Exigibilidades" em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009.

7.3 Investimentos

Do valor de R\$ 2.954 mil que a Entidade possui classificado no exigível operacional de investimentos, R\$ 2.916 mil refere-se ao reconhecimento do valor incontroverso do precatório das Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, conforme descrito na nota 5.1 item (i), correspondente ao valor a transferir à PREVIG conforme critério de rateio determinado pelo "Termo de Acordo para transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade da Tractebel Energia na **ELOS** para o gerenciamento da PREVIG", que somente ocorrerá quando for efetivamente recebidos os valores do Precatório. Do valor a ser transferido à PREVIG, serão descontados os custos, honorários e despesas incorridas para a manutenção do processo. Adicionalmente, o valor de R\$ 38 mil corresponde a IOF provisionado de aplicações financeiras e de operações de empréstimos realizados à participantes.

8 EXIGÍVEL CONTINGÊNCIAL

a) Gestão Previdencial

As Provisões para Contingências Passivas referem-se aos processos de natureza cível e trabalhistas relacionados aos planos de benefícios nos quais a **ELOS** é parte no pólo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica segundo a probabilidade de perda conforme abaixo:

Em milhares de Reais

	2016	2015
PERDA PROVÁVEL	23.314	27.849
(-) DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS (I)	(7.876)	(5.970)
PERDA PROVÁVEL	15.438	21.879
PERDA POSSÍVEL (II)	17.645	18.059

(i) Os saldos de depósitos judiciais / recursais são registrados em rubricas contábeis específicas do grupo gestão previdencial do Ativo conforme estabelecido na Instrução PREVIC n.º 5, de 8 de setembro de 2011.

(ii) Referem-se aos valores totais de provisões classificadas como perda possível segundo avaliação das probabilidades das ações judiciais em andamento, realizados pela assessoria jurídica da ELOS.

b) Gestão Administrativa

PIS/COFINS

A **ELOS** impetrou o Mandato de Segurança n.º 2007.72.00.001216-7/SC contra o Delegado da Receita Federal em Santa Catarina, visando garantir o direito líquido e certo de não se sujeitar ao recolhimento das contribuições **PIS/COFINS**, por ser uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que não auferes receitas próprias ou possui faturamento. Embasada em decisões do Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou inconstitucional o art. 3º, § 1º da Lei n.º 9.718/98 e com base no art. 151 do Código Tributário Nacional – CTN. A **ELOS** vêm depositando judicialmente desde exercício de 2007 os valores discutidos. Tais valores representam no final do exercício R\$ 4.120 mil (R\$ 3.680 mil em 2015) e estão registrados em contas específicas do Ativo da gestão administrativa. Atualmente o processo judicial encontra-se pendente de julgamento de Recurso extraordinário interposto pela União, face as decisões favoráveis a **ELOS** no TRF 4ª Região e STJ.

Processo do Zero Hora Editora Jornalística S.A. (Diário Catarinense) - ação judicial n.º 023.01.043867-2

A ação judicial sob n.º 023.01.043867-2 se refere a medida judicial adotada pela **ELOS** em 2001 em face do RBS- Zero Hora Editora Jornalística S.A. (Diário Catarinense) decorrente de protesto de título cumulada com pedido indenizatório. Embora a ação tenha sido julgada procedente em 1º grau, o TJ/SC reformou a decisão confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça- STJ.

Com isso, a **ELOS** foi condenada a pagar na época R\$ 12 mil correspondente a honorários de sucumbência de 15% (quinze por cento) do valor da condenação. Tendo em vista que referida condenação não possui nenhum vínculo com os planos de benefícios seu contingenciamento ficou alocado ao plano de gestão administrativa. O processo já está em fase final, pendente apenas de aceitação dos valores depositados pela **ELOS**.

c) Investimentos – Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF

Corresponde à ação judicial movida contra a União Federal para afastar a incidência da CPMF sobre os valores anteriormente geridos pela **ELOS** e transferidos à PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar ocorrida à época da cisão da patrocinadora **ELETROSUL**, quando esta firmou com a **ENGIE** (antiga GERASUL) “Termo de Acordo de Separação dos Ativos e Passivos da **ELOS**” pelo qual ficou estabelecida a criação de uma nova Entidade Fechada de Previdência Complementar (PREVIG). Os valores depositados em juízo e atualizados representam no final do exercício R\$ 1.654 mil (R\$ 1.572 em 2015) e estão registrados nos grupos de investimentos do Ativo e contingências do plano BD-ELOS/TRACTEBEL. O referido processo judicial teve seu trânsito em julgado em dezembro de 2016, tendo o Supremo Tribunal- STF mantido decisão judicial desfavorável do TRF 4ª Região, contra a tese.

9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas para os planos de Benefício Definido são constituídas com base nos cálculos atuariais desenvolvidos pela Consultoria Atuarial Externa, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., documentadas em Demonstrações Atuariais (DA), individualizadas para cada plano de benefício previdencial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 16 de fevereiro de 2017 os relacionados aos planos BD-ELOS/TRACTEBEL e CD-ELETROSUL e em 06 de março de 2017 correspondente ao plano BD-ELOS/ELETROSUL, e para o exercício de 2015 emitidas em 17 de março de 2016 as relacionadas aos planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL e 25 de março de 2016 a do plano BD-ELOS/TRACTEBEL, resultando em um passivo atuarial, composto da seguinte forma:

9.1 BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

	2016	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	812.004	781.456
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	812.004	781.456
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS ASSISTIDOS	763.764	737.847
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS ASSISTIDOS	48.240	43.609
BENEFÍCIOS A CONCEDER	412.678	375.284
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	381.067	342.986
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	456.769	419.812
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(37.851)	(38.413)
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(37.851)	(38.413)
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	31.611	32.298
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTURO NÃO PROGRAMADOS	37.891	39.533
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(3.140)	(3.617)
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(3.140)	(3.617)
TOTAL	1.224.682	1.156.740

9.2 CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

	2016	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	245.622	221.110
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	191.810	168.776
SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	191.810	168.776
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	53.812	52.334
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS ASSISTIDOS	53.812	52.334
BENEFÍCIOS A CONCEDER	472.871	382.505
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	463.756	373.932
SALDO DE CONTA – PARCELA PATROCINADORES	303.321	252.094
SALDO DE CONTA – PARCELA PARTICIPANTES	160.435	121.838
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	8.899	8.317
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	8.899	8.317
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	216	256
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTURO NÃO PROGRAMADOS	216	256
TOTAL	718.493	603.615

9.3 BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

	2016	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.234.651	1.239.260
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	1.234.651	1.239.260
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS ASSISTIDOS	1.179.576	1.184.059
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS ASSISTIDOS	55.075	55.201
BENEFÍCIOS A CONCEDER	848	846
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	848	846
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	848	846
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(205.783)	(174.358)
DÉFICIT EQUACIONADO	(205.783)	(174.358)
TOTAL	1.029.716	1.065.749

9.4 Consolidado

Em milhares de Reais

	2016	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.292.277	2.241.826
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	191.810	168.776
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.100.467	2.073.050
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS ASSISTIDOS	1.997.152	1.974.240
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS ASSISTIDOS	103.315	98.810
BENEFÍCIOS A CONCEDER	886.397	758.636
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	463.756	373.933
SALDO DE CONTA – PARCELA PATROCINADORES	303.321	252.094
SALDO DE CONTA – PARCELA PARTICIPANTES	160.435	121.839
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	390.814	352.149
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	466.516	428.975
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(37.851)	(38.413)
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(37.851)	(38.413)
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	31.827	32.554
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTURO NÃO PROGRAMADOS	38.107	39.788
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(3.140)	(3.617)
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(3.140)	(3.617)
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(205.783)	(174.358)
DÉFICIT EQUACIONADO	(205.783)	(174.358)
TOTAL	2.972.891	2.826.104

9.5 Rentabilidade por Plano

Com relação à rentabilidade nominal líquida obtida pelos recursos que lastreiam as Provisões Matemáticas dos planos de benefícios administrados pela **ELOS** ao longo dos anos de 2016 e 2015, calculada para cada plano de benefício, tomando-se como deflator o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem e utilizando-se o método da Taxa Interna de Retorno a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas previdenciais o Atuário apontou em seus pareceres as seguintes rentabilidades:

Em Pontos Percentuais

EM TERMOS NOMINAIS	2016			2015		
	BD- ELOS/ESUL	BD- ELOS/TBEL	CD- ESUL (I)	BD- ELOS/ESUL	BD- ELOS/TBEL	CD- ESUL (I)
RENTABILIDADE NOMINAL OBTIDA	15,01%	13,77%	16,79%	12,71%	13,58%	12,83%
EXPECTATIVA ATUARIAL	13,57%	13,56%	-	17,27%	17,35%	-
EM TERMOS REAIS						
RENTABILIDADE REAL OBTIDA	7,10%	5,95%	8,75%	1,57%	2,35%	1,68%
EXPECTATIVA ATUARIAL	5,76%	5,75%	5,70%	5,68%	5,75%	-

(i) Refere-se a parte do patrimônio de cobertura do sub-plano BD-Saldado (BPDS) que têm como meta atuarial INPC+5,70% que no exercício representou 13,51% (17,23% em 2015). Para parte do Plano referente ao CD Puro, não há, dado sua natureza, uma meta atuarial definida para essa parte do Patrimônio.

9.6 Hipóteses Atuariais para o exercício de 2016

Foram utilizados os seguintes métodos e hipóteses atuariais na avaliação atuarial do exercício:

HIPÓTESES ATUARIAIS	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	CD-ESUL (SUB-PLANO BPDS)
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6,00%	6,31%	6,00%
INDEXADOR DO PLANO	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	3,86%	Não aplicável	Não aplicável
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT 2000 - unissex desagr. 10%	AT 2000 – unissex	AT 2000 – unissex desagr. 10%
TÁBUA DE MORTALIDADE DOS INVÁLIDOS	AT 83 – mascul. desagr. 5%	AT 83 - masculina	AT 83 – mascul. desagr. 5%
TÁBUA DE ROTATIVIDADE	Nula	Não aplicável	Não aplicável
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	Light (média)	Não aplicável	Light (média)
COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR			
BENEF. CONCEDIDOS DE PENSÃO POR MORTE	Família efetiva	Família efetiva	Família efetiva
BENEF. DE APOSENTADORIA CONCEDIDOS	Família efetiva	Família efetiva	Família efetiva
BENEF. DE APOSENTADORIA A CONCEDER	Experiência regional	Experiência regional	Experiência regional
FATOR DETERM. VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS	96,97%	96,97%	96,97%
MÉTODO DE FINANCIAMENTO	Agregado	Agregado	Agregado
DURAÇÃO MÉDIA DO PASSIVO (EM ANOS)	13,09	8,85	10,86

10 EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

10.1 Resultados Realizados

a) Limite do Déficit a ser Equacionado pelos planos de benefícios e definição do prazo de equacionamento:

Em atenção as regras vigentes sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado e no equacionamento de déficit, apresentamos abaixo a fórmula e o cálculo dos limites de déficits que cada plano benefício pode manter em relação às provisões matemáticas, sem necessidade de imediato equacionamento:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = (1% x (duração do passivo – 4))

	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL
LIMITE DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	9,09%	4,85%

O prazo máximo para equacionamento do resultado deficitário equivale a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios, em sendo necessário o equacionamento do déficit do exercício, os prazos máximos aceitos para os planos da **ELOS** neste exercício seriam:

	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL
PRAZO MÁXIMO PARA EQUACIONAMENTO	19,64 anos (236 meses)	13,28 anos (159 meses)

b) Os Superávits e Déficits Técnicos Acumulados estão assim compostos:

b.1) O Plano BD-ELOS/ELETROSUL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 103.518 mil (Déficit Técnico de R\$ 141.354 mil em 2015). Depois de calculado o valor do ajuste de precificação conforme nota n.º 3(a), considerando o Equilíbrio Técnico Ajustado / Déficit Técnico de R\$ 72.640 mil, o Déficit representa -5,93% (-8,30% em 2015) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.224.682 mil (R\$ 1.156.740 mil em 2015).

b.2) O Plano CD-ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2016, no que se refere ao Sub-Plano BPDS, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 5.088 mil (R\$ 1.277 mil em 2015) devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

b.3) O Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 66.822 mil (Déficit Técnico de R\$ 126.498 mil em 2015). Considerando o valor de precificação na forma da legislação vigente, o Equilíbrio Técnico Ajustado / Déficit Técnico representa R\$ 48.491 mil, equivalente a -4,71% (-7,40% em 2015) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.029.716 mil (R\$ 1.065.749 mil em 2015).

c) No que se refere à situação atuarial dos Planos de Benefícios Definidos podemos destacar os seguintes fatos:

c.1) BD-ELOS/ELETROSUL: O Plano encerrou o exercício com um Déficit Técnico de R\$ 103.518 mil e um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 72.640 mil, motivado basicamente, segundo as Demonstrações Atuariais, pelos seguintes fatores:

- i) Manutenção da tábua de mortalidade AT 2000- unisex desagravada em 10%, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 105 mil.
- ii) Ganho financeiro decorrente do atingimento da meta atuarial de rentabilidade, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 13.750 mil.
- iii) Adoção da taxa real de Juros de 6% ao ano, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 38.436 mil.
- iv) Adoção de novos coeficientes na função de crescimento real de salário, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 2.104 mil.
- v) Adoção do fator de capacidade de 96,97%, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 3.284 mil.
- vi) Impacto decorrente de demandas judiciais, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 952 mil.
- vii) Impacto decorrente da revisão no exercício da base cadastral de dependentes/beneficiários de participantes assistidos, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 4.687 mil.
- viii) Resultados atuariais líquidos de origens diversas e pulverizadas não detalhados no Demonstrativo Atuarial, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 3.558 mil.
- ix) Adoção do novo Hx(12), acréscimo no resultado negativo na ordem de R\$ 841 mil.
- x) Impacto decorrente da mortalidade observada em 2016 ter sido superior ao projetado para o exercício, decréscimo no resultado negativo na ordem de R\$ 3.873 mil.
- xi) Ajuste de Precificação, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 30.878 mil.

Resultado do plano BD-ELOS/ELETROSUL no exercício de 2016

A Consultoria atuarial externa por meio da Demonstração Atuarial evidenciou que o Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, depois de calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC n.º 16, de 19 de novembro de 2014 e no art. n.º 10 da Instrução MPS/PREVIC n.º 19, de 04 de fevereiro de 2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 72.640 mil, equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.224.682 mil na posição 31 de dezembro de 2016, portanto abaixo do limite máximo tolerável de 9,09% conforme nota n.º 10.1(a), não sendo obrigatório o seu equacionamento imediato, devendo ser anualmente observado pela Entidade visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano.

c.2) BD-ELOS/TRACTEBEL: O Plano fechou o ano com um Déficit Técnico de R\$ 66.822 mil e um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 48.491 mil, influenciado basicamente pelos seguintes fatores conforme as Demonstrações Atuariais:

- i) Manutenção da tábua de mortalidade AT 2000- unisex, acréscimo do resultado negativo do plano na ordem de R\$ 974 mil.
- ii) Ganho financeiro decorrente do atingimento da meta atuarial de rentabilidade, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 566 mil.
- iii) Adoção do fator de capacidade de 96,97%, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 3.311 mil.
- iv) Impacto decorrente de demandas judiciais, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 992 mil.

- v) Impacto decorrente da revisão no exercício da base cadastral de dependentes/beneficiários de participantes assistidos, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 4.602 mil.
- vi) Resultados atuariais líquidos de origens diversas e pulverizadas não detalhados no Demonstrativo Atuarial, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 3.328 mil.
- vii) Adoção da família efetiva para os benefícios a conceder, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 5 mil.
- viii) Equacionamento do déficit apurado no final do exercício de 2015, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 22.717 mil.
- ix) Adoção da taxa real de juros de 6,31% ao ano, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 57.545 mil.
- x) Ajuste de Precificação, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 18.331 mil.

Equacionamento do resultado deficitário do plano BD-ELOS/TRACTEBEL referente ao exercício de 2009

O plano possui um contrato de ajuste de Déficit Técnico registrado como Provisão Matemática a Constituir o valor decorrente do Déficit Técnico Equacionado apresentado na avaliação atuarial de 2009 no valor de R\$ 24.529 mil (valor da época). O contrato de ajuste de Déficit Técnico foi assinado em 19 de março de 2010 e o seu saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 32.663 mil, restando 150 parcelas sucessivas e mensais a amortizar de um total de 186, calculadas segundo a “Tabela Price” com juros anuais de 6%. O contrato é de responsabilidade Patronal contém cláusula de revisão atuarial, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação.

Equacionamento do resultado deficitário do plano BD-ELOS/TRACTEBEL referente ao exercício de 2014

Aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, por maioria, na reunião n.º 339 de 22 de março de 2016 e embasado pelas correspondências JM/2674/2015 elaborado pela Consultoria externa e CE DA-0072/2015 da patrocinadora ENGIE, o plano de equacionamento de déficit referente ao exercício de 2014, entrou em vigor a partir de maio de 2016. O valor total equacionado para este exercício monta R\$ 142.335 mil, representando 12,49% do total das provisões matemáticas no final de 2014 que ficou acima do limite máximo tolerável de 5,20% para aquele exercício. O plano atribui a proporção de 2/3 (dois terços) como responsabilidade Patronal no valor de R\$ 94.890 mil e 1/3 (um terço) de responsabilidade dos Participantes e Assistidos no valor de R\$ 47.445 mil.

Para a parte de responsabilidade da patrocinadora, foi assinado em 19 de abril de 2016 um contrato de ajuste de Déficit Técnico registrado como Provisão Matemática a Constituir no valor de R\$ 94.890 mil (valor da época). O referido contrato contém cláusula de revisão atuarial, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 dessa dívida é de R\$ 100.324 mil, restando 157 parcelas sucessivas e mensais a amortizar de um total de 165, calculadas segundo a “Tabela Price” com juros anuais de 5,75%.

A parcela do plano correspondente aos participantes e assistidos (inclusive pensionistas) no valor de R\$ 47.445 mil (valor da época) a amortização está sendo realizada por meio de contribuição adicional de 4,83%. O saldo devedor atualizado pelos mesmos índices de correção da dívida patronal em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 50.079 mil e considera o mesmo prazo de amortização do contrato da patrocinadora.

Equacionamento do resultado deficitário do plano BD-ELOS/TRACTEBEL referente ao exercício de 2015

O Conselho Deliberativo da Entidade, por maioria, aprovou em sua reunião n.º 346 de 13 de dezembro de 2016 o plano de equacionamento de déficit referente ao exercício de 2015 embasado pelas correspondências JM/1281/2016 elaborado pela Consultoria externa e CE DA-0057/2016 da patrocinadora TRACTEBEL, a entrar em vigor a partir de fevereiro de 2017 segundo as Demonstrações Atuariais. O referido plano considera um valor total de R\$ 22.717 mil a ser equacionado no exercício de 2016, que representa 2,13% das provisões matemáticas do final de 2015, sendo a proporção de 2/3 (dois terços) de responsabilidade Patronal no valor de R\$ 15.145 mil e 1/3 (um terço) de responsabilidade dos Participantes e Assistidos no valor de R\$ 7.572 mil.

Está previsto, ainda, no plano de equacionamento do déficit, a celebração de instrumento contratual com garantias junto à patrocinadora ENGIE, com prestações mensais e consecutivas calculadas segundo a “Tabela Price” com juros anuais de 5,75%. O Contrato conterà cláusula de revisão anual, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação vigente. Para os participantes e assistidos (inclusive pensionistas) a amortização será dada por meio de contribuição adicional de 0,71% pelo mesmo prazo da patrocinadora.

Resultado do plano BD-ELOS/TRACTEBEL no exercício de 2016

A Consultoria atuarial externa por meio da Demonstração Atuarial evidenciou que o Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, depois de calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC n.º 16, de 19 de novembro de 2014 e no art. n.º 10 da Instrução MPS/PREVIC n.º 19, de 04 de fevereiro de 2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 48.491 mil, equivalente a 4,71% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.029.716 mil na posição 31 de dezembro de 2016, portanto abaixo do limite máximo tolerável de 4,85% conforme nota n.º 10.1(a), não sendo obrigatório o seu equacionamento imediato, devendo ser anualmente observado pela Entidade visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano.

10.2 Equilíbrio Técnico Ajustado

Atendendo as disposições estabelecidas no item IV do anexo C da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e com base nas alterações produzidas pela Resolução CNPC/MPS n.º 16, de 19 de novembro de 2014 na Resolução MPS/CGPC n.º 26, de 29 de setembro de 2008, vimos apresentar o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação que trata a referida norma, destacando que no caso de resultado superavitário o ajuste positivo não é utilizado.

a) Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

2016

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 6,00%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2018	8.147	19.592	24.613	24.535	78
NTN-B	15/08/2022	35.867	88.336	108.434	107.766	668
NTN-B	15/08/2026	2.600	7.679	7.862	7.753	109
NTN-B	15/08/2030	54.822	136.672	165.900	157.318	8.582
NTN-B	15/05/2035	5.000	12.212	14.919	15.492	(573)
NTN-B	15/08/2040	49.841	120.216	150.877	141.720	9.157
NTN-B	15/08/2050	63.828	149.925	193.299	180.442	12.857
TOTAL		220.105	534.632	665.904	635.026	30.878

Em milhares de Reais

2015

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,76%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2018	8.147	19.592	23.223	22.982	241
NTN-B	15/08/2022	35.867	88.336	103.013	101.046	1.966
NTN-B	15/08/2030	54.822	136.672	159.151	147.260	11.892
NTN-B	15/05/2035	5.000	12.212	14.375	14.553	(178)
NTN-B	15/08/2040	49.841	120.216	145.813	132.829	12.984
NTN-B	15/08/2050	63.828	149.925	187.595	169.208	18.387

b) Plano CD ELETROSUL – Sub-Plano BPDS

Em milhares de Reais

2016

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 6,00%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/05/2019	1.227	3.679	3.656	3.622	34
NTN-B	15/08/2020	1.303	3.837	3.937	3.895	42
NTN-B	15/08/2022	1.340	3.892	4.051	3.953	98
NTN-B	15/08/2024	1.939	5.553	5.864	5.641	223
NTN-B	15/05/2035	1.118	3.091	3.336	3.042	294
NTN-B	15/05/2045	1.462	3.966	4.364	3.902	462
NTN-B	15/08/2050	1.917	5.265	5.806	5.347	459
NTN-B	15/05/2055	738	2.029	2.203	1.994	209
TOTAL		11.044	31.312	33.217	31.396	1.821

Em milhares de Reais

2015

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,70%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/05/2017	1.219	2.990	3.420	3.412	8
NTN-B	15/05/2019	937	2.436	2.643	2.575	68
NTN-B	15/08/2020	1.013	2.389	2.906	2.828	78
NTN-B	15/08/2022	1.522	3.544	4.385	4.199	186
NTN-B	15/08/2024	2.204	5.054	6.373	5.992	381
NTN-B	15/05/2035	1.270	2.821	3.677	3.235	442
NTN-B	15/05/2045	1.662	3.622	4.846	4.155	691
NTN-B	15/08/2050	1.774	4.007	5.259	4.611	649
NTN-B	15/05/2055	839	2.051	2.458	2.125	332
TOTAL		12.441	28.915	35.967	33.132	2.835

c) Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

							2016
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 6,31%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	
NTN-B	15/05/2017	3.224	7.709	9.589	9.604	(15)	
NTN-B	15/08/2018	14.132	33.953	42.504	42.611	(107)	
NTN-B	15/05/2019	6.650	20.083	19.689	19.847	(158)	
NTN-B	15/08/2020	3.718	8.848	11.129	11.136	(7)	
NTN-B	15/05/2021	3.300	9.556	9.723	9.653	70	
NTN-B	15/08/2022	25.668	60.520	76.535	76.263	272	
NTN-B	15/08/2024	2.720	7.022	8.081	7.736	345	
NTN-B	15/08/2030	58.188	152.625	171.385	169.418	1.967	
NTN-B	15/05/2035	42.334	105.258	122.234	116.518	5.716	
NTN-B	15/08/2040	25.658	57.159	74.865	71.321	3.544	
NTN-B	15/05/2045	16.000	37.468	45.874	40.197	5.677	
NTN-B	15/08/2050	7.247	16.018	21.042	20.015	1.027	
TOTAL		208.839	516.219	612.650	594.319	18.331	

Em milhares de Reais

							2015
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,75%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	
NTN-B	15/08/2016	13.146	32.073	37.299	37.341	(42)	
NTN-B	15/05/2017	3.224	7.709	9.036	9.023	13	
NTN-B	15/08/2018	14.132	33.953	40.292	39.923	369	
NTN-B	15/08/2020	3.718	8.848	10.643	10.422	221	
NTN-B	15/08/2022	25.668	60.520	73.758	71.336	2.423	
NTN-B	15/08/2024	2.720	7.022	7.842	7.215	627	
NTN-B	15/08/2030	73.688	193.943	214.119	201.508	12.610	
NTN-B	15/05/2035	42.334	105.258	121.848	109.083	12.766	
NTN-B	15/08/2040	25.537	56.840	74.803	66.501	8.302	
NTN-B	15/05/2045	16.000	37.468	46.345	37.641	8.704	
NTN-B	15/08/2050	4.584	10.132	13.492	11.870	1.622	
TOTAL		224.751	553.766	649.477	601.861	47.616	

10.3 Fundos

Os Fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A ELOS consignou em seu balanço os seguintes fundos:

a) Fundo Previdencial:

Fundo patronal não comprometido: constituído pela parte do saldo de conta das Patrocinadoras, relativo ao Plano CD-ELETROSUL, que não é utilizada no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de restituição pelo participante. Caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da **ELOS**.

Fundo coletivo de benefício de risco: previsto pelo Atuário em nota técnica atuarial correspondente ao plano CD-ELETROSUL para cobertura em caso de invalidez ou falecimento de participantes em atividade, constituído por meio de contribuições realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o plano de custeio do plano.

b) Fundo Administrativo: destina-se a garantir a manutenção da estrutura administrativa da ELOS. Este fundo é constituído por meio das contribuições administrativas realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

c) Fundos de Investimento: constituído para fazer face à possíveis sinistros em caso de falecimento do Mutuário de empréstimos com base no regulamento dos empréstimos.

As mutações dos referidos fundos foram as seguintes durante o exercício:

Em milhares de Reais

	GESTÃO PREVIDENCIAL (I)	GESTÃO ADMINISTRATIVA (II)	INVESTIMENTOS	TOTAL
SALDOS INICIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.621	21.460	11.968	46.049
FORMAÇÃO / (REVERSÃO) DE FUNDOS	2.981	(921)	1.233	3.293
SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15.602	20.539	13.201	49.342

(i) Do saldo final de R\$ 15.602 mil apresentado ao final do exercício, R\$ 873 mil corresponde ao saldo do Fundo patronal não comprometido e R\$ 14.729 mil ao Fundo coletivo de benefício de risco.

(ii) Desde março de 2013 e junho de 2014 os Fundos Administrativos dos PGA's CD-Eletrosul e BD-ELOS/ELETROSUL, vêm sendo utilizados para cobrir as despesas administrativas vinculadas aos planos de benefícios CD-ELETROSUL e BD-ELOS/ELETROSUL, respectivamente.

11 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Custeio Administrativo e Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão

Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a forma de cobrança do custeio administrativo de plano BD-ELOS/ELETROSUL no exercício foi de 12% incidente sobre as contribuições previdenciárias. Para o plano de benefícios CD-ELETROSUL a apuração da fonte de custeio do PGA se deu pela aplicação mensal do percentual de 0,018% sobre o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder e Concedidos do Participante e Assistido do mês anterior atribuída para cada uma das partes, participante e patrocinadora. Para o Plano BD-ELOS/TRACTEBEL as despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora **ENGIE**. As despesas relacionadas a administração dos investimentos dos planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL são custeadas mensalmente pelo resultado dos investimentos e taxa de administração dos empréstimos.

As despesas administrativas, quando específicas, são custeadas pelo plano responsável pelo gasto, enquanto que as despesas comuns, atribuídas ao conjunto dos planos de benefícios, são distribuídas entre os PGA's pelo resultado da média aritmética simples entre os percentuais de participação de cada plano no número de participantes e no patrimônio total da **ELOS**.

As despesas administrativas são classificadas como gestão previdencial ou administração dos investimentos, levando-se em conta a finalidade do gasto. Quando as despesas administrativas são comuns entre as gestões, a **ELOS** utiliza-se de critérios de rateios específicos para cada rubrica, tais como: previsão de horas despendidas para as despesas com pessoal e encargos, número de colaboradores e área ocupada para despesas com serviços de terceiros e gerais.

Os percentuais utilizados no exercício respeitaram as seguintes proporções médias:

CRITÉRIO DE RATEIO ENTRE GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	RATEIO - %
PREVIDENCIAL	
PESSOAL E ENCARGOS	61
VIAGENS E TREINAMENTOS	61
SERVIÇOS DE TERCEIROS	87
DESPESAS GERAIS	77
INVESTIMENTOS	
PESSOAL E ENCARGOS	39
VIAGENS E TREINAMENTOS	39
SERVIÇOS DE TERCEIROS	13
DESPESAS GERAIS	23

O Resultado dos Investimentos é transferido de forma proporcional para as gestões Previdencial e Administrativo, considerando a participação de cada um no montante aplicado.

12 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

12.1 Transações com as Patrocinadoras

Apresentamos abaixo os saldos de responsabilidade das Patrocinadoras nas posições de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 consideradas como transações com partes relacionadas:

Em milhares de Reais

	2014	2016	2015
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	(NOTA 4.1)	88.280	87.543
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	(NOTA 5.7)	51.976	47.789
IMÓVEIS LOCADOS A PATROCINADOR	(NOTA 5.8)	47.131	45.308
ATIVO		187.387	180.640
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(NOTA 10.1)	(205.783)	(174.358)
PASSIVO		(205.783)	(174.358)
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		11.295	13.714
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE (I)		7.312	11.734
IMÓVEIS LOCADAS A PATROCINADOR (II)		3.382	4.621
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (III)		31.426	144.134
RESULTADO LÍQUIDO		53.415	174.203

(i) As receitas de 2016 para as Sociedades de Propósito Específico – SPE consideram a atualização do valor a receber da venda das ações da ELOS à Eletrosul de R\$ 3.125 mil conforme nota n.º 5.7.

(ii) O valor de receitas 2016 de Imóveis Locado a Patrocinara contempla o resultado positivo da reavaliação no valor de R\$ 5.528 mil (R\$ 9.406 mil em 2015) conforme nota n.º 5.8.

(iii) O valor apresentado na planilha para o resultado de 2016 das Provisões Matemáticas a Constituir, considera o reconhecimento inicial de R\$ 22.717 mil do equacionamento do déficit de 2015 do plano de benefícios BD-ELOS/TRACTEBEL conforme nota n.º 10.1.

12.2 Operações com participantes

Abaixo apresentamos os saldos das operações com participantes nas posições de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, também consideradas como transações entre partes relacionadas.

Em milhares de Reais

	2014	2016	2015
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	(Nota 5.9)	86.109	74.377
ATIVO		86.109	74.377
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		11.222	11.782
RESULTADO LÍQUIDO		11.222	11.782

12.3 Remuneração dos Administradores e Conselheiros - Pessoal Chave da Administração

Os totais das remunerações atribuídas aos Diretores e Conselheiros (Fiscal e Deliberativo) da Fundação nos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2016		2015	
	Diretores/Conselheiros	Total	Diretores/Conselheiros	Total
REMUNERAÇÃO	1.252	1.252	1.160	1.160
TOTAL	1.252	1.252	1.160	1.160

13 ATIVOS CONTINGENTES

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade- CFC n.º 1.180, de 04 de agosto de 2009 e Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da ELOS em 31 de dezembro de 2016:

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A **ELOS** juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND's seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A **ELOS** é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recálculo relacionado à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do Bônus do Tesouro Nacional- BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, do montante apresentado, R\$ 34.990 mil representa a parte da **ELOS**. A execução foi proposta pela ABRAPP, porém o juiz de 1º grau e o TRF 2ª Região decidiram que a execução coletiva promovida pela ABRAPP deveria ser proposta individualmente pelas associadas, decisão esta, objeto de Recurso Especial. Diante da demora na resolução deste impasse (se ação coletiva ou individual) que obsta o andamento da execução, foi decidido em Assembleia Geral na ABRAPP que seriam propostas ações de execuções de liquidação por artigo, figurando a ABRAPP como substituta processual de pequenos Grupos. A ação de execução que recebeu o n.º 0145874-22.2015.4.02.5101 em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro está em fase de perícia, pendente de apresentação dos cálculos pelo especialista.

Embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a **ELOS** não registrou contabilmente por existirem questões que

envolvem a recuperação desse ativo, tais como: ação rescisória em andamento, bem como Embargos à execução pendente de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu efetivo recebimento. Tal procedimento atende também ao Ofício n.º 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 da PREVIC que não autorizou as Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

b) Aplicação em Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina

Esse processo refere-se a 1.855 Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, adquiridas em 08 de novembro de 1996, com vencimento previsto para 01 de agosto de 1998, não foi honrado pelo Estado de Santa Catarina em seu vencimento, fato este que culminou no processo n.º 023.01.032963-6/003.

Em 20 de janeiro de 2010, foi expedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a Requisição de Pagamento de Precatório no montante de R\$ 13.551 mil junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, com trânsito em julgado na ação judicial movida pela **ELOS**.

Em decisão do Juízo da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios, atendendo ao pedido do Procurador Geral do Estado, foi sobrestado pagamento superior à quantia de R\$ 10.916 mil. A **ELOS** por sua vez naquela oportunidade apresentou impugnação à decisão do Juízo da Vara de Execuções.

Em audiência de conciliação realizada em 21 de junho de 2016, o Procurador Geral do Estado apresentou novo pedido de revisão dos cálculos do precatório, bem como alteração na classificação do crédito de natureza alimentar para comum. Tais pedidos foram aceitos pelo Juízo da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios que decidiu pela alteração da classificação da natureza do precatório como também determinou o sobrestamento de qualquer pagamento em valor superior à quantia de R\$ 10.439 mil.

Por entender que este valor representa a melhor estimativa de entrada de recursos imediato para a **ELOS**, a Diretoria Executiva da **ELOS** por meio da Ata RDE n.º 001 de 09 de janeiro de 2017, autorizou a adoção contábil do novo valor incontroverso atualizado do precatório que no final de 2016 perfazia o montante de R\$ 13.997 mil (valor de face inicial- R\$ 10.439 mil), conforme descrito na nota n.º 5.1.

O valor em litígio atualizado em 31 de dezembro de 2016 perfaz o montante de R\$ 4.173 mil, valor este não reconhecido contabilmente por ainda ser objeto de discussão.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

SPE Livramento Holding S.A:

Em 09 de março de 2017 a patrocinadora Eletrosul notificou extrajudicialmente a **ELOS** por meio da correspondência CE PRE- 033/2017, requerendo novas bases comutativas, justas e remuneratórias devido à fatos supervenientes e imprevistos ocorridos no empreendimento objeto da opção de venda de participação exercida pela **ELOS**, conforme descrito na nota n.º 5.7. Tal correspondência, não modificou o entendimento inicial da Administração quanto ao valor e expectativa de entrada de benefício econômico para a Entidade proveniente desse valor atualizado a receber.

Relatório dos Auditores Independentes



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos diretores da
Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios e de gestão administrativa geridos pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

1

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e/ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e/ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

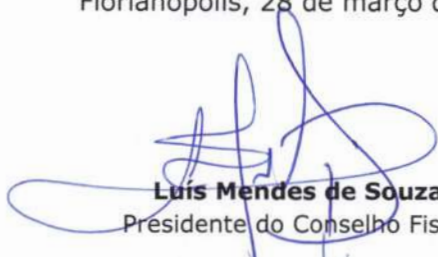
Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

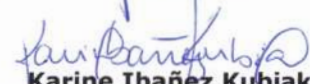
Parecer do Conselho Fiscal


PARECER DO CONSELHO FISCAL


O Conselho Fiscal da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial Consolidado, as Demonstrações do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefícios, as Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano - DPT por Plano de Benefícios, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada e as respectivas Notas Explicativas Consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como os registros contábeis pertinentes. Baseando-se, ainda, nos pareceres, relativos aos Planos Previdenciários vinculados às Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e ENGIE Brasil Energia S.A., do Atuário Independente Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., emitidos em 06 de março de 2017 e 16 de fevereiro de 2017 e no parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido em 21 de março de 2017, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Contábeis traduzem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Fundação, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho de Deliberativo.

Florianópolis, 28 de março de 2017.


Luis Mendes de Souza
Presidente do Conselho Fiscal


Karine Ibañez Kubiak
Membro do Conselho Fiscal


Cristina Rabelo Engelke
Membro do Conselho Fiscal


Cláilde Vanzella
Membro do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, em reunião realizada no dia 30 de março de 2017, tendo em vista as atribuições que lhe confere o Estatuto, após o exame do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS Consolidada, da Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por Plano de Benefício, da Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por Plano de Benefício, da Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT por Plano de Benefício, da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e por Plano de Benefício e Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, considerando ainda, os Pareceres do Consultor Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, resolve, estando os mesmos em ordem, aprová-los.

Florianópolis, 30 de març o de 2017.



Janildo Jovino da Silveira

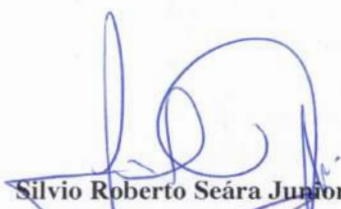
Presidente



Eduardo Cardeal Tomazzia



Mauro Batista Nunes



S lvio Roberto Se ra Junior



Wanderlei Lenartowicz

Parecer Atuarial Plano BD-ELOS/ELETROSUL



PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2016 PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano BD ELOS/ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 17,20% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior *4	Ano Atual *4
APOSENTADORIAS *1	14,44%	11,87%
INVALIDEZ	1,17%	3,19%
PENSÃO POR MORTE/AUXÍLIO RECLUSÃO	1,48%	2,13%
OUTROS BENEFÍCIOS (Auxílio Funeral)	0,01%	0,01%
SUB-TOTAL (1)	17,10%	17,20%
SUPLEMENTAR *2	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *3	-%	-%
SUB-TOTAL (2)	-%	-%
TOTAL (1)+(2)	17,10%	17,20%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Desde o ano de 2008, o Saldo da Provisão Matemática a Constituir teve sua amortização contratada pelo Patrocinador, passando tal amortização a ser financeira e, conseqüentemente, a ser parte integrante do Patrimônio de Cobertura do Plano.

*3: Desde o exercício de 2014, a Taxa de Carregamento equivale ao percentual determinado anualmente no Plano de Custeio, que para o exercício de 2017 será de 12%, incidente sobre o valor das contribuições normais da Patrocinadora e dos Participantes Ativos e Assistidos que entraram em gozo de benefício a partir de 15/12/2000, destinado ao custeio das Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

*4: Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 50 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 17,20% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2017, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano BD ELOS/ELETROSUL, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	8,55% *1	8,60% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	8,55% *1	8,60% *1
Sub-total	17,10%*1	17,20%*1
Custo Suplementar *2	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	17,10%*1	17,20%*1
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados Assistidos	7,51 %	7,53 %
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: Valores Líquidos de sobrecarga administrativa, tendo em vista que deste exercício de 2014, a Taxa de Carregamento equivale ao percentual determinado anualmente no Plano de Custeio, que para o exercício de 2017



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

será de 12%, incidente sobre o valor das contribuições normais da Patrocinadora e dos Participantes Ativos e Assistidos que entraram em gozo de benefício a partir de 15/12/2000, destinado ao custeio das Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

*2: Desde o ano de 2008, o Saldo da Provisão Matemática a Constituir teve sua amortização contratada pelo Patrocinador, passando tal amortização a ser financeira e, conseqüentemente, a ser parte integrante do Patrimônio de Cobertura do Plano.

3) Para o exercício de 2017, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial:

- i. O participante assistido que tenha entrado em gozo de benefício de prestação continuada antes de 15/12/2000, contribuirá cumulativamente com as taxas a seguir, sobre o valor de sua complementação, objetivando participar do custeio do PLANO.
 - 1,80% (um vírgula oitenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 4,60% (quatro vírgula sessenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida entre a metade do valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 9,00% (nove por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder ao valor de 1 (uma) URE-BD, até 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 11,50% (onze vírgula cinquenta por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder a 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
- ii. O participante, inclusive o que já seja Assistido pelo PLANO e que tenha entrado em gozo de benefício de prestação continuada a partir de 15/12/2000 contribuirá cumulativamente com as seguintes taxas:
 - 2,125% (dois vírgula cento e vinte e cinco por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 5,432 % (cinco vírgula quatrocentos e trinta e dois por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida entre a metade do valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 10,634% (dez vírgula seiscentos e trinta e quatro por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder ao valor de 1 (uma) URE-BD, até 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 13,252% (treze vírgula duzentos e cinquenta e dois por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder a 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
- iii. A contribuição normal, mensal, do Patrocinador, será paritária com as contribuições de todos os participantes ativos e assistidos do PLANO.

NOTA 1: Nas contribuições referidas no inciso ii anterior não inclui o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da "Taxa de Carregamento", que para o exercício de 2017 corresponderá a 12% da respectiva contribuição.

NOTA 2: As despesas administrativas referentes aos participantes assistidos que tenham entrado em gozo de benefício de prestação continuada antes de 15/12/2000, serão pagas pelo Patrocinador, já que a concessão do benefício foi anterior à vigência da Emenda Constitucional Nº 20/1998.

NOTA 3: 1 (uma) URE-BD corresponde, em dezembro de 2016 (a preços do mês do último reajuste, ou seja, de junho de 2016), ao valor de R\$ 4.018,38, sendo que, sua atualização para a posição de 31/12/2016, resulta no valor de R\$ 4.088,76.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	781.456.069,65	812.003.383,35	3,91%
Provisão de Benefícios a Conceder	375.284.197,28	412.678.170,41	9,96%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.156.740.266,93	1.224.681.543,76	5,87%

(valores em R\$)

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos BD ELOS/ELETROSUL, patrocinado pela ELETROSUL, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31/12/2011, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adequação proporcional da Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unisex) v2016 desagravada em 10%", da adoção da Taxa Real de Juros de 6,00% ao ano, da adequação dos coeficientes a e b da nova função de crescimento real de salários, da adoção do Novo Hx(12) e da adoção do Fator de Capacidade de 96,97%, apresentou em 31/12/2016, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (103.518.350,31), equivalente a 8,45% das Provisões Matemáticas, então existentes, de R\$ 1.224.681.553,76.

2) O Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2016, de R\$ (103.518.350,31), que após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (72.640.351,99), tendo em vista que o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 6,00% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ 30.877.998,32 em 31/12/2016. Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (72.640.351,99) equivale a 5,93% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.224.681.553,76 na posição de 31/12/2016 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2016 em 13,09 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26/2008, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 13,09 \text{ anos} - 4)$, que resulta em um limite de déficit que pode ser mantido no Plano BD ELOS / ELETROSUL de 9,09% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2016, para o Equilíbrio Técnico Ajustado apurado neste encerramento do exercício de 2016, equivalente a 5,93% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2017, um plano de equacionamento.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: "qx da AT-2000 (unisex) desagravada em 10%" proporcionalizada por sexo (*), sendo que em 2015 foi adotada a mesma Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unisex)", também proporcionalizada por sexo, porém tomando por base a proporção existente ao final de 2014.

(*) Tábua AT2000 na versão unisex, com pesos de 19,56% e 80,44%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos do Plano BD ELOS/ELETROSUL, no final de 2015.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: "qxi=qx da AT-83 desagravada em 5%", sendo que em 2015 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “ix da LIGHT MÉDIA”, sendo que em 2015 foi adotada essa mesma Tábua de Entrada em Invalidez.

iv) Rotatividade: Nula, sendo que em 2015 foi adotada esta mesma premissa.

v) Taxa real de juros/desconto: 6,00% ao ano, sendo que em 2015 foi adotada 5,76% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: 3,86% ao ano, efetuando os devidos ajustes nas funções “a” e “b”, sendo que em 2015 foi adotado a mesma projeção de 3,86% ao ano, também com ajustes nas funções “a” e “b”.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 96,97%, compatível com uma inflação média anual de 5,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, sendo que em 2015 foi adotado o Fator de Capacidade 96,71%, compatível com uma inflação média anual de 6,00%.

ix) Composição Familiar: É adotada a premissa da Família Média obtida com base na experiência regional revista periodicamente para os Benefícios a Conceder (neste exercício de 2016 foi realizada a revisão do Hx12). E para os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte já concedidos é adotada a Família Efetiva, sendo que em 2015 foi adotada esta mesma premissa.

4) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno – TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2016, foi de 15,01% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 13,57%, o que, em termos reais, representou obter 7,10%, contra a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,76% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno – TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

5) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa ELETROSUL) já registrados no Ativo do Plano, era, em 31/12/2016, de: i) R\$ 8.717.269,33 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 84 meses a contar de janeiro de 2017); ii) R\$ 5.570.928,09 referentes a Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial (amortização em 187 meses a contar de janeiro de 2017); e iii) R\$ 33.584.436,45 referentes a Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/ELETROSUL aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/ELETROSUL caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência (amortização em 184 meses a contar de janeiro de 2017).

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 6.3 do item VI.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento referido no item VI.8. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, refletida nesta DA.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

V. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ (160.535.682,75)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 13.749.640,13
Adoção da Taxa Real de Juros de 6,00% a.a.	R\$ 38.436.153,48
Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unisex) desagravada em 10% (*3)	R\$ (105.297,27)
Adoção dos novos coeficientes a e b na função de crescimento real de salário	R\$ (2.104.318,54)
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%	R\$ (3.283.667,16)
Adoção do Novo Hx ⁽¹²⁾	R\$ (840.901,22)
Impacto da revisão da base cadastral de dependentes / beneficiários de Participantes Assistidos	R\$ 4.686.705,94
Impacto decorrente de demandas judiciais	R\$ (952.492,56)
Impacto decorrente da mortalidade observada em 2016 ter sido superior ao projetado no exercício	R\$ 3.873.260,26
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*4)	R\$ 3.558.249,38
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016	R\$ (103.518.350,31)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (103.518.350,31)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (103.518.350,31)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 30.877.998,32
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*5)	R\$ (72.640.351,99)

(*1): R\$ (160.535.682,75) = (141.353.951,53) x 1,1357 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3) Tábua AT2000 na versão unisex, com pesos de 19,56% e 80,44%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos do Plano BD ELOS/ELETROSUL, no final de 2015.

(*4): Equivale a 0,2905% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.224.681.553,76 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*5): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 5,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.224.681.553,76, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (103.518.350,31) é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, referente a perda de rentabilidade apurada em exercícios passados, sabendo que no exercício de 2016 foram obtidos resultados de rentabilidade acima do projetado para o período. Por parcela que pode ser caracterizada como sendo de origem estrutural, tendo em vista a necessidade de adequação de Hipóteses Atuariais a evolução das características apresentadas na massa de participantes e assistidos do Plano ao longo do tempo, bem como por outros fatores de origens diversas e pulverizados inerentes a um Plano de Benefícios estruturado na modalidade de Benefícios Definidos. E, independente da natureza deste Déficit Técnico Acumulado, nos termos estabelecidos pela legislação vigente, não é obrigatório que seja elaborado um novo plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017, pois este Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2016, após calculado o valor do ajuste de precificação, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado situado em patamar inferior ao limite de Déficit estabelecido na legislação em vigor passível de ser equacionado.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

VII. Soluções para Equacionamento do Déficit:

Apesar de não ser determinada obrigatoriamente a necessidade de realização de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017 para o Equilíbrio técnico Ajustado apurado no encerramento do exercício de 2016, de R\$ (72.640.351,99), que equivale a 5,93% do valor total das Provisões Matemáticas obtido em 31/12/2016, nos termos estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, situações de déficit que vem sendo apresentadas exigem o necessário monitoramento e controle por parte dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, com todo o auxílio técnico de nossa Consultoria Atuarial. Neste contexto, para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, realizamos o acompanhamento constante das Avaliações Atuariais (que são realizadas no encerramento de cada exercício em atendimento a legislação vigente e de forma adicional, em meados de cada exercício por caráter intermediário) e das necessidades do Plano BD ELOS / ELETROSUL da ELOS de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções para o equacionamento do déficit que, atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - ELETROSUL encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

RIO DE JANEIRO, 6 de março de 2017 (JM/0434/2017 de 06/03/2017)

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO – MIBA Nº 2799

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

Parecer Atuarial Plano BD-ELOS/TRACTEBEL



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2016 PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) Trata-se de um Plano no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador, só existindo, para o custeio dos benefícios, contribuição normal dos Participantes Assistidos.

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE / AUXÍLIO RECLUSÃO	-	-
AUXÍLIO FUNERAL	-	-
SUB-TOTAL (1)	- %	- %
EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT 2009	*1	*1
EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT 2014	*2	*2
EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT 2015	-	*3
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO	*4	*4

*1: Corresponde à contribuição da Patrocinadora destinada ao equacionamento do saldo do Déficit Equacionado do exercício de 2009, cuja cobertura foi assumida integralmente pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010, com cláusula de revisão atuarial, na forma inclusive destacada no inciso 3 deste item VI.1..

*2: Estão em vigor, desde maio/2016, as Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 4,83%.

*3: Entrarão em vigor, a partir de fevereiro/2017, as Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016. A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 0,71%.

*4: As despesas administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos Participantes Não Assistidos (todos enquadrados no Instituto do Benefício Proporcional Diferido) é de 66 anos.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

- 2) Também, por se tratar de Plano de Benefício no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador para o custeio dos benefícios, só existindo contribuição normal somente dos Participantes Assistidos, as Contribuições são abertas conforme a seguir:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos	-%	-%
Contribuição Normal da Patrocinadora	-%	-%
Sub-total	-	-%
Extraordinária – Déficit 2009	*1	*1
Extraordinária – Déficit 2014	*2	*2
Extraordinária – Déficit 2015	-	*3
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	-%	-%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos (Média)	5,59%	5,60%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

*1: Corresponde à contribuição da Patrocinadora destinada ao equacionamento do saldo do Déficit Equacionado do exercício de 2009, cuja cobertura foi assumida integralmente pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010, com cláusula de revisão atuarial, na forma inclusive destacada no inciso 3 deste item VI.1..

*2: Estão em vigor, desde maio/2016, as Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 4,83%.

*3: Entrarão em vigor, a partir de fevereiro/2017, as Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016.

A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 0,71%.

- 3) Para o exercício de 2017, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição normal para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial:
- Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:
 - 1,80% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD;
 - 4,60% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre a metade e o valor de 1 (uma) URE-BD;



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

- 9,00% (da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre o valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 3 (três) URE-BD; e.
- 11,50% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, que exceder o valor de 3 (três) URE-BD, tão-somente para os Participantes inscritos no Plano até 07/04/1980 que não tenham feito a opção de contribuir tão-somente sobre a parcela do Salário Real de Contribuição do mês não excedente ao valor de 3 (três) URE-BD.

NOTA: 1 (uma) URE-BD é o valor de R\$ 1.869,34 atualizado pelo INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) no mês dos reajustes anuais dos benefícios de prestação continuada do Plano BD ELOS / TRACTEBEL, acumulado desde o mês de junho de 2003 (inclusive), estando em dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.088,76.

ii. Contribuição Normal do Patrocinador:

Igual ao dobro da contribuição dos empregados participantes (devendo ser destacado não existirem mais empregados participantes no Plano).

NOTA: O custeio das despesas administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

iii. Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2009 contratado com cláusula de ajuste atuarial):

Nos termos da correspondência CE DFI-0026/2014, com informações sobre a retomada dos pagamentos das parcelas remanescentes do Contrato de Ajuste de Déficit firmado em 19/03/2010, em face a suspensão realizada em 30/12/2012, cujo saldo devedor remanescente, calculado a partir da referida suspensão, resulta em montante de R\$ 32.663.201,57 em 31/12/2016, sendo sua amortização de responsabilidade patronal, a ser realizada em até 150 parcelas mensais (remanescentes), com cláusula de possibilidade de revisão do saldo devedor.

NOTA: No numeral 8 do item VI.3. desta (D.A.), encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

iv. Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2014, na posição de 31/12/2016):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016, estão em vigor, desde maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da atribuída aos Participantes, contratadas financeiramente com amortizações mensais, onde a Patrocinadora celebrou instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, na redação conferida pela Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, com amortização pela Tabela Price, destinadas a equacionar 2/3 (dois terços) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

NOTA: No numeral 8 do item VI.3. desta (D.A.), encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

v. Contribuição Extraordinária dos Participantes e Pensionistas (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2014, na posição de 31/12/2016):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016, estão em vigor, desde maio/2016, as contribuições adicionais dos Participantes e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade dos Participantes corresponde a metade da atribuída a Patrocinadora, destinadas a equacionar 1/3 (um



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

terço) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

vi. Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2015, na posição de 31/12/2016):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016, entrarão em vigor, a partir de fevereiro/2017, as contribuições adicionais da Patrocinadora, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da atribuída aos Participantes, contratadas financeiramente com amortizações mensais, onde a Patrocinadora está celebrando instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, na redação conferida pela Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, com amortização pela Tabela Price, destinadas a equacionar 2/3 (dois terços) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

NOTA: No numeral 8 do item VI.3. desta (D.A.), encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

vii. Contribuição Extraordinária dos Participantes e Pensionistas (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2015, na posição de 31/12/2016):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016, entrarão em vigor, a partir de fevereiro/2017, as contribuições adicionais dos Participantes e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade dos Participantes corresponde a metade da atribuída a Patrocinadora, destinadas a equacionar 1/3 (um terço) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

II. **Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:**

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.239.260.337,00	1.234.651.254,15	-0,37%
Provisão de Benefícios a Conceder	846.231,00	848.041,07	0,21%
Provisão Matemática a Constituir *1	(32.022.297,11)	(32.663.201,57)	2,00%
Provisão Matemática a Constituir *2	(142.335.249,75)	(150.402.442,79)	5,67%
Provisão Matemática a Constituir *3	-	(22.717.406,70)	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.065.749.021,14	1.029.716.244,16	-3,38%

(valores em R\$)

*1: Corresponde ao saldo do Déficit Equacionado referente ao exercício de 2009 (CONTRATADO COM CLÁUSULA DE AJUSTE ATUARIAL), cuja cobertura foi assumida em 2010 pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010.

*2: Equacionamento do valor absoluto da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas do Plano (onde: $5,20\% = 1\% \times (9,2 - 4)$) no prazo da duração do passivo do Plano vezes 1,5, totalizando 13,8 anos (165 meses), considerando a proporção contributiva de que para cada R\$ 1,00 de Contribuição Adicional do Participante / Assistido / Pensionista, a contrapartida a ser realizada pela Patrocinadora será de R\$ 2,00, calculando então esta Contribuição Adicional para Participantes, Assistedos e Pensionistas para 1/3 do valor absoluto apurado e que a parcela remanescente desse valor absoluto, representando então 2/3 do valor a ser equacionado, contratado pela Patrocinadora com



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

amortizações mensais postecipadas calculadas pela Tabela Price, a Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano e atualização monetária dada pela variação mensal do INPC-IBGE do mês anterior ao de competência, aplicada desde janeiro/2015.

*3: Equacionamento do valor absoluto da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas do Plano (onde: $5,27\% = 1\% \times (9,27 - 4)$) no prazo da duração do passivo do Plano vezes 1,5, totalizando 13,91 anos (166 meses), considerando a proporção contributiva de que para cada R\$ 1,00 de Contribuição Adicional do Participante / Assistido / Pensionista, a contrapartida a ser realizada pela Patrocinadora será de R\$ 2,00, calculando então esta Contribuição Adicional para Participantes, Assistidos e Pensionistas para 1/3 do valor absoluto apurado e que a parcela remanescente desse valor absoluto, representando então 2/3 do valor a ser equacionado, contratado pela Patrocinadora com amortizações mensais postecipadas calculadas pela Tabela Price, a Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano e atualização monetária dada pela variação mensal do INPC-IBGE do mês anterior ao de competência, a partir de janeiro/2016.

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) ELOS / TRACTEBEL, patrocinado pela TRACTEBEL ENERGIA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 09/04/2008, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adequação proporcional da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (unisex) v2016”, da adoção da Taxa Real de Juros de 6,31% ao ano, da adoção do Fator de Capacidade de 96,97% e da Adoção da Família Efetiva para os Participantes em BPD, apresentou em 31/12/2016, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (66.822.200,98), equivalente a 6,49% das Provisões Matemáticas, então existentes, de R\$ 1.029.716.244,16.

2) O Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2009 está sendo equacionado com cobertura integral assumida pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010.

3) O Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2014 está sendo equacionado, desde maio/2016, por Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016. A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 4,83%.

4) O Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2015 será equacionado, a partir de fevereiro/2017, por Contribuições Adicionais dos Participantes, Assistidos (inclusive Pensionistas) e da Patrocinadora, calculadas conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da responsabilidade atribuída aos Participantes, destinadas a equacionar a parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2015 e 5,27% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/1281/2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 346 de 13/12/2016. A amortização do saldo remanescente por parte da Patrocinadora foi contratada financeiramente através de instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, com amortização



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

mensal pela Tabela Price e os Participantes e Assistidos (inclusive Pensionistas) amortizam o saldo remanescente através da Contribuição Adicional de 0,71%.

5) O Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2016, de R\$ (66.822.200,98), que após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (48.490.625,54), tendo em vista que o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 6,31% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ 18.331.575,44 em 31/12/2016.

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (48.490.625,54) equivale a 4,71% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.029.716.244,16 na posição de 31/12/2016 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2016 em 8,85 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26/2008, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 8,85 \text{ anos} - 4)$, que resulta em um limite de déficit que pode ser mantido no Plano BD ELOS / TRACTEBEL de 4,85% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2016, para o Equilíbrio Técnico Ajustado apurado neste encerramento do exercício de 2016, equivalente a 4,71% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2017, um plano de equacionamento.

6) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: “qx da AT-2000 (unissex)” proporcionalizada por sexo (*), sendo que em 2015 foi adotada a mesma Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (unissex)”, também proporcionalizada por sexo, porém tomando por base a proporção existente ao final de 2014.

(*)Tábua AT2000 na versão unissex, com pesos de 32,48% e 67,52%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos do Plano BD ELOS/TRACTEBEL, no final de 2015.

(3), aposentados, que não por invalidez (1.572) e pensionistas por morte de participante (525), todos estes aqui considerados válidos.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ da AT-83”, sendo que em 2014 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido e já preencheram as condições para requererem Benefício. iv) Rotatividade: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

iv) Rotatividade: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

v) Taxa real de juros/desconto: 6,31% ao ano, sendo que em 2015 foi adotada 5,75% ao ano..

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido..

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 96,97%, compatível com uma inflação média anual de 5,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, sendo que em 2015 foi adotado o Fator de Capacidade 96,71%, compatível com uma inflação média anual de 6,00%.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

ix) Composição Familiar: Está sendo adotado a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte já concedidos e para os Benefício Proporcional Diferidos – BPD ainda não concedidos, sendo que em 2015 foi adotada a Composição Familiar Média para os Benefícios Proporcional Diferidos – BPD ainda não concedidos.

7) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno – TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2016, foi de 13,77% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 13,56%, o que, em termos reais, representou obter 5,95%, contra a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno – TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

8) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa TRACTEBEL) já registrados no Ativo do Plano, eram, em 31/12/2016, de: i) R\$ 13.583.094,27 referentes à Recomposição de Reserva Matemática decorrente de Acordo Judicial de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano para os envolvidos na correspondente Ação Judicial (amortização em 187 meses a contar de janeiro de 2017); ii) R\$ 22.126.915,80 referentes à amortização do que até 2005 era registrado como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 84 meses a contar de janeiro de 2017); iii) R\$ 4.697.094,27 referentes ao aumento do piso mínimo, atuarialmente avaliado, que foi assumido pela Patrocinadora através de contrato (amortização em 156 meses a contar de janeiro de 2017, periodicidade anual – 13 anos). Já os débitos da Patrocinadora relativos ao equacionamento do resultado deficitário, que por terem cláusulas de revisão atuarial, estão registrados como Provisão Matemática a Constituir, eram em 31/12/2016: i) R\$ 32.663201,57 relativo ao equacionamento do Déficit Técnico existente em 31/12/2009 (amortização em 150 meses a contar de janeiro de 2017; e ii) R\$ 100.323.600,63 relativo ao equacionamento do Déficit Técnico existente em 31/12/2014 (amortização em 157 meses a contar de janeiro de 2017).

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 6 do item VI.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento referido no item VI.8. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta DA.

V. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ (143.651.607,71)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 566.228,33
Adoção da Taxa Real de Juros de 6,31% a.a.	R\$ 57.545.102,05
Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unissex) (*3)	R\$ (974.305,00)
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%	R\$ (3.311.458,00)
Adoção da Família Efetiva para os Benefícios a Conceder	R\$ 4.749,00
Equacionamento do Déficit apurado em 31/12/2015	R\$ 22.717.406,70
Impacto da revisão da base cadastral de dependentes / beneficiários de Participantes Assistidos	R\$ 4.601.747,07



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Referência	Valor
Impacto decorrente de demandas judiciais	R\$ (991.677,75)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*4)	R\$ (3.328.385,67)
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016	R\$ (66.822.200,98)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (66.822.200,98)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (66.822.200,98)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 18.331.575,44
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*5)	R\$ (48.490.625,54)

(*1): R\$ (143.651.607,71) = (126.498.421,72) x 1,1356 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Tábua AT2000 na versão unissex, com pesos de 32,48% e 67,52%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos do Plano BD ELOS/TRACTEBEL, no final de 2015.

(*4): Equivale a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.029.716.244,16 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*5): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 4,71% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 1.029.716.244,16, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (66.822.200,98) é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, referente a perda de rentabilidade apurada em exercícios passados, sabendo que no exercício de 2016 foram obtidos resultados de rentabilidade acima do projetado para o período. Por parcela que pode ser caracterizada como sendo de origem estrutural, tendo em vista a necessidade de adequação de Hipóteses Atuariais a evolução das características apresentadas na massa de participantes e assistidos do Plano ao longo do tempo, bem como por outros fatores de origens diversas e pulverizados inerentes a um Plano de Benefícios estruturado na modalidade de Benefícios Definidos. E, independente da natureza deste Déficit Técnico Acumulado, nos termos estabelecidos pela legislação vigente, não é obrigatório que seja elaborado um novo plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017, pois este Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2016, após calculado o valor do ajuste de precificação, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado situado em patamar inferior ao limite de Déficit estabelecido na legislação em vigor passível de ser equacionado.

VII. Soluções para Equacionamento do Déficit:

Apesar de não ser determinada obrigatoriamente a necessidade de realização de um novo plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017 para o Equilíbrio técnico Ajustado apurado no encerramento do exercício de 2016, de R\$ (48.490.625,54), que equivale a 4,71% do valor total das Provisões Matemáticas obtido em 31/12/2016, nos termos estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, situações de déficit apresentadas exigem o necessário monitoramento e controle por parte dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, com todo o auxílio técnico de nossa Consultoria Atuarial. Neste contexto, para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, realizamos o acompanhamento constante das Avaliações Atuariais (que são realizadas pelo método direto no encerramento de cada exercício em atendimento a legislação vigente e de forma adicional, em meados de cada exercício por caráter intermediário) e das necessidades do Plano BD ELOS / TRACTEBEL da ELOS de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais,



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções para o equacionamento do déficit que, atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 09/04/2008 a novas adesões de participantes, no qual inclusive não se registra mais Participantes Não Assistidos, (a não ser os que estão enquadrados em Benefício Proporcional Diferido), o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que são os basicamente benefícios remanescentes nesse Plano, é o de Capitalização na versão Agregado, o qual é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

RIO DE JANEIRO, 16 de fevereiro de 2017 (JM/0337/2017 de 16/02/2017)

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO – MIBA Nº 2799

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

Parecer Atuarial Plano CD-ELETROSUL



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2016 PLANO CD- ELETROSUL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano CD - ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 24,16%, conforme abaixo descrito:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Atual (*3)	Ano Atual (*3)
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS	23,69%	23,47%
PECÚLIO POR INVALIDEZ (*1)	0,41%	0,39%
PECÚLIO POR MORTE (*1)	0,32%	0,30%
SUB-TOTAL (1)	24,42%	24,16%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*2)	-%	-%
SUB-TOTAL (2)	-%	-%
TOTAL (1)+(2)	24,42%	24,16%

*1: Corresponde à parcela da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador, destinada ao Custeio dos Benefícios de Risco, reavaliado neste exercício de 2016 na forma apresentada através do JM/1472/2016.

*2: A partir de mar/2013 foi alterado a forma de cálculo da Despesa Administrativa, passando a ser um percentual a ser definido anualmente no Plano de Custeio e aplicado sobre o Recurso Garantidor dos Benefícios, de responsabilidade paritária entre o Patrocinador e o Participante, sendo este percentual determinado para o exercício de 2017 em 0,018%.

*3: Se considerou os valores de R% observados no mês de dezembro do respectivo ano.

NOTA Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 47 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 24,16% será custeado, no exercício de 2017, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano CD - ELETROSUL, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior (*2)	Ano Atual (*2)
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	12,21%	12,09% (*3)
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	12,21%	12,07% (*3)
Sub-Total	24,42%	24,16%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	24,42%	24,16%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-%	-%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

*1: O custeio da Despesa Administrativa, desde o exercício de 2013 passou a ser calculada sobre o Recurso Garantidor dos Benefícios, em percentual a ser definido anualmente no Plano de Custeio de forma paritária entre Patrocinador e Participante, sendo este percentual determinado para o exercício de 2017 em 0,018%.

*2: Se considerou os valores de R% observados no mês de dezembro do respectivo ano, onde R% é o percentual da contribuição plena escolhida pelo participante.

*3: A diferença entre a contribuição média do patrocinador (12,07%) e dos participantes não assistidos (12,09%), deve-se ao fato de, conforme disposições regulamentares, não haver mais a contribuição da parte patrocinadora aos participantes que completaram 65 anos de idade e ainda permanecem em atividade.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

NOTA: No numeral 7 do item VI.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2017.

II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2015	31/12/2016	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	221.109.767,31	245.622.470,00	11,09%
Provisão de Benefícios a Conceder	382.505.166,86	472.870.685,35	23,62%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	603.614.934,18	718.493.155,34	19,03%

(valores em R\$)

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, somente há registro de Superávit Técnico Acumulado ou de Déficit Técnico Acumulado na cobertura relativa aos Benefícios Saldados (Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados) sob a forma de Benefício Definido, sendo que, no que se refere aos Benefícios de Pecúlio por Morte em Atividade / Entrada em Invalidez, avaliados por Repartição Simples, os Resultados Positivos Acumulados constituem o Fundo Coletivo de Benefício de Risco.

NOTA: De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compôs a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora ELETROSUL.

2) Nesse contexto, no que se refere exclusivamente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados estruturados na modalidade de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 6,00% ao ano em substituição a taxa real de desconto/juros de 5,70%; ii) Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unissex) desagravada em 10%" considerando o peso de 19,56% para o sexo feminino e o peso de 80,44% para o sexo masculino; iii) Mortalidade de Inválidos "da AT-83 (masculina) desagravado em 5%"; iv) Entrada em Invalidez: "ix da LIGHT MÉDIA"; v) Rotatividade Nula; vi) Fator de Capacidade de 96,97%, em substituição ao fator de Capacidade de 96,71% e vii) Composição Familiar Efetiva na Avaliação dos Benefícios já Concedidos e a família média na Avaliação dos Benefícios a Conceder, resultando, no valor de R\$ 62.928.242,90, o que gerou um valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 5.088.867,17, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável, por representar 8,08% dessas Provisões Matemáticas avaliadas na posição de 31/12/2016.

3) O valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido) de 6,00% e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ 1.821.439,87 em 31/12/2016. E, conforme disposto na legislação em vigor, em caso de uma possível destinação de resultado nos termos da atual legislação em vigor, apenas o valor do ajuste de precificação negativo deve ser deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

4) Em relação ao Benefício (Pecúlio) de Risco por Morte do Participante Ativo, com base nos resultados apresentados através do JM/1472/2016, considerando que a partir da reavaliação atuarial referente ao



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

encerramento do exercício de 2015, foi definido que a Taxa de Risco de Morte será reavaliada anualmente, tomando por base a Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina) e o cálculo realizado pela Teoria Coletiva do Risco, com base na observação de pagamentos de benefícios de risco realizados nos últimos 5 exercícios encerrados, tendo em vista que o saldo apurado no Fundo vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo de Pecúlio por Morte que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 6.366.644,24, comparativamente aos R\$ 5.142.085,43 registrados em 31/12/2015.

5) Em se tratando do Benefício (Pecúlio) de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, com base nos resultados apresentados através do JM/1472/2016, considerando que a partir da reavaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2015, foi definido que a Taxa de Risco de Entrada em Invalidez será reavaliada anualmente, tomando por base a Tábua de Entrada em Invalidez "ix da LIGHT (MÉDIA)" e o cálculo realizado pela Teoria Coletiva do Risco, com base na observação de pagamentos de benefícios de risco realizados nos últimos 5 exercícios encerrados, tendo em vista que o saldo apurado no Fundo vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução desse saldo registrado como Fundo de Pecúlio por Invalidez que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 8.362.046,56, comparativamente aos R\$ 6.716.405,86 registrados em 31/12/2015.

6) Deve-se destacar que o somatório do Saldo do Fundo de Pecúlio por Morte com o Saldo do Fundo de Pecúlio por Invalidez corresponde ao Saldo do Fundo Coletivo de Benefício de Risco, que evoluiu de R\$ 11.858.491,28 em 31/12/2015 para R\$ 14.728.690,81 em 31/12/2016, demonstrando a solidez do custeio dos correspondentes benefícios por Morte (em Atividade) e por Incapacidade (do Participante Ativo).

7) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, que passará a vigorar em 2017, considerando a forma de cobrança da Despesa Administrativa através de percentual a ser aplicado sobre os Recursos Garantidores dos Benefícios e o custeio dos Benefícios de Riscos (Invalidez e Morte de participante ativo) é basicamente o seguinte:

i) Contribuição (Normal) Básica dos Participantes Não Assistidos:

- de 1,02% a R% de 3,33% na parcela do Salário Real de Contribuição não superior ao valor de ½ (meia) URE-CD;
- de 2,64% a R% de 8,51% na parcela do Salário Real de Contribuição entre ½ (meia) e 1 (uma) URE-CD;
- de 5,10% a R% de 16,65% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1 (uma) e 3 (três) URE-CD; e
- de 6,55% a R% de 21,28% na parcela do Salário Real de Contribuição que exceder a 3 (três) URE-CD – onde:

R% = 50% para os participantes inscritos diretamente no Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL; e

R% = 100% para os participantes transferidos do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL, de forma a que, como incentivo à migração para o Plano nº 01 CD ELETROSUL, possam receber contribuições paritárias da Patrocinadora que lhes permita ter uma expectativa de benefício no Plano nº 01 CD ELETROSUL compatível com a que tinham no Plano de Benefício Definido do qual se transferiram.

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária com a Contribuição Normal Básica dos Participantes Não Assistidos):

a) Parcela a ser realizada em relação a todos os participantes do Plano:

- de 1,02% a 50% de 3,33% na parcela do Salário Real de Contribuição não superior ao valor de 1/2 (meia) URE-CD;
- de 2,64% a 50% de 8,51% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1/2 (meia) e 1 (uma) URE-CD;
- de 5,10% a 50% de 16,65% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1 (uma) e 3 (três) URE-CD; e
- de 6,55% a 50% de 21,28% na parcela do Salário Real de Contribuição que exceder a 3 (três) URE-CD.



JESSÉ MONTELLO

Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 7,00% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 5,50% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade e os restantes 87,50% à cobertura dos benefícios programados.

b) Parcela a ser realizada em relação aos que se transferiram para o Plano recebendo incentivo pela migração:

- de 50% a 100% de 3,33% na parcela do Salário Real de Contribuição não superior ao valor de 1/2 (meia) URE-CD;
- de 50% a 100% de 8,51% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1/2 (meia) e 1 (uma) URE-CD;
- de 50% a 100% de 16,65% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1 (uma) e 3 (três) URE-CD; e
- de 50% a 100% de 21,28% na parcela do Salário Real de Contribuição que exceder a 3 (três) URE-CD.

Do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que 100% será destinado à cobertura dos benefícios programados.

NOTA: Desde março/2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 de 25/02/2013, que aprovou as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante, inclusive Assistidos, para apuração da fonte de custeio do PGA do Plano, com a utilização do percentual de 0,018% (*), aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 324, de 02/12/2014 para o exercício de 2015. A ATA n.º 305 de 14/03/2013 definiu a forma de utilização do Fundo Administrativo do Plano, que na posição de 31/12/2013 era de R\$ 6.328.633,57, para os Participantes inscritos no Plano até 14/03/2013, a fim de cobrir as despesas administrativas vinculadas ao Plano durante o exercício de 2013 e seguintes, enquanto perdurar tal fundo, relacionadas aos referidos Participantes, calculadas por rateio em função do valor do Saldo de Contas dos Participantes, inclusive Assistidos e do Saldo de Contas do Patrocinador, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse Fundo Administrativo, conforme Regulamento do PGA e aprovação orçamentária.

(*) calculado anualmente.

8) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcional Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido.

9) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2016, foi de 16,79% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 13,51%, o que, em termos reais, representou obter 8,75%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,70% ao ano estabelecida para 2016, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2017, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 6,00% ao ano.

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

V. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas.

Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

VI. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário variou de R\$ 1.276.652,79 em 31/12/2015 para R\$ 5.088.867,17 em 31/12/2016, tendo sido as causas mais prováveis para essa variação, as seguintes:

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 1.449.128,58
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido inferior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 1.887.712,97
Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10% com o novo peso de mulheres x homens	R\$ 240.747,77
Adoção da Taxa Real de Juros de 6,00% ao ano	R\$ 1.987.488,20
Adoção do Fator de Capacidade de 96,97%	R\$ (168.725,82)
Adoção do Novo Hx(12)	R\$ 10.015,81
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (317.500,34)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*4)	R\$ 5.088.867,17

(*1): R\$ 1.449.128,58 = 1.276.652,79 x 1,1351 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano referente ao B.P.D.S., informado pela ELOS para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do B.P.D.S. de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,50% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 62.928.242,90 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Equivale a 8,08% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 62.928.242,90.

VII. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural, não sendo passível de destinação por estar abaixo do limite de Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de } 10,86 \text{ anos})]$ das Provisões Matemáticas.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

RIO DE JANEIRO, 16 de fevereiro de 2017 (JM/0339/2017 de 16/02/2017)

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO – MIBA Nº 2799

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

ELOS

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR